



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE POS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

JOACELY CARNEIRO FIGUEIREDO

**O SERVIÇO SOCIAL E AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL DO
ENVELHECIMENTO: análise da produção do Conhecimento nos
periódicos da área.**

**JOÃO PESSOA-PB
2017**

JOACELY CARNEIRO FIGUEIREDO

**O SERVIÇO SOCIAL E AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL DO
ENVELHECIMENTO: análise da Produção do Conhecimento nos
periódicos da área.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dra. Patrícia Barreto Cavalcanti.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F475s Figueiredo, Joacely Carneiro.

O serviço social e as expressões da questão social do envelhecimento : análise da produção do conhecimento nos periódicos da área / Joacely Carneiro Figueiredo. - João Pessoa, 2017.

112 f. : il.

Orientação: Patrícia Barreto Cavalcanti.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Serviço social. 2. Envelhecimento - Fator social. 3. Produção científica. 4. Gestão do conhecimento. I. Cavalcanti, Patrícia Barreto. II. Título.

UFPB/BC

JOACELY CARNEIRO FIGUEIREDO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em 27 de Abril de 2017.

BANCA EXAMINADORA



Profª Dra. Patrícia Barreto Cavalcanti
Universidade Federal da Paraíba
Orientadora



Profª Dra. Ana Paula Rocha de Sales Miranda
Universidade Federal da Paraíba
Examinadora Interna



Profª Dra. Márcia Emília Rodrigues Neves
Universidade Federal da Paraíba
Examinadora Externa

Aos idosos da minha vida, vovó Lila, vovô Chico, vovô Carneiro e minha bizavó Vovozinha (in memoriam).

Em especial, a minha vovó Geralda, que tanto nos ensina com sua personalidade marcante e sabedoria, nossa alegria diária, nosso exemplo de vida. Sem dúvidas, sua presença forte, sua luta pela vida, me estimulam a me aprofundar cada vez mais na temática do envelhecimento.
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, concedendo a sabedoria e coragem necessárias para jamais desistir, por maiores que sejam as dificuldades.

Aos meus pais, Célia e Joaquim, pelo amor incondicional, apoio de sempre, esforços imensuráveis para realização dos nossos sonhos (meu e do meu irmão) e por tudo que são. A minha eterna gratidão, base da minha vida, sem eles não teria chegado aonde cheguei.

Ao meu irmão, Joacélio, pela cumplicidade, amor e companheirismo em todas horas, alguém com quem posso contar sempre. E também a minha cunhada, Jack, pela torcida e carinho.

A toda minha família, em especial aos que estão mais próximos e puderam acompanhar de perto esse processo, Natalia, Manoel, Denize, Ceíça, Nestor, Vovó Geralda e, sobretudo, a tia Fapa, pela incansável ajuda quando precisei de uma “mãozinha” no português. Agradeço a torcida, conselhos e compreensão.

Às minhas Madrinhas Nancy e Francisca e meu padrinho Vicente, pelos pensamentos positivos, carinho e torcida.

A todos os meus amigos e amigas, pela paciência e compreensão quando precisei me ausentar e focar nos estudos do Mestrado. Agradeço especialmente, a Ana Helena, Walter, Luciene, Fernanda, Dyuanna, Everlaine, Marcella, Juninho e a toda a equipe do “J6”.

À minha amiga da graduação, Aline Ferreira, pelo enorme incentivo e contribuição, no momento de preparação para seleção do Mestrado, sua ajuda foi muito importante.

Às minhas colegas de turma do Mestrado 2015.1, pelos ensinamentos, pelo companheirismo e pelos bons momentos vividos durante esse período.

À minha orientadora, Professora Doutora Patrícia Cavalcanti, por mais uma oportunidade de estar sob suas orientações, por acreditar no meu potencial, inclusive de que um dia estaria aqui no Mestrado. O meu eterno agradecimento pela profissional que é, pela disponibilidade, atenção, confiança, amizade, dedicação e pelos ensinamentos diários durante esse processo.

Às professoras Doutora, Ana Paula e Márcia Emília, pela disponibilidade e prontidão em contribuir nesse processo. Sem esquecer os ensinamentos, atenção e acolhida da professora Márcia Emília, no estágio docência.

Aos meus colegas de trabalho pela paciência e compreensão nos momentos que precisei me ausentar, especialmente ao meu coordenador Antônio de Caldas que me apoiou desde o início.

A todos os professores e professoras que ao longo desse período contribuíram para nosso aprendizado.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que colaboraram direta ou indiretamente para a concretização desse objetivo.

RESUMO

O presente estudo constitui-se numa dissertação de Mestrado Acadêmico em Serviço Social, vinculada a Universidade Federal da Paraíba, cuja construção, teve o objetivo de cartografar a produção de conhecimento do Serviço Social relativo a temática do envelhecimento. Assim, procuramos identificar a contribuição da profissão em relação a questão social da velhice e no plano dos debates e reflexões teóricas buscamos identificar quais as associações temáticas e as abordagens de análise, “biológico/comportamentalista”, “economicista”, socioculturalista e “transdisciplinar”, propostas pelas autoras Siqueira (2001); Siqueira, Botelho e Coelho (2002), prevaleceram nessa produção. A partir de uma investigação bibliográfica, tratamos inicialmente sobre os aspectos que envolvem o envelhecimento enquanto expressão da questão social e posteriormente a produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social, bem como a inserção da temática nessa produção. No tocante aos procedimentos metodológicos, adotamos nesse estudo a pesquisa documental e bibliográfica e utilizamos como parâmetro, o estudo de Lima e Miotto (2007), cuja análise desenvolveu-se pela técnica de leitura seguindo as seguintes etapas: leitura de reconhecimento e exploração do material, leitura seletiva, leitura crítica ou reflexiva e por fim, a leitura interpretativa. Para o mapeamento dos dados, recorremos as bases da Scielo, Latindex e Lilacs, com foco para os periódicos online do Serviço Social com Qualis A, no período de 1996 a 2015, onde os artigos foram selecionados com base nos descritores “envelhecimento”, “velhice”, “idoso” e “idosos”. Considerando que a produção do conhecimento é reflexo, das demandas postas na realidade, notadamente nos espaços sociocupacionais dos assistentes sociais, verificamos que a direção temática predominante nessa produção do conhecimento se desenvolveu na ótica dos “Direitos/Proteção Social”, “Trabalho” e “Política Social”. O resultado da pesquisa demonstrou uma tendência do Serviço Social em analisar a questão da velhice, numa perspectiva de construção social, onde procurou apreender no interior da sociedade, as representações e atribuições constantes no movimento dessa categoria. No entanto, consideramos que diante da complexidade que envolve o processo de envelhecimento, priorizar determinados aspectos da velhice tem maior probabilidade dessas publicações se distanciarem da complexidade dos fatos, portanto, faz-se necessário um debate mais integral, de modo que as abordagens de análises se complementem.

Palavras-chave: Produção do Conhecimento. Serviço Social. Envelhecimento.

ABSTRACT

The present study one consists in a Master's thesis in Social Service, tied the Federal University of the Paraíba, whose construction, had the objective to map the production of knowledge of relative the Social Service the thematic one of the aging. Thus, we look for to identify to the contribution of the profession in relation the social matter of the oldness and in the plan of the debates and theoretical reflections we search to identify to which the thematic associations and the boardings of analysis, "biological/behavioural", "economics", socioculturlista and "transdisciplinary", proposals for the authors Siqueira (2001); Siqueira, Botelho and Coelho (2002), had prevailed in this production. From a theoretical inquiry, we treat initially on the aspects that involve the aging while expression of the social matter and later the production of knowledge in the scope of the Social Service, as well as the insertion of the thematic one in this production. In regards to the methodological procedures, we adopt in this study bibliographical the documentary research and use as parameter, the study of Lima and Mito (2007), whose analysis developed for the reading technique following the following stages: reading of recognition and exploration of the material, selective reading, critical or reflexive reading and finally, the interpretative reading. For the mapping of the data, we appeal the bases of the Scielo, Latindex and Lilacs, with focus for periodic online of the Social Service with Qualis, in the period of 1996 the 2015, where the articles had been selected on the basis of the describers "aging", "oldness", "aged" and "aged". Considering that the production of the knowledge is reflected, of the demands ece of fishes in the reality, Notably in the Sociocupational spaces of the social assistants, we verify that predominant the thematic direction in this production of the knowledge if developed in the optics of the "Rights/Social Protection", "Work" and "Social Politics". The result of the research demonstrated a trend of the Social Service in analyzing the question of the oldness, in a perspective of social construction, where it looked for to apprehend in the interior of the society, the constant representations and attributions in the movement of this category. However, we ahead consider that of the complexity that involves the aging process, to prioritize definitive aspects of the oldness has greater probability of these publications if to Distancing of the complexity of the facts, therefore, becomes necessary a more integral debate, in way that the boardings of analyses if complement.

Key-words: Production of Knowledge; Social Service; Oldness

LISTA DE SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social
CELADE – Centro Latinoamericano y caribenho de Demografia
CELATS – Centro Latinoamericano de Trabajo Social
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
MAP – Movimento dos Aposentados e Pensionistas
ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG - Organização Não-Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
OPS – Organização Pan-Americana de Saúde
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNI – Política Nacional do Idoso
PNPSI – Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa
PPA – Programas de Preparação para a Aposentadoria
PPGSS – Programa de Pós Graduação em Serviço Social
PUC-RJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SEPSASS – Setor de Estudos e Pesquisas em Saúde e Serviço Social
SUS – Sistema Único de Saúde
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFMA - Universidade Federal do Maranhão
UFPB – Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de economias envelhecidas em 2040	23
Figura 2 - Dados da América Latina e Caribe, projeções relativas à população com 60 anos ou mais de 1975 a 2050	24
Figura 3 - Proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões - 2004/2014.....	29
Figura 4 - Programas de Pós Graduação vinculados à área de Serviço Social	58
Figura 5 - Temáticas referente as áreas de concentração dos PPGSS.....	59
Figura 6 - Classificação das Produções segundo Área Temática.....	65
Figura 7 - Áreas de Concentração na produção científica do Serviço Social	66
Figura 8 - Área de Predominância dos 361 GPs abordando a temática do envelhecimento humano.....	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação dos periódicos do Serviço Social com Qualis A utilizados na Pesquisa.	71
Quadro 2 - Quantitativo dos trabalhos pertencentes apenas ao núcleo profissional de Serviço Social.	76
Quadro 3 - Quantitativo de artigos pertencentes apenas ao núcleo profissional de Serviço Social, depois de desconsiderar os trabalhos que não eram do tipo artigo.	77
Quadro 4 - Relação dos artigos selecionados para a análise desta pesquisa	78
Quadro 5 - Temáticas associadas ao envelhecimento na produção de conhecimento do Serviço Social	80
Quadro 6 - Abordagens indicadas no estudo das autoras Siqueira (2001); Siqueira, Botelho, Coelho (2002)	84
Quadro 7 - Incidência dos artigos de acordo com a perspectiva Socioculturalista	86
Quadro 8 - Incidência dos artigos de acordo com a perspectiva Economicista	90
Quadro 9 - Incidência dos artigos de acordo com a perspectiva Biológico/comportamentalista.	94
Quadro 10 - Incidência dos artigos de acordo com a perspectiva Transdisciplinar	96

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantitativo de trabalhos por descritores, em periódicos de Qualis A do Serviço Social, no período de 1996 – 2015.	74
Gráfico 2 - Quantitativo de trabalhos por Periódicos de Qualis A do Serviço Social, no período de 1996 – 2015.....	74
Gráfico 3 - Quantitativo de trabalhos de acordo com a origem dos núcleos profissionais, em periódicos de Qualis A do Serviço Social, no período de 1996 – 2015.	76

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
 CAPÍTULO I - O ENVELHECIMENTO COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL.....	21
1.1 O Envelhecimento como fenômeno social	21
1.2 As contribuições da Geriatria e a Gerontologia na compreensão do Envelhecimento	40
 CAPÍTULO II - A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ENVELHECIMENTO NO ÂMBITO DO SERVIÇO SOCIAL.....	50
2.1 A produção científica no âmbito do serviço social.....	50
2.2 A produção científica sobre envelhecimento no âmbito do serviço social.....	61
 CAPÍTULO III – O SERVIÇO SOCIAL E AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL DO ENVELHECIMENTO: ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NOS PERIÓDICOS DA ÁREA	71
3.1 Processo de Refinamento da Coleta de dados: os primeiros achados	71
3.2 Processualidade da Contribuição do Serviço Social para a Produção Científica relacionada ao Envelhecimento segundo Análise da produção dos Periódicos	80
3.3 Abordagens Prevalentes na produção do Serviço Social acerca do Envelhecimento	84
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101
 APÊNDICES	109

INTRODUÇÃO

O presente estudo foi construído a partir de investigação teórica sobre os aspectos que envolvem a produção do conhecimento do Serviço Social acerca do envelhecimento humano, visando a conclusão do processo de Mestrado Acadêmico em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. Salientamos que este trabalho está vinculado a área de concentração denominada de *Serviço Social e Política Social* e mais especificamente à linha de pesquisa, *Estado, Direitos Sociais e Proteção Social*.

Essa discussão deu continuidade às reflexões acerca de aspectos relevantes do processo de envelhecimento, fruto de um interesse particular desencadeado na graduação em Serviço Social - Universidade Federal da Paraíba (UFPB), quando na ocasião foi possível participar das atividades do Setor de Estudos e Pesquisas em Saúde e Serviço Social (SEPSASS), cujo estudo estava pautado no Controle Social e a Saúde do Idoso.

Como produto desse processo e mediante observações no estágio curricular no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), do Cristo Redentor¹, de que os direitos sociais dos idosos ainda eram poucos discutidos e conhecidos por este segmento, promovemos uma investigação relacionada ao Trabalho de Conclusão de Curso que se debruçou sobre “Os Direitos Sociais da Velhice e as condições objetivas de efetivação desses direitos”.

Somado ao interesse pessoal, esse trabalho atendeu prioritariamente uma demanda atual do SEPSASS, através do projeto integrado intitulado “Aproximações e Distanciamentos entre a Política de Saúde para a pessoa Idosa e as Políticas de proteção social à velhice: a intersetorialidade em questão” em operacionalização desde 2015.

Em contribuição a este projeto integrado que se destinou a analisar mais amiúde como vem se desenvolvendo a proteção social à velhice no município de João Pessoa, tendo como cotejo o dispositivo da intersetorialidade (CAVALCANTI, 2014), delimitamos o objeto acima mencionado. Assim, partimos do pressuposto de

¹ O CRAS, localizado no Bairro do Cristo Redentor, foi o pioneiro na Capital, criado em 2004, devido à existência de diversas áreas de extrema pobreza e vulnerabilidade social. O seu território de abrangência corresponde às comunidades do próprio bairro (sete aglomerados subnormais¹), e a comunidade São Geraldo localizado no Bairro do Rangel.

que era preciso verificar e refletir inicialmente como vem se desenvolvendo a produção de conhecimento sobre o envelhecimento, as especificidades e abordagens trabalhadas pelos autores de Serviço Social.

Não obstante tais pressupostos, importa também ressaltar que, com o crescimento acelerado do segmento idoso no Brasil, a partir da década de 1960, a sociedade vem sofrendo transformações que têm exigido um enfoque digno de atenção e preocupação sobre estratégias mais adequadas de atendimento destinadas a essa população. Nesse contexto, o fenômeno do envelhecimento vem despertando o interesse de vários estudiosos, o que exige uma atenção maior, sobre as medidas de proteção social, capazes de acolher as demandas do segmento idoso em sua integralidade.

No âmbito do Serviço Social tal produção empiricamente tem se mostrado recente, o que demanda estudos aprofundados sobre tal, ao mesmo tempo em que indica a relevância acadêmica do nosso trabalho, ora apresentado.

Nessa dissertação nos propusemos refletir criticamente e dar visibilidade aos tipos de análises que vem sendo construídas acerca da velhice na perspectiva do Serviço Social, ou seja, o objetivo central foi cartografar a produção do conhecimento do Serviço Social no que concerne a temática do envelhecimento e seus congêneres: velhice; idoso; idosos,² identificando simultaneamente a contribuição da profissão ao processo de construção da visibilidade de tais temas no plano dos debates e reflexões teóricas. Outrossim, buscamos constatar quais as associações temáticas que são feitas pelos autores do Serviço Social em relação ao processo de envelhecimento.

Ademais, buscou-se identificar dentre as abordagens propostas por Siqueira (2001) e Siqueira, Botelho, Coelho (2002), quais as mais frequentemente utilizadas pelos autores do Serviço social na apreensão de tais temáticas.

Neste sentido, a **biológico/comportamentalista** trata das alterações fisiológicas do envelhecimento; a **economicista** discute a velhice na ótica de um advento social, a aposentadoria, onde situa o lugar dos idosos na estrutura social produtiva, centrando as análises na questão da ruptura com o mundo produtivo do mercado de trabalho; a **socioculturalista** analisa o envelhecimento enquanto uma construção social; e por último, a **transdisciplinar** percebe esse processo como um

² Esclarecemos o leitor que os termos referidos foram selecionados com intuito de ampliar nosso escopo de coleta de dados.

fenômeno natural e social, que se apresenta de maneira singularizada em cada indivíduo.

A opção por tais coordenadas surgiu por se tratar de uma proposta que conseguiu alocar em quatro abordagens as formas teórico-metodológicas com as quais o envelhecimento foi apropriado pelo conhecimento científico qualificado dos pesquisadores brasileiros nos campos da geriatria, gerontologia e ciências sociais aplicadas.

Diante dos objetivos elencados, uma questão central serviu de fio condutor para a consecução da pesquisa, qual seja: a abordagem economicista é predominante dentre as produções de artigos científicos do Serviço Social?

Assim, partimos da hipótese de que a produção científica do Serviço Social em relação as questões relacionadas ao envelhecimento se utiliza de perspectivas ligadas a economia e aos processos de reprodução do capital.

No tocante aos procedimentos metodológicos, adotamos a pesquisa bibliográfica e documental. Sobre a pesquisa bibliográfica, Lima e Miotto (2007, p. 44), ressaltam que,

[...] ela é sempre realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos. Portanto, difere da revisão bibliográfica uma vez que vai além da simples observação de dados contidos nas fontes pesquisadas, pois imprime sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existente.

Com relação à pesquisa documental, Gil (2012, p. 51) afirma que é semelhante à pesquisa bibliográfica, com diferença apenas na natureza das fontes, pois a bibliográfica é baseada em análises de diversos autores e a documental, em documentos que ainda não ganharam um tratamento analítico, mas que podem ser reelaborados dependendo dos objetivos da pesquisa.

Para tanto, elencamos como norteadora para esse estudo a proposta de Lima e Miotto (2007) que traça um planejamento metodológico com foco na pesquisa bibliográfica, a qual orienta que as investigações devem perpassar algumas fases, como: a exposição do método; a construção do desenho metodológico e a escolha dos procedimentos; e por último, a apresentação do percurso da pesquisa.

Elegemos o método do materialismo histórico dialético de Marx como a diretiva mais adequada à apreensão do fenômeno, por considerar relevante a

possibilidade de análise histórica, crítica e totalizante do mesmo, pois como afirmam Lima e Miotto (2007, p.40),

O método dialético implica sempre em uma revisão e em uma reflexão crítica e totalizante porque submete à análise toda interpretação pré-existente sobre o objeto de estudo. Traz como necessidade a revisão crítica dos conceitos já existentes a fim de que sejam incorporados ou superados criticamente pelo pesquisador. Trata-se de chegar à essência das relações, dos processos e das estruturas, envolvendo na análise também as representações ideológicas, ou teóricas construídas sobre o objeto em questão.

Estabelecido o método, definimos o desenho metodológico e os procedimentos a serem seguidos, conforme a sequência explicitada pelas autoras. Elaboramos o projeto de pesquisa e fizemos a investigação das soluções referentes à coleta dos dados, com o levantamento da bibliografia e das informações contidas nela; em seguida, a análise explicativa das soluções através de uma apreciação minuciosa e crítica dos documentos e seus conteúdos; e finalmente, a síntese integradora, fase de conclusão da análise.

Diante do exposto ressaltamos que o conjunto de informações e dados alcançados, após o tratamento metodológico devido, se diluiu nos três capítulos da dissertação.

No que concerne a particularidade da coleta bibliográfica para fins de determinar as características da produção do conhecimento sobre envelhecimento no contexto do Serviço Social, vale dizer que mapeamos os periódicos *online* do Serviço Social com Qualis A e em seguida, selecionamos os artigos constantes nesses periódicos a partir dos descritores: Envelhecimento, Velhice, Idoso e Idosos. Dos artigos encontrados nessa consulta por descritores, inicialmente nos limitamos apenas aos artigos escritos em português e cujo recorte temporal compreendeu o período de 1996, ano em que a Política Nacional do Idoso (PNI) foi regulamentada, até 2015.

O levantamento de dados da pesquisa foi realizado no período de maio a setembro de 2016 e teve como referência a base de periódicos das ciências sociais aplicadas e da saúde especificamente, o SCIELO (Scientific Electronic Library Online); Lilacs (Biblioteca Virtual em Saúde) e Latindex. Vale ressaltar que a forma encontrada para uniformizar a coleta foi pesquisar os descritores em “todas” as categorias de sistematização de cada periódico.

Posterior a coleta dos trabalhos por descritores, identificamos os núcleos profissionais pertencentes a cada autor, através de informações contidas nas notas de rodapés dos próprios trabalhos ou quando necessário, recorremos aos dados online da Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Para melhor organização da análise e adotando como referência a área do Serviço Social, definimos os núcleos profissionais mediante as seguintes nomenclaturas: “*híbrido*” (para os artigos que possuem a participação de autores com formação em Serviço Social juntamente com outros núcleos profissionais), “*outros núcleos profissionais*” (artigos cujos autores possuem formação em qualquer área que não fossem no Serviço Social) e “*Serviço Social*” (autores que possuem formação em Serviço Social, seja Graduação ou Pós-Graduação).

Assim, foram consideradas para análise, apenas os trabalhos que pertenciam ao núcleo profissional do Serviço Social, onde foram examinados com base nos títulos e resumos.

Nesse momento da leitura, foram identificados trabalhos classificados como dossiê; editorial; debate; resumos; entrevistas e relatos de experiência, os quais decidimos desconsiderar da pesquisa e considerar apenas os classificados como artigos. Por fim, levando em consideração a temática do envelhecimento, verificamos que alguns artigos não associavam o estudo à essa temática, e, portanto, foram também desconsiderados.

Assim, depois desses recortes, finalmente resultou uma amostra de 26 artigos que realmente interessaram ao presente estudo, artigos produzidos pela área do Serviço Social e que tratassem da temática do envelhecimento.

No que se refere à pesquisa documental, analisamos as legislações da Política Nacional do Idoso (PNI), Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSI), Estatuto do Idoso, Constituição Federal de 1988 e demais documentos constantes no IBGE e Organização Mundial da Saúde.

Efetuada a coleta, examinamos as informações obtidas nos materiais selecionados no processo da pesquisa bibliográfica, utilizando a técnica de leitura, sugerida por Lima e Miotto (2007) que ressaltam que na pesquisa bibliográfica, a leitura “apresenta-se como a principal técnica, pois é através dela que se podem identificar as informações e os dados contidos no material selecionado”.

Com base nisso, a análise seguiu as etapas: leitura de reconhecimento e exploração do material (leitura rápida para identificar o material que pode interessar à temática); leitura seletiva (definir o material que realmente interessa); leitura crítica ou reflexiva (estudo crítico do material, buscando compreender as informações ali contidas) e leitura interpretativa (interpretar os dados colhidos, estabelecendo uma correlação entre os elementos extraídos da obra com o objeto de estudo a que se destina a pesquisa). Os dados coletados foram analisados a partir dos desdobramentos que as políticas voltadas ao campo do envelhecimento sinalizam atualmente. São apresentados inicialmente em forma de quadros e gráficos ou a partir da extração de fragmentos das obras analisadas.

Vale ressaltar que dos 45 trabalhos, que poderiam interessar ao nosso estudo, selecionados na etapa de reconhecimento e exploração do material, optamos por 26 obras que realmente interessaram, mediante a leitura crítica ou reflexiva das obras, as quais possuíam todos os critérios observados no início do processo.

Com base nesse contexto, a organização deste trabalho de dissertação deu-se em três capítulos. O primeiro capítulo intitulado, “O Envelhecimento como expressão da questão social”, envolve uma reflexão acerca do processo de envelhecimento como fenômeno natural da vida humana, ao tempo em que analisa as contribuições da Geriatria e Gerontologia na compreensão do Envelhecimento. Buscamos recuperar elementos históricos desse processo enquanto fenômeno mundial, seus desdobramentos no Brasil e as várias faces da velhice. Ademais, refletimos sobre as duas especialidades que sustentam a discussão do envelhecimento: a Geriatria e Gerontologia.

O segundo capítulo, “A produção científica sobre envelhecimento no âmbito do Serviço Social”, põe em relevo a produção científica construída pelo Serviço Social voltada para o processo de envelhecimento e suas transversalidades. Assim, buscamos inicialmente, discutir como se processou historicamente essa produção científica de modo mais genérico na profissão, pontuando os avanços e fatos históricos que possibilitaram o alcance de um arcabouço teórico-científico consolidado e crítico. E posteriormente focalizamos o processo de constituição da produção científica voltada para as questões relacionadas à velhice e seus congêneres.

O terceiro capítulo expressa os resultados relacionados aos objetivos do estudo, notadamente sinalizando os tipos de análises que vem sendo construídas acerca da velhice na perspectiva do Serviço Social. Assim, apresenta o percurso da pesquisa, os primeiros achados, evidenciando através de quadros e gráficos, as informações extraídas do processo de coleta de dados, de modo a cartografar a produção de conhecimento no que concerne a temática do envelhecimento. Ademais, as análises serão desenvolvidas levando em consideração as associações temáticas concebidas nessas produções e as abordagens hegemonicamente mais utilizadas pelo Serviço Social acerca do processo de envelhecimento.

E por último, as considerações finais.

CAPÍTULO I - O ENVELHECIMENTO COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

Neste capítulo, vamos tratar o processo de envelhecimento enquanto fenômeno mundial, perfazendo um histórico do desenvolvimento dessa população, seus desdobramentos no Brasil, as diversas faces da velhice e a importância de se compreender os pressupostos básicos de construção desse saber.

1.1 O Envelhecimento como fenômeno social

O envelhecimento populacional, enquanto fenômeno mundial e sem precedentes, vem ocorrendo de maneira diferenciada entre os países, ocasionando transformações nos mais diferentes aspectos da vida humana, seja biológico, demográfico, social, econômico ou cultural.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000), em 1950, eram cerca de 204 milhões de idosos no mundo e, já em 1998, aproximadamente cinco décadas depois, este contingente alcançava o equivalente a 579 milhões de pessoas, um crescimento de quase 8 milhões de pessoas idosas por ano.

Já em 2015, a população mundial dispõe de cerca de 900 milhões de idosos, o que corresponde 12,3% da população total, cuja expectativa de vida para 2050, é de que o número total de idosos alcance 21,5% da população mundial.³

Decerto, que a partir de meados do século XX, vem sendo observado em todo o mundo um crescimento maior entre as pessoas com 60 anos ou mais de idade, em decorrência da redução nas taxas de fecundidade e mortalidade, motivadas principalmente pelo avanço da medicina e evolução tecnológica⁴.

De acordo com Kanso (2013, p. 3),

³ Dados extraídos de reportagem do Jornal digital Zero Hora, em Porto Alegre. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo/vida/noticia/2015/09/numero-de-idosos-quase-triplicara-no-brasil-ate-2050-afirma-oms-4859566.html>> Acesso em: 22 fev de 2017.

⁴ “A queda nas taxas pode ser atribuída a quatro fatores: socioeconômicos; sanitários; políticos e; progressos técnicos da medicina” (SAWYER, 1991 *apud* KANSO, 2013).

[...] enquanto que a Europa na década de 1950 já apresentava valores de 2,7 filhos por mulher, todas as outras regiões alcançaram níveis semelhantes meio século depois, com exceção da África que mantém taxas consideradas elevadas, aproximadamente 5 filhos por mulher.

É válido considerarmos nesse processo, que o aumento da expectativa de vida é outro fator importante para observarmos o crescimento da população idosa, e vale ressaltar, que será um aspecto diferentemente vivenciado entres os povos.

O aumento na expectativa de vida por ocasião do nascimento é principalmente uma vitória do declínio da mortalidade infantil e, em segundo lugar, da diminuição de mortes de adultos por doenças infecciosas e não decorre de nenhum progresso genético obtido pela espécie em tempos recentes (NERI, 2005, p. 85).

Aumento que se deu em todas as regiões para ambos os sexos, embora com níveis mais elevados para as mulheres. No período entre 1955 e 1960, a esperança de vida mundial era de aproximadamente 49 anos para ambos os sexos e em 2010, de 65,7 para homens e 70,1 anos para mulheres. Entre as regiões, em 1950, a maior esperança de vida ao nascer foi observada na Europa e a menor, na África tanto para homens quanto para mulheres (KANSO, 2013).

Com base no relatório anual “Estatísticas Globais de Saúde: Monitorando a Saúde para os ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável)”, publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), é expressivo o aumento da expectativa de vida mundial desde o ano 2000, contudo, ainda existem grandes desigualdades dentro e entre países. Entre 2000 e 2015, a expectativa de vida no mundo aumentou significativamente em 5 anos, passando a ser considerada a evolução mais rápida desde a década de 1960. Nesse período de 15 anos, o aumento maior ocorreu na Região Africana da OMS, onde a expectativa de vida subiu 9,4 anos, passando para 60 anos. Esse avanço na saúde da população africana ocorreu principalmente devido a melhorias da sobrevivência infantil, aos avanços do controle da malária e um maior acesso aos antirretrovirais para o tratamento de HIV, mas apesar disso, a região continua com as taxas mais baixas do mundo (OMS, 2016).

Ainda de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2015, 12 países, entre eles a Suíça, Espanha, Itália, Islândia, Israel, França, Suécia, Japão, Cingapura, Austrália, Coreia do Sul e Canadá apresentaram expectativa de vida

superior a 82 anos, já em 22 países localizados no continente africano, sendo Serra Leoa, Angola, República Centro-Africana, Chade, Costa do Marfim, Lesoto e Nigéria mantiveram esse indicador em menos de 60 anos. O Brasil registrou índice intermediário, com uma expectativa de vida de 75 anos, à frente de países como Bolívia (70,7 anos) e Paraguai (74), mas bem atrás de Chile (80,5) e Cuba (79,1) (OMS, 2016).

A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), através de suas análises (2012 e 2015), vem chamando atenção para a repercussão que esse processo terá na economia muito em breve. Trata-se de um fenômeno relativamente recente, de envelhecimento da economia, onde o consumo do segmento com mais de 65 anos se sobreporá ao consumo do segmento de 0 a 19 anos. Segundo a Comissão, em 2040 haverá 73 economias envelhecidas no mundo e países como Brasil, Uruguai, Chile, Costa Rica e Cuba, estarão entre elas, como é possível constatar na imagem que segue:

Figura 1 - Mapa de economias envelhecidas em 2040



Fonte: elaboração própria da CELADE-Divisão de População da CEPAL, a partir da base de dados do projeto CNT⁵.

Outro estudo elaborado por Valdez (2014 *apud* Dal Prá e Silva, 2014), também evidencia esse aspecto, mostrando que as projeções para 2050 ratificam a aceleração do envelhecimento populacional.

⁵ Disponível em: < http://www.cepal.org/notas_p/74/EnFoco_2.html > Acesso em: 10 set. 2016.

Figura 2 - Dados da América Latina e Caribe, projeções relativas à população com 60 anos ou mais de 1975 a 2050

Países	1975	2000	2025	2050
Argentina	11,4	13,5	17,1	24,8
Bolívia (Est. Plur. de)	5,5	6,5	9,5	17,5
Brasil	6,0	8,1	16,6	29,4
Chile	7,8	10,2	20,1	28,2
Cuba	9,8	14,3	26,1	37,1
Nicaragua	4,4	5,3	9,8	19,6
México	5,5	7,5	15,1	27,4
Paraguay	5,6	6,5	10,8	18,3
Uruguay	14,1	17,3	21,2	26,9
Barbados	13,8	12,6	26,7	36,4
Jamaica	8,4	9,9	14,5	22,5
América Latina y el Caribe	6,5	8,3	15,1	25,5

Fonte: Valdés (2014, *apud* DAL PRÁ; SILVA, 2014, p. 101).

Sendo assim, é oportuno ressaltar que o fenômeno do envelhecimento populacional será vivenciado em todo o mundo, resguardando-se contudo, as dimensões e particularidades dessa fase da vida, que serão apresentadas de maneira variada entre os países, levando em consideração a influência direta das condições históricas, políticas, sociais, econômicas e culturais, no desenvolvimento desse fenômeno. Desse modo, concordamos que;

Nos países desenvolvidos, o envelhecimento populacional ocorreu em um cenário socioeconômico favorável, o que permitiu a expansão dos sistemas de proteção social. Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, o envelhecimento está ocorrendo em meio a uma conjuntura recessiva e uma crise fiscal que dificultam a expansão do sistema de proteção social para todos os grupos etários e soma-se uma ampla lista de questões sociais não resolvidas (CAMARANO; PASINATO, 2004 *apud* FERREIRA; TEXEIRA, 2014, p.166).

Para Veras (2004), o envelhecimento humano, é hoje, um relevante fenômeno mundial, cujos efeitos são bem maiores e mais intensos do que se pensava, pois vem ocorrendo de forma muito rápida e forte nos países em desenvolvimento, o que tem suscitado preocupações quanto às suas repercussões em ambiente de pobreza por acarretarem pressões para transferência de recursos na sociedade, estabelecendo desafios para o Estado, os setores produtivos e as famílias.

A proporção de crescimento da população também varia entre os próprios idosos, em consequência da queda da mortalidade nas idades avançadas, quando há um aumento do peso relativo das pessoas com 80 anos ou mais. De acordo com os autores Camarano, Kanso e Mello (2004, p. 28), “o intervalo etário que define a população idosa é bastante amplo, por esse motivo, comumente ela divide em dois subgrupos etários, o segmento populacional de 60 a 79 anos e de 80 anos e mais”.

Conforme as estimativas das Nações Unidas, em 2011, esse segmento representava 1,6% da população mundial e as projeções indicam que passará para 4,3% em 2040. Nesse mesmo ano representará 20% da população idosa (KANSO, 2013). Entretanto, “[...] além de um contingente maior de pessoas alcançarem as idades mais avançadas, estes idosos estão vivendo mais anos, embora com maior incapacidade” (CAMARANO, KANSO e FERNANDES, 2012 *apud* KANSO, 2013, p. 2).

No tocante à saúde do idoso, estudos revelam ser esse, o segmento que mais utiliza os serviços de saúde, e também a fase com maior incidência de doenças crônicas, como afirma Veras (2003, p. 11 e 12),

[...] é amplamente reconhecido que os idosos são usuários dos serviços de saúde em taxas mais altas do que os demais grupos etários. [...] A procura por motivo de doença crônica é mais elevada do que por doenças não crônicas (28,9% e 8,1%, respectivamente).

Esse processo de envelhecimento populacional vem acompanhado pela mudança dos padrões epidemiológicos, cujo predomínio das causas de morte deixa de ser por doenças infecciosas e parasitárias, passando a prevalecer as doenças crônicas degenerativas, onde 63% dos óbitos são devido a essas doenças não transmissíveis e desses óbitos, 75% são de idosos. (KANSO, 2013).

O envelhecimento da população será vivenciado em moldes diferenciados entre os sexos, alguns autores reconhecem que o envelhecimento é um fenômeno de gênero, porque as mulheres tendem a viver mais tempo que os homens, fazendo da terceira idade uma etapa preferencialmente feminina.

Em 1995, a razão de sexos nos países desenvolvidos foi de 63%. Nos países em desenvolvimento foi de 88%. No Brasil foi de 82%. Em 1996, 54,4% das pessoas de mais de 60 anos eram mulheres. A superioridade numérica das mulheres idosas aumenta com a idade (BERQUÓ *apud* NERI, 2005, p.87).

O fato das mulheres viverem por mais tempo, é justificado pelas seguintes hipóteses: diferenças na exposição a risco, como acidentes domésticos e de trabalho, acidentes de trânsito, homicídios e suicídios cuja incidência é quatro vezes maior entre os homens das áreas urbanas; diferenças no consumo de álcool e tabaco, pois os homens tendem a consumir mais tabaco e álcool que as mulheres; diferenças na atitude em relação às doenças, uma vez que as mulheres têm melhor percepção da doença e utilizam com maior constância os serviços de saúde; por fim, o atendimento médico-obstétrico, diminui o índice de mortalidade materna (VERAS, 2003).

Nos países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil, o processo de envelhecimento ganhou destaque na década de 1960, devido ao acelerado crescimento da população idosa, em decorrência dos mesmos motivos ocasionados a nível mundial, a redução das taxas de fecundidade e de mortalidade.

Com os avanços da medicina e as melhorias nas condições gerais de vida da população, a expectativa de vida do brasileiro ao nascer, é elevada, e a média de vida num período de 40 anos, passa de 45,5 para 62,6 anos, ou seja, um aumento de 17 anos. Em 2000, a barreira dos 70 anos de vida média, é ultrapassada, quando se observa uma esperança de vida ao nascimento de 70,4 anos. De acordo com a projeção, o Brasil permanecerá transpondo a vida média de sua população, obtendo em 2050 o patamar de 81,3 anos, basicamente o mesmo nível atual do Japão (IBGE, 2004 *apud* SILVA, M., 2010, p. 229).

O crescimento acentuado da população idosa também ocorreu em um contexto de transformações nos arranjos familiares. Estes foram consequência da queda da fecundidade, entrada da mulher no mercado de trabalho, bem como mudanças na nupcialidade. Esses movimentos acabaram afetando os contratos tradicionais de gênero, onde a mulher e o homem tinham papéis bem definidos, como cuidadora e provedor, respectivamente. Esse novo quadro alterou significativamente a capacidade das famílias em cuidar dos seus membros dependentes (crianças e/ou idosos). No caso da legislação brasileira, esta define que o cuidado de seus membros dependentes é da família. Como sua capacidade de cuidar está diminuindo, deve-se repensar de quem e como será o cuidado dessa população (KANSO, 2013, p. 14).

No que diz respeito a questão de gênero, dados da Projeção da População por Sexo e Idade (PROJEÇÃO, 2013), revelam que a esperança de vida de uma

pessoa aos 60 anos de idade, em 2014, seria de 21,9 anos, 20,0 anos para os homens e para as mulheres 23,6 anos, ou seja, parte dos idosos de 60 anos ou mais de idade era composta por 55,7% de mulheres. É estimado que em 2030 a esperança de vida aos 60 anos de idade, para ambos os sexos, seja de 23,8 anos, alcançando 25,2 anos em 2060. O diferencial por sexo no indicador, em 2060, seria de 23,0 anos para os homens e 27,2 anos para as mulheres (IBGE, 2015).

No Brasil, a proporção de idosos de 60 anos ou mais de idade era de 9,7%, em 2004, passando para 13,7%, em 2014, significando o grupo etário que mais cresceu na população, ou seja, um crescimento de pouco mais de 4% em 10 anos. Esse mesmo documento ressalta, que a Projeção da População por Sexo e Idade, realizada pelo IBGE (PROJEÇÃO, 2013), indica que em 2030, esta proporção seria de 18,6%, e, em 2060, de 33,7%, isto é, em cada três pessoas uma terá ao menos 60 anos de idade (IBGE, 2015).

O fenômeno do envelhecimento populacional será visto em todo o mundo, mesmo que em períodos e momentos históricos diferentes, no caso específico do Brasil é preciso sempre lembrar que essa mudança do perfil etário vem ocorrer mais tarde, embora mais rápido que nos países desenvolvidos. Assim sendo,

[...] o mais importante é que este envelhecimento é muito mais rápido do que o sucedido em países industrializados como a França, a Alemanha, o Canadá e o Japão. Nós estamos envelhecendo sem sermos ricos e os países desenvolvidos envelheceram depois de terem enriquecido. Este é o desafio, como preparar um país que ainda tem a atitude de ser jovem, mas já está envelhecendo e que em 19 anos terá dobrado a proporção de idosos de 7% para 14%, o que a França levou 115 anos para atingir. Em uma geração, estamos alcançando os parâmetros europeus sem, nem de longe, termos os recursos [...] (ONU *apud* SILVA, M., 2010, p. 230).

O envelhecer no Brasil confere um desafio maior, em acolher as demandas dessa população que envelhece de forma acelerada, sem que o país esteja preparado para tal, do ponto de vista estrutural e conjuntural. O que vem exigir um novo enfoque, mudanças que atendam de modo efetivo essas demandas de atenção e amparo, e a utilização de estratégias mais adequadas de atendimento.

Vale salientar que o envelhecimento da população vem interferir em todas as dimensões da vida humana, seja na família, no trabalho, na educação, no mercado de consumo e nas políticas públicas, não devendo ser compreendida de forma

individualizada e particularizada, mas enquanto um fenômeno social e cultural que coletivamente atinge toda uma geração (SILVA, M., 2010).

O envelhecimento é um fenômeno que vem ganhando visibilidade e despertando o interesse de vários estudiosos não só por ser uma fase em que aumentam as necessidades sociais, mas, sobretudo pelos impactos que esse processo de envelhecimento tem provocado na economia.

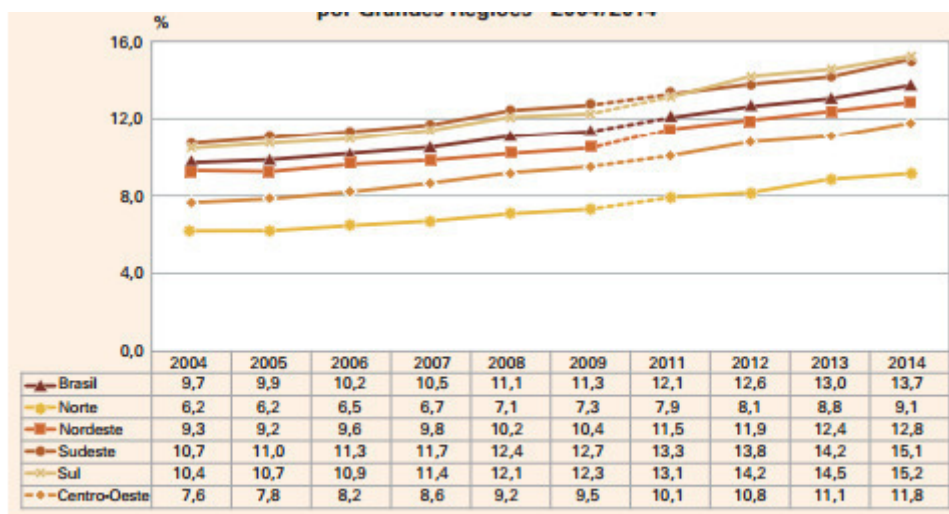
Ademais, é um segmento amplo e heterogêneo que vem apresentar também no Brasil, um crescimento diferenciado entre eles próprios, sendo observado um aumento da sobrevida dos indivíduos, motivado pelos avanços da medicina e da tecnologia. Com isso, o grupo de 80 anos ou mais, chamado de “mais idosos”, passou a ter uma maior representatividade dentro do segmento idoso brasileiro, representando 10% da população idosa em 1940 e em 2000, 13% (CAMARANO; KANSO; MELLO, 2004).

No Brasil, como em outros países, o envelhecimento também é considerado uma questão de gênero, visto que 55% da população idosa como um todo, é constituída de mulheres. E quando separada por subgrupos de idade, essa diferença de gênero é ainda maior, principalmente entre os mais idosos, fato que se justifica pela mortalidade diferenciada por sexo. No período entre 1980 e 2000 a esperança de vida da população masculina brasileira passou de 58,5 anos para 67,5, enquanto que a feminina apresentou ganhos mais elevados, de cerca de 11 anos, aproximando-se de 76 anos (CAMARANO; KANSO; MELLO, 2004).

De acordo com Kanso (2013), nos últimos 30 anos, no Brasil, ocorreram mudanças nos padrões epidemiológicos em todas as faixas etárias da população. Em 1979, na faixa de idade de 0 a 14 anos as doenças infecto-parasitárias passam de 22,6% para 5,7% em 2011, onde as neoplasias e as causas externas ganharam importância ao longo do período. Com relação ao grupo de 15 a 59 anos, houve uma queda de 25,7% para 19,3% das doenças do aparelho circulatório, no entanto, as causas externas e neoplasias aumentaram suas participações. Esse aumento na proporção das neoplasias foi mais significativo entre os idosos.

Devido às diferenças na dinâmica demográfica regional, observa-se que, em 2014, o aumento da proporção de idosos foi mais elevado nas Regiões Sul (15,2%) e Sudeste (15,1%) e menos expressivo na Região Norte (9,1%), como mostra a figura 3 (IBGE, 2015).

Figura 3 - Proporção de pessoas de 60 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões - 2004/2014



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2014.
Nota: Não houve pesquisa em 2010.

Fonte: IBGE, 2015.

Os autores, Camarano, Kanso e Mello (2004), observam que é na área urbana onde acontece a maior concentração da população idosa, o que sugere um crescimento mais intenso dessa parcela em relação ao restante da população.

Silva, M. (2010) afirma que de fato o envelhecimento no Brasil pode ser considerado um fenômeno de predominância urbana em decorrência do movimento migratório da população das zonas rurais para a zona urbana, em busca de melhores condições de trabalho, especialmente durante e após a década de 1960 quando há um “boom” na industrialização, o que contribui para um significativo ganho com serviços de saúde e saneamento.

É necessário, portanto, situarmos que a expansão do processo de envelhecimento vem ocorrendo numa conjuntura de crise do capitalismo, de redefinição das funções do Estado, num período de intensas mudanças no padrão de acumulação capitalista, momento de sinalização dos influxos das ideias neoliberais, isto é, um contexto que vem afetar sobremaneira o desenvolvimento dos idosos.

Um período em que as relações sociais e familiares se modificam, novos papéis são impostos aos idosos nas relações de produção e as desigualdades de classes cada vez mais ressaltadas.

Entre 2014 e 2015, a participação de pessoas com 60 anos ou mais no contingente de empregados e desempregados subiu de 22,3% para 22,7%. [...] a sociedade brasileira está naturalmente envelhecendo, provocando aumento da população nas faixas etárias mais elevadas. Só que, no primeiro semestre de 2015, a proporção da força de trabalho, incluindo desempregados, no total da população nessas faixas subiu. No primeiro semestre, 22,7% do total da população de 60 anos ou mais estava na força de trabalho – alta em relação aos 22,3% do primeiro semestre de 2014 (TOMAZELLI; NEDER, 2015, n.p).

Em estudo da produção acadêmica sobre o envelhecimento, na área de Serviço Social, no período compreendido entre os anos 2001 a 2009, foi constatado pelas autoras Alcantara e Frias (2014, p. 679 e 680) que nos trabalhos que optaram por tratar do recorte trabalho/envelhecimento, foram unânimes no fato em,

[...] considerar que após anos de atividades na produção de bens e serviços o trabalhador vivencia uma nova fase da vida como aposentado (o que não o impede de continuar trabalhando). O aposentado, que muitas vezes sonhou com a possibilidade de dispor de seu tempo, não consegue, muitas vezes, agora viver sem o trabalho assalariado. Nesse sentido, as autoras atribuíram à memória um papel fundamental para que possamos entender o valor/sentido que os idosos atribuem ao trabalho. [...] o idoso que trabalhou, continua a trabalhar ou que pretende retornar ao mercado de trabalho enfrenta a contraditória relação prazer/necessidade. Prazer, quando associado à realização pessoal e a todos os fatores a ela associados; necessidade, quando percebe-se premido a exercer uma atividade isenta de sentido, alienante, tendo como objetivo a complementação da renda após a aposentadoria.

Vem-se observando atualmente, que a grande maioria dos idosos, essa parcela da população considerada vulnerável, está retornando ao mercado de trabalho, alguns depois da aposentadoria, com o objetivo de complementar e ou manter o sustento da família.

Na contemporaneidade são constantes os ataques aos direitos sociais dos idosos, principalmente no que toca às políticas sociais, por estarem associadas diretamente à intervenção nas condições básicas da população brasileira, seja na saúde, educação, habitação, dentre outras, o que vem romper com os princípios basilares que conformam os modelos de Seguridade Social, que são a universalidade, a equidade e a gratuidade dos serviços sociais. Pois como analisa Silva, M. (2010, p. 226),

[...] para que ocorra um processo de envelhecimento com plenitude e qualidade, pode-se afirmar que não basta acrescentar anos à vida. Antes de tudo, faz-se necessário que políticas públicas sejam criadas, ou adequar as já existentes, para atender a este segmento populacional, com expressivo potencial de crescimento, dando-lhes melhores condições de saúde e habitação, maiores e melhores acessos a programas de aposentadoria e pensões, entre outras, proporcionando-lhes melhores condições de vida.

Para tanto, ratificamos a necessidade de compreender o processo de envelhecimento enquanto fenômeno mundial, mas que vem se apresentar de modo heterogêneo, com suas peculiaridades a depender da construção histórica, social, econômica e política de cada país, ou seja, não podemos manter o discurso de que o envelhecimento será igual para todos, assim como formular políticas sociais seguindo um parâmetro único, mas é preciso, sim, levar em consideração a que condições físicas, psicológicas, financeiras, sociais, culturais e políticas o idoso foi submetido durante toda a sua vida, sobretudo, em que conjuntura histórica esteve inserido. Assim, tal reflexão nos faz acreditar na exigência de uma intervenção que não seja superficial ou baseada no aparente, mas sim, que seja um fenômeno analisado em sua integralidade.

Para melhor compreender esse processo, precisamos antes de tudo identificar como vem sendo construído o conhecimento sobre o envelhecimento, seu significado, como se deram as mudanças, além de explicitar como vem sendo visto e entendido pelos autores que trabalham essa temática.

A priori, podemos dizer que a reflexão em torno da questão da velhice remonta desde muito cedo na história da humanidade, variando sempre de acordo com o tempo, lugar, aspectos culturais, regionais, políticos e econômicos típicos de cada localidade.

Na maior parte das sociedades primitivas, o velho era exaltado pelo privilégio “sobrenatural” da longevidade, que era associado à sabedoria e à experiência, como uma fase sagrada, ocupando um lugar de destaque na sua comunidade (RODRIGUES, 2000 *apud* CAVALCANTI, 2016).

Com base no que dizem Araújo e Carvalho (2005), em algumas civilizações mais antigas, a valorização pessoal estava ligada à capacidade física, à força, à vitalidade e à virilidade, enquanto que nos países orientais, a velhice era vista com

verdadeira adoração, em que os jovens os procuravam como uma referência de conhecimento e de experiência.

No século XVI, são apontados os primeiros estudos científicos acerca do envelhecimento, e teve como representantes, Bacon, Descartes e Benjamin Franklin, os quais acreditavam ‘vencer’ as transformações da velhice com o desenvolvimento de eficazes métodos científicos. Bacon defendia a ideia de que o espírito jovem no corpo velho poderia regredir a evolução da natureza, enquanto que Benjamin foi o primeiro a dizer que as doenças eram as responsáveis pela morte e não o envelhecimento. Mas, é só no início da década de 1920 que as questões relativas ao envelhecimento humano, ganham destaque no âmbito das pesquisas científicas (ARAÚJO; CARVALHO, 2005).

Vale lembrar que até o século XIX, a noção de velho estava associada à incapacidade de produzir ou trabalhar e, portanto, “era tratada como uma questão de mendicância, porque sua fundamental característica era a não possibilidade que uma pessoa apresentava de se assegurar financeiramente” (Ibid., p. 230).

Nesse contexto, a noção de velhice como uma etapa diferenciada da vida, que merece atenção especial, vem surgir na passagem do século XIX para o século XX, em que “uma série de mudanças específicas e a convergência de diferentes discursos acabaram reordenando o curso da vida e gerando condições para o surgimento da velhice” (SILVA, L., 2008, p. 158).

Com o surgimento da medicina moderna, a velhice vai sendo entendida gradativamente, como um estado fisiológico específico, onde o corpo é estudado e reconstruído, com base na anatomia patológica, utilizando o micro nível dos tecidos e das células para explicar o processo de degeneração do corpo (SILVA, L., 2008). Para tanto, a partir da medicina moderna,

[...] tende-se a estudar a velhice e o processo de envelhecimento como problemas clínicos, certezas biológicas e processos invariáveis. A morte passou a ser vista, então, como resultado de doenças específicas da velhice; a longevidade possui limites biológicos insuperáveis; a velhice é a etapa necessária da vida na qual o corpo se degenera (Ibid., p. 158).

Assim, o processo de envelhecimento da população, enquanto um processo natural de mudanças geneticamente estabelecidas no ciclo de vida, é descrito do ponto de vista biológico, como um estágio de degeneração do organismo que se

iniciaria após o período reprodutivo, e essa deterioração, que estaria associada à passagem do tempo, implicaria uma diminuição da capacidade do organismo para sobreviver (MASORO, 1999, *apud* GROISMAN, 2002). No entanto,

[...] embora o envelhecimento promova uma diminuição das reservas orgânicas e funcionais do organismo, enquanto fenômeno natural que está previsto dentro da evolução dos seres vivos, não leva ninguém a limitações vastas, exceto nos casos de envelhecimento patológico (TEIXEIRA, 2006, p. 57).

Desse modo, “o envelhecimento não é um processo unitário, não acontece de modo simultâneo em todo organismo e nem está associado à existência de uma doença”. (PALÁCIOS *apud* CAMPOS; VARGAS; FERREIRA, 2015, p. 13). Assim, para melhor compreendê-lo, ele pode ser dividido em dois tipos: O Envelhecimento Fisiológico (Senescência) e o Envelhecimento Patológico (Senilidade). O primeiro refere-se aos processos biológicos intrínsecos aos organismos e são inevitavelmente involutivos, enquanto que o segundo refere-se ao Envelhecimento na presença de trauma e doenças (Informação verbal) ⁶.

A Organização Pan Americana de Saúde (OPS) reconhece dois tipos de envelhecimento: o biológico e o sociológico. O primeiro está relacionado às mudanças do organismo, característica das pessoas idosas, como a diminuição da acuidade visual, da capacidade auditiva, do vigor físico, da função cognitiva e de outras funções. O segundo, o sociológico, considera o papel imposto pela sociedade às pessoas idosas, como o isolamento social, a dificuldade de obter emprego ou parceiros, dentre outras (OPS *apud* SILVA, M., 2010, p. 233).

Para Neri (2005, p.68), os processos de transformação do organismo que compreende o envelhecimento “são de natureza interacional, iniciam-se em diferentes épocas e ritmos e acarretam resultados distintos para as diversas partes e funções do organismo”.

Portanto, definir a “idade real” da velhice representa uma tarefa difícil, pois é uma fase vivenciada de maneira diferente por cada indivíduo, nos seus aspectos social, biológico, psicológico e econômico, portanto, defini-la apenas pelo critério cronológico pode se tornar um elemento falho, ou seja, “pessoas da mesma idade

⁶ Informações obtidas na Disciplina de Gerontologia, ofertada pela Universidade Federal da Paraíba, e ministrada pela Prof^a Patrícia Barreto Cavalcanti.

cronológica poderiam estar em estágios completamente distintos de envelhecimento” (GROISMAN, 2002, p. 66).

Sendo assim, como um processo heterogêneo,

[...] a velhice não é definida por simples cronologia, mas pelas condições físicas, funcionais, mentais e de saúde das pessoas, o que equivale a afirmar que podem ser observadas diferentes idades biológicas⁷ e subjetivas em indivíduos com a mesma idade cronológica (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008, p.589).

Esses autores tratam das várias idades do envelhecimento: a cronológica, biológica, social e a psicológica, que falaremos a seguir, em paralelo a concepções de outros autores.

A idade cronológica retrata apenas o número de anos que transcorrem desde o nascimento da pessoa, enquanto que a idade biológica é determinada pelas alterações corporais e mentais que acontecem ao longo do processo de desenvolvimento, podendo ser compreendida como ação que tem seu início antes do nascimento e perdura por toda a existência humana (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008).

Nessa perspectiva, Paiva (2014, p. 142) lembra que “o envelhecimento humano não se limita aos aspectos biológicos, sendo também um processo cultural, devendo, portanto, ser apreendido no movimento histórico das relações de produção e reprodução social”.

Ao aspecto biológico, que é determinante, somam-se fatores que por serem culturais, como descreve a autora, são responsáveis por atitudes comportamentais que definem, esse ou aquele padrão de identificação do que é ser velho, criando uma linha tênue entre o que é socialmente aceito e a realidade do envelhecer, potencializando o surgimento de visões dos mais diversos tipos (Ibid.).

No que compete à idade social dos idosos, os autores Schneider e Irigaray (2008, p. 590) a definem como “obtenção de hábitos e status social pelo indivíduo para preenchimento de muitos papéis sociais ou expectativas em relação as pessoas de sua idade, em sua cultura e em seu grupo social”. Isto é, o indivíduo é considerado socialmente velho, quanto maior for sua dificuldade de adaptação aos

⁷Neri (2005, p.109) afirma que a “idade biológica é um indicador do tempo que resta a um indivíduo para viver, num dado momento de sua vida”.

papéis e comportamentos “culturalmente” esperados ao indivíduo, em determinado momento da história de cada sociedade (NERI, 2005).

Do ponto de vista antropológico, de acordo com Almeida (2003), o que importa na velhice é a compreensão dos mecanismos que contribuíram para que a mesma venha se constituir como categoria social singular e das representações, a ela associada, com esta autonomização. A autora acredita que tanto na velhice como em qualquer outra etapa, tem-se a articulação entre mecanismos universais e escolhas particulares.

Assim, outro marcador importante a se definir é a idade psicológica, que segundo Hoyer e Roodin (*apud* SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008, p. 591), são “as habilidades adaptativas dos indivíduos para se adequarem às exigências do meio, pelo uso da aprendizagem, memória, inteligência, controle emocional, estratégias de coping”.

Segundo Neri (2005, p.111), o conceito de idade psicológica pode ser usado em dois sentidos: o primeiro está mais ligado às capacidades cognitivas do indivíduo, numa relação com a idade cronológica, o que vem sinalizar o potencial de funcionamento futuro do indivíduo. Já o segundo conceito, diz respeito ao senso subjetivo de idade, de como cada indivíduo “avalia a presença ou a ausência de marcadores biológicos, sociais e psicológicos do envelhecimento em relação a outras pessoas de sua idade”.

Como já é sabido, o declínio de algumas habilidades cognitivas ocorrem no decorrer do processo de envelhecimento, os indivíduos com o passar do tempo diminuem o ritmo, vão ficando um pouco mais lentos, contudo, o agravamento desse declínio é motivado mais por fatores externos do que pelo próprio processo do envelhecimento, ou seja, pela falta de uso dessa cognição, doenças como depressão, alcoolismo e ainda, o alto consumo de medicamentos, falta de motivação, confiança e baixa expectativa, solidão e isolamento (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008).

O funcionamento biológico, desde o nível celular até o de todo o organismo, tem uma lógica interna de ritmo e duração, da qual os ciclos de sono e vigília, o ciclo menstrual e os ritmos metabólicos são indicadores. Essa lógica tende a mudar com o envelhecimento, alteração que é indicadora de diminuição da funcionalidade e da probabilidade de sobrevivência (NERI, 2005, p.109).

No estudo de Argimon e Stein (*apud* SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008), é verificado que o envelhecimento não provoca significativas mudanças no padrão cognitivo dos idosos, considerado apenas um declínio com intensidade leve, e que a escolaridade é um fator importante de proteção desse declínio, ao constatar um melhor resultado entre os idosos com maior escolaridade.

Diante desse contexto, ainda sabendo que a idade cronológica não é o único parâmetro usado para definir o processo sociodemográfico do envelhecimento, outros critérios são estabelecidos, especialmente pelo sistema jurídico, uma estimativa que identifica o idoso, e o mais comumente utilizado, é o que considera idoso aquele cidadão que tem 60 anos ou mais de idade, de acordo com o artigo segundo da Política Nacional do Idoso (PNI) - Lei 8.842 de 04/01/94 e também, o artigo primeiro do Estatuto do Idoso (Lei 10.741 de 01/10/03).

Nessa perspectiva, a Organização Mundial da Saúde (OMS), define a população idosa como aquela a partir dos 60 anos de idade, mas faz uma distinção quanto ao local de residência dos idosos, onde este limite é válido para os países em desenvolvimento, subindo para 65 anos de idade quando se trata de países desenvolvidos (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008).

Essa determinação do limite etário para caracterizar o idoso, nos faz refletir sobre a fragilidade do arcabouço jurídico existente no país, quando não acompanha e nem considera os aspectos essenciais de compreensão do processo de envelhecimento, identificando essa fase da vida apenas por um viés: o cronológico.

Na verdade,

[...] as concepções de velhice nada mais são do que resultado de uma construção social e temporal feita no seio de uma sociedade com valores e princípios próprios, que são atravessados por questões multifacetadas, multidirecionadas e contraditórias (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008, p. 587).

Para tanto, percebemos a dificuldade em definir de maneira unívoca o período que compreende o processo de envelhecimento, levando em consideração que sendo uma construção social, estão envolvidos vários elementos biopsicossociais numa realidade social que não é estática. Além disso, percebemos a dificuldade em manter a uniformidade entre os termos utilizados para caracterizar as pessoas que estão no processo de envelhecimento, quando observamos que entre os próprios autores não há um consenso.

Para a definição de “velho”, Schneider e Irigaray (2008, p. 588) trazem a visão de alguns autores, Ferreira (2000) compreende o termo numa perspectiva mais negativa, como que “significa muito idoso, antigo, gasto pelo tempo, experimentado, veterano, que há muito tempo exerce uma profissão ou tem certa qualidade, desusado, obsoleto”; e Gibson (2000) numa abordagem mais positiva, acredita que “não significa decrepitude, desgaste, fora de moda, mas simplesmente se refere ao número de anos que a pessoa viveu”.

Ainda nesse contexto, a autora Silva, L. (2008) assegura com base no que afirma Peixoto (1998), que o termo ‘velho’ esteja intimamente vinculado a uma situação de decadência física, invalidez e incapacidade produtiva, utilizado principalmente para designar de modo pejorativo, os velhos pobres. Mas, esse termo a partir da década de 1960, na França, vai sendo substituído por “idoso”, o qual passa a ser considerado mais respeitoso e adequado ao novo estilo de vida dessa parcela da população. No cenário brasileiro,

Peixoto (1998) argumenta que a introdução da noção de terceira idade representa uma importação das denominações adotadas pelas políticas públicas francesas, sendo o termo ‘velho’ gradativamente substituído por ‘idoso’ nos documentos oficiais. Entretanto, as ambiguidades próprias à nossa realidade fizeram com que certas imagens ganhassem sentidos mais sutis, tanto que o termo ‘velho’ parece se manter e é comumente utilizado para designar pessoas velhas de classes populares, enquanto ‘idoso’, mais respeitoso, é utilizado para aqueles de camadas médias superiores (*apud* SILVA, L., 2008, p. 163).

Em linhas gerais, a velhice esteve inicialmente associada a uma percepção mais negativa, sendo gradativamente substituída por novas expressões como “idoso” e “terceira idade” que idealizam uma visão mais positiva, com a criação de novos hábitos, hobbies, habilidades e na ideia de que é um momento propício à realização pessoal inconclusa na juventude (SILVA, L., 2008).

O termo terceira idade, bastante usual nas sociedades contemporâneas, é originado, principalmente, a partir da institucionalização e generalização das aposentadorias, da necessidade de substituição dos termos usados até então, e do aparecimento de disciplinas especializadas como a gerontologia social e a cultura do consumo. Surge então na França, na década de 1960, de um lado era utilizado para descrever a idade que a pessoa se aposentava, de outro, tinha a finalidade de

superar essa concepção pejorativa da velhice (SILVA, L., 2008; SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008).

Vale salientar, que o termo terceira idade está fortemente associado às classes médias, que mantinham “hábitos sociais e culturais diferenciados, aspirações e necessidades de consumo mais sofisticadas, que passaram a ser atendidas por novas agências especializadas” (SILVA, L., 2008, p. 162).

Desse modo, é uma expressão que não representa todos os idosos, mas, aquele idoso capaz de desfrutar desses momentos, que dispõe de melhores condições financeiras, que talvez não tenha passado por situações degradantes, oriundas de extensas e precárias jornadas de trabalho ou ainda, aquele que não precisa trabalhar depois de aposentado.

Para Mendes (*apud* ELSNER; PAVAN; GUEDES, 2007, p. 49), na sociedade em que vivemos, a velhice tende a ser vista como um período dramático, associado à invalidez e à morte, o mesmo afirma que,

[...] se no passado o status e o prestígio dos idosos era elevado, nos últimos anos, à medida que este processo de urbanização se amplia, também aumenta a discriminação dirigida às pessoas idosas, subestimando-se a sabedoria e o conhecimento acumulado no decorrer de suas vidas.

Em algumas civilizações o velho era respeitado e considerado uma pessoa sábia devido a sua experiência de vida. Em outras civilizações, além de não ser respeitado, o velho era abandonado e muitas vezes maltratado. Na sociedade capitalista, por sua vez, o velho é colocado à margem da sociedade porque não possui características que possam identificá-lo como um ser produtivo, entendendo-se por produtivo, o idoso inserido em atividade que venha gerar lucro ao capital (SILVA, M., 2006). No entanto, é uma realidade que vem sendo modificada. Para Camarano (*apud* TOMAZELLI; NEDER, 2015, n.p.),

[...] a tendência do envelhecimento da população fala mais alto do que o movimento de busca por uma vaga. Apenas pelo envelhecimento natural da população, o ritmo de crescimento da força de trabalho já seria maior entre os mais velhos do que entre os mais jovens.

Atualmente vem sendo sinalizado que a predominância de idosos ocorre nas atividades agrícolas e de serviços, nos arranjos de conta-própria e sem

remuneração, principalmente para as mulheres do meio rural, e nas tarefas manuais (CAMARANO, 2004).

Para tanto, entendendo que a velhice é multifacetada, e que a depender da economia, é determinada a forma como é vista ou enfrentada, sem deixar de lembrar, no entanto, que o homem sofre modificações no decorrer de sua existência, isto é, “o homem não vive em estado natural. Antes, ao contrário, pelo trabalho a natureza é constantemente transformada, inclusive do próprio homem, transformando a si próprio e aos outros” (TEIXEIRA, 2006, p. 57).

O trabalho enquanto categoria fundante do ser social tem centralidade para compreensão do próprio fenômeno humano-social, pois é partir do trabalho que a humanidade se constitui enquanto tal, é pelo trabalho que o sujeito transforma a natureza para satisfazer suas necessidades, e posteriormente, originar a riqueza social (NETTO; BRAZ, 2012).

Portanto, são as condições materiais de existência, sob o jugo do capital, os determinantes da problemática social do envelhecimento dos trabalhadores. Nestas circunstâncias, tanto a força de trabalho disponível, quanto o pauperismo – o peso morto do exército industrial de reserva – são desenvolvidos pelas mesmas causas que a força expansiva do capital; posto que, sem os meios de produção e sem valor de uso pela idade, resta a este segmento parecer na miséria quando escapa de morrer antes, dado a baixa expectativa de vida no século XIX, essa também distribuída conforme as diferenças de classes. [...] o fato de que há idosos em diferentes camadas, segmentos e classes sociais, que os mesmos vivem o envelhecimento de forma diferente e, principalmente, de que é para os trabalhadores envelhecidos, que essa etapa da vida evidencia a reprodução e ampliação das desigualdades sociais, constituindo o envelhecimento do trabalhador uma das expressões da questão social na sociedade capitalista, constantemente, reproduzida e ampliada, dado o processo de produção para valorização do capital, em detrimento da produção para satisfazer as necessidades humanas dos que vivem ou viveram da venda da sua força de trabalho (TEIXEIRA, 2006, p. 27-60).

A medida que analisamos o envelhecimento sob a ótica do capital, faz-se necessário, refletirmos sobre as condições de existência imposta pela sociedade capitalista à classe trabalhadora, que tem sua trajetória marcada por situações de desigualdade social, dificuldade de acesso a determinados bens e serviços essenciais à vida humana, situações de exploração e de pobreza, fazendo com que, a velhice seja um reflexo desse percurso. No entanto,

[...] os trabalhadores idosos nessa sociedade, como uma parte da classe trabalhadora na atualidade, não são sequer explorados, são os supérfluos para o capital; a cama lazarenta da classe trabalhadora, compondo o pauperismo oficial cuja situação é decorrente do modo de produção e reprodução da sociedade capitalista, condição social que não afeta a todos os idosos (e a todas as classes) da mesma maneira, nem em termos de expectativas de vida em condições de vida, nem no modo de vivenciar o envelhecimento (BEAUVOIR *apud* TEIXEIRA, 2006, p. 60).

Neste sentido, Teixeira (2006, p. 63) vem assegurar,

[...] o que marca o envelhecimento do trabalhador como expressão da questão social é a vulnerabilidade social em massa dos destituídos de propriedades, principalmente, quando não têm ou perdem o valor de uso para o capital, engendrada por estruturas geradoras de desigualdades e pobreza, e as lutas sociais de classe que atingem novos patamares com a organização da classe operária e rompem com o domínio privado das respostas à questão social, ou seja, com a lógica do cuidado familiar e filantrópico para ser alvo de políticas públicas, uma vez que os conflitos passam a serem administrados pelo Estado.

Nessa lógica, não há como aceitar que o trato sobre a velhice seja legitimado numa perspectiva unificada, que não considere o contexto histórico, político, social e econômico da sociedade, sobretudo as relações de classes determinadas pelo sistema capitalista.

1.2 As contribuições da Geriatria e a Gerontologia na compreensão do Envelhecimento

A elaboração desse segundo item passa, necessariamente, pelo resgate de alguns aspectos históricos sobre as origens e o desenvolvimento do processo de construção do conhecimento, para alicerçar sua elaboração, de acordo com Bauer (2012), existem vários tipos de conhecimento, os cotidianos (ou vulgares), pré-científicos e científicos, e numa outra vertente, os empíricos e teóricos.

O conhecimento cotidiano está relativamente relacionado ao senso comum, às experiências sentidas e vividas, cotidianamente, pelo homem. É um conhecimento importante, contudo, não pode ser verificado, satisfatoriamente, nem

sistematizado. Já o conhecimento pré-científico, decorre da observação feita pelo homem, algo que o possibilite constatar e descrever os fenômenos, embora, a ausência de sistematização impossibilite uma explicação plena dos mesmos. No que se refere ao conhecimento empírico e teórico, o autor considera que o primeiro está embasado em dados disponíveis e verificáveis, enquanto que o conhecimento teórico resulta da elaboração mental. Portanto, o conhecimento científico deriva de todos esses conhecimentos citados, além de verificar, observar, classificar e explicar o fenômeno, e ainda os generaliza (Ibid.).

Os conhecimentos se transformam em científicos quando a acumulação de êxitos, realizada de acordo com uma orientação determinada e sua descrição alcançam tal nível de excelência, que podem ser incluídos num sistema de conceitos e formar parte de uma determinada teoria (BAUER, 2012, p. 74).

Para Brandão (2011), as raízes do conhecimento estão vinculadas diretamente à vida dos seres humanos, pois o conhecimento é uma construção histórica, baseada nas relações sociais e, fruto de uma elaboração teórica.

Assim, toda teoria do conhecimento, desde a antiguidade, se apóia, implícita ou explicitamente, em uma determinada teoria da realidade e pressupõe uma determinada concepção da mesma, que influenciam toda uma forma de conhecer e de pensar a natureza e a sociedade (BRANDÃO, 2011, p. 4-5).

O processo de conhecimento tem início na Grécia Antiga, com o surgimento das polis, as cidades-estados, formadas a partir de uma nova estrutura social, onde as relações pessoais, a dinâmica social, política e econômica, assumem nova significação. A palavra passa a adquirir importante visibilidade coletiva, um valioso instrumento político, e a praça pública conhecida como ágora, passa a ser o espaço de socialização da informação, manifestação da opinião pública, argumentações, discordâncias e, portanto, de incentivo a busca pelo conhecimento (ARENDT, 2001 *apud* BRANDÃO, 2011).

O despertar dessas contradições, imprecisões, dúvidas, questionamentos e conflitos entre valores, pensamentos e concepções, adquiridos nessas relações humanas, começa a racionalizar a vida em sociedade. De acordo com Guerra (2014, p. 75), “pela via da razão foi possível ao homem liberar-se das concepções

religiosas fundamentadas na razão divina, encetando uma nova maneira de conceber o mundo”.

Com o surgimento da ciência e tecnologia, a epistemologia ganha importância, enquanto disciplina da Filosofia que discute como se constrói o conhecimento em geral, e o conhecimento científico especificamente, pode ser analisado como “o estudo metódico e reflexivo do saber, de sua organização, de sua formação, de seu desenvolvimento, de seu funcionamento e de seus produtos intelectuais. A epistemologia é o estudo do conhecimento” (TESSER, 1994).

Conhecida como: Filosofia da Ciência, Teoria do Conhecimento, Ciência do Conhecimento ou Ciência da Ciência, a epistemologia significa “o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências” (ibid.).

Etimologicamente, "Epistemologia" significa discurso (logos) sobre a ciência (episteme). (Episteme + logos). Epistemologia: é a ciência da ciência. Filosofia da ciência. É o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências. É a teoria do conhecimento. A tarefa principal da epistemologia consiste na reconstrução racional do conhecimento científico, conhecer, analisar, todo o processo gnosiológico da ciência do ponto de vista lógico, lingüístico, sociológico, interdisciplinar, político, filosófico e histórico. O conhecimento científico é provisório, jamais acabado ou definitivo. É sempre tributário de um pano de fundo ideológico, religioso, econômico, político e histórico (TESSER, 1994, p. 2).

A epistemologia ao longo da história tem gerado vários paradigmas funcionando como um conjunto de ideias que conforma um modelo explicativo da realidade social. No caso deste estudo, utilizaremos a seguinte definição:

É a representação de um padrão a ser seguido. Para Thomas Kuhn, as realizações científicas que geram modelos que, por período mais ou menos longo e de modo mais ou menos explícito, orientam o desenvolvimento posterior das pesquisas exclusivamente na busca da solução para os problemas por elas suscitados. É aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em indivíduos que partilham um paradigma (JAPIASSÚ, 2006, p. 211).

No que atine aos paradigmas presentes no campo do envelhecimento, faz-se necessário, refletir sucintamente sobre o processo de construção do conhecimento científico, tendo como cotejo a evolução das principais correntes filosóficas construídas no plano das ciências sociais aplicadas, e que dão suporte para a construção do conhecimento nesse campo.

Segundo a concepção de Carvalho (2008, p.8), existem três grandes correntes paradigmáticas de leitura da realidade social “resultantes de três grandes correntes do pensamento ocidental e que, como não poderia deixar de ser, implicam em três grandes linhas de pensamento político”.

A primeira é o positivismo expresso pelo rigor, racionalidade instrumental e eficácia. A segunda é a dialética que objetiva apreender a dinâmica histórica do real, do objeto em todos os seus aspectos, em seu contínuo movimento e a última é a fenomenologia que se destina ao estudo dos fenômenos, a partir de sua essência e de como são percebidos no mundo (CARVALHO, 2008).

Ademais, antes de iniciar literalmente a discussão acerca das especialidades que se empenharam nessa área do envelhecimento, pontuamos algumas questões que envolvem a delimitação das fases da vida, para que possamos entender que essa segmentação não ocorre espontaneamente, como verificamos em Debert (*apud* SOUZA; FELIPE, 2014, p. 22), quando afirma que “a velhice não é uma categoria natural”, e

[...] a idade não é um dado da natureza, não é um princípio naturalmente constitutivo de grupos sociais, nem o fator explicativo dos comportamentos humanos. Essa demonstração exige um rompimento com os pressupostos da psicologia do desenvolvimento que concebe o curso da vida como uma sequência unilinear de etapas evolutivas em que cada etapa, apesar das particularidades sociais e culturais, seriam estágios pelos quais todos os indivíduos passam e, portanto, teriam caráter universal (*Ibid.*, p. 9).

Essa divisão etária não nasce pura e simplesmente, ela surge essencialmente de uma necessidade e/ou intenção, em um determinado contexto histórico, de transformações determinadas por um período de modernização das sociedades ocidentais, e pelo avanço tecnológico. Desse modo, Silva L. (2008, p.156) ressalta que o aparecimento dessas categorias etárias está pautado “intimamente com o processo de ordenamento social que teve curso nas sociedades ocidentais durante a época moderna”.

Se por um lado, essa periodização favorece maior identidade no interior dos grupos, maior visibilidade e reconhecimento enquanto categoria única a ter suas particularidades, por outro, retrata a finalidade do Estado em regular esse curso da vida, estabelecendo uma padronização ao promover, atividades “adequadas” para

cada fase, como frequentar a escola, trabalhar e se aposentar (SILVA, L., 2008; SOUSA; FELIPE, 2014).

Segundo Groisman (2002), nos séc. XVIII e XIX a velhice não era vista como uma categoria diferenciada das outras, com características e demandas específicas que exigisse um tratamento exclusivo. A saúde dos idosos era encarada como algo fatal e irremediável, porque a vitalidade do corpo diminuía naturalmente com o passar dos anos, pois a fase da velhice os deixa bastante debilitados, e portanto, vulneráveis às doenças consideradas típicas desse estágio de vida.

No decorrer do século XIX a visão sobre a velhice vai se modificando, a partir do trabalho de um pequeno grupo de médicos Franceses (Bichat, Broussais, Charcot e Louis) que descobrem uma nova maneira de perceber e tratar a velhice, caracterizada não mais pela vitalidade, e sim, pelas condições fisiológicas e anatômicas singulares dessa fase da vida. Nesse contexto, há um avanço na medicina, a qual passa a perceber os sinais da doença na superfície do corpo (GROISMAN, 2002).

Vale ressaltar que o estudo realizado por esses médicos teve como público alvo, a parcela significativa de velhos pobres que deu entrada em dois dos maiores hospitais da França, ao observarem que era significativa a presença de idosos entre os doentes e moribundos. Desse grupo de médicos, Charcot ganhou destaque, ao dedicar um de seus cursos ao estudo das doenças na velhice, o que veio contribuir para difusão de uma base clínica capaz de compreender e tratar a senescência (GROISMAN, 2002, p.70). “Ele chama a atenção para os aspectos regressivos da velhice e para a desorganização progressiva deles decorrente” (NERI, 2005, p. 98).

Gradativamente os estudos acerca do tema se intensificam, e antes que a Geriatria, área da saúde responsável pelo estudo do corpo velho, viesse se firmar como saber científico e especialidade médica no século XX, Katz (1995 *apud* SILVA, L., 2008) identifica um saber pré-geriátrico, classificado como “discurso sobre senescência”, que revela o surgimento de uma maneira para compreender a doença inerente a esse processo, determinando o corpo como alvo dos diagnósticos, estudos e análises realizados pelos médicos.

Do ponto de vista científico, é inegável dizer que os primeiros estudos acerca da velhice foram desenvolvidos por médicos, e as concepções sobre o processo de envelhecimento estiveram voltadas para as questões da saúde, especialmente aos aspectos biológicos, entendendo que o envelhecer e todas as suas particularidades

faziam parte de uma evolução natural, inerente a todas as pessoas que chegassem a essa etapa da vida.

Para Katz (*apud* GROISMAN, 2002), a identificação do corpo envelhecido, se dá através da observação de aspectos fisiológicos como queda de cabelo, unhas quebradiças, ressecamento da pele, irregularidades da textura muscular, perda de dentes, entre outros, associando o estágio de degeneração fisiológica ao nível celular. Desse modo, o que caracteriza o envelhecimento seriam os processos patológicos, segundo o autor.

Como vimos anteriormente, o progresso da medicina é determinante não apenas na forma de perceber a velhice, mas também, no surgimento do fenômeno do envelhecimento populacional. Nesse contexto de crescimento, faz-se necessária uma atenção maior, sobretudo aos idosos de países periféricos e em desenvolvimento, onde as situações de exploração e desigualdade são mais presentes, o que exige uma intervenção efetiva nas questões relativas a esse campo, bem como a ampliação dos discursos e estudos acerca da condição de vida desses idosos.

No entanto, a constituição da velhice como um “problema social” não incide apenas no crescimento da população idosa, mas é consequência também do impacto econômico e social gerado no âmbito da produção e reprodução do capital, quando o envelhecimento do trabalhador implica em gastos financeiros por não ser mais considerado produtivo. As lutas da classe trabalhadora e representações dos idosos trazem uma contribuição significativa para a visibilidade da problemática.

Reconhecida como “problema social”, a questão da velhice se constitui como objeto do discurso científico da gerontologia, cujo campo é o responsável pela produção e sustentação desse conhecimento científico, campo que se subdivide em duas áreas, a geriatria e a gerontologia social, cujo foco é, a análise das doenças associadas a esse processo e os aspectos sociais da velhice, numa perspectiva de interdisciplinaridade, entre disciplinas como a psicologia, serviço social, direito, nutrição, e outras (JORDÃO NETTO *apud* GROISMAN, 2002, p. 63).

O termo Gerontologia (gero: velho e logia: estudo) de acordo com Neri (2005, p. 95) “é o campo multi e interdisciplinar que visa à descrição e à explicação das mudanças típicas do processo do envelhecimento e de seus determinantes genético-biológicos, psicológicos e socioculturais”, usado pela primeira vez em 1903 por Elie Metchnicoff, ao prever que em decorrência do aumento da longevidade

proporcionado pelo avanço das ciências naturais e da medicina, o campo ganharia importância reconhecida no século XX.

E embora “seja um campo que envolve muitas disciplinas, a pesquisa repousa sobre um eixo formado pela biologia, pela psicologia e pelas ciências sociais, com seus modelos, métodos e teorias” (Ibid., p. 96).

A visão que foi sendo construída inicialmente, sobre a velhice, contribuiu para que fosse criada no início do século XX uma especialidade médica que viria se chamar Geriatria. Em 1909, o médico Ignatz Les Nascher introduziu na literatura médica o termo Geriatria, com o significado de estudo clínico da velhice. Posteriormente, em 1912 fundou a Sociedade de Geriatria de Nova York e publicou em 1914 o livro *Geriatrics* (NERI, 2005).

Como acredita Ignatz Les Nascher (*apud* GROISMAN, 2002, p. 72) “com o estudo da geriatria os médicos estariam capacitados para estabelecer as diferenças entre as mudanças fisiológicas e patológicas e tratar somente as doenças – e não as condições normais – da velhice”.

Porém, não é uma tarefa fácil, pois a maior dificuldade encontrada pela grande maioria de médicos e estudiosos seria estabelecer o limite entre a patologia e o processo normal do envelhecimento. O que fomentou a possibilidade do sonho dessa especialidade médica não se realizar (HABER *apud* GROISMAN, 2002, p.73).

Paulatinamente, o estudo das questões sobre a velhice vai ganhando visibilidade na sociedade e conseqüentemente, atraindo mais especialistas. Diante da dificuldade existente, desde o início, em obter especialistas interessados nessa área, e isto segundo Groisman (2002, p. 68), acontece devido “a problemas internos da própria disciplina e ao modelo original no qual a própria geriatria baseou-se”.

Decerto, se a definição de velho estava associada a uma enorme perda da vitalidade e à doença como algo inevitável e incurável, como poderia haver especialistas interessados nessa área?

O próprio Nascher compreendia a velhice como algo característico de um quadro patológico, o que justificava sua prática médica mais voltada para a identificação e estudo das doenças da velhice do que para seu tratamento. Em seus atendimentos, receitava alguns tônicos e estimulantes, alteração na dieta alimentar e prática de atividades ocupacionais, o que divergia da prática de outros campos da medicina, e talvez por isso, essa especialidade tenha demorado tanto a se constituir como tal. Sobre a necessidade premente de uma prática médica específica para

idosos, alguns médicos “ignoraram o pedido de Nascher e continuaram a se concentrar em especialidades que fossem mais lucrativas ou populares” (HABER *apud* GROISMAN, 2002, p.73).

Mesmo com alguns avanços, obtidos séculos atrás, é possível verificar que a velhice continuava a ser vista como uma espécie de doença, como acredita a historiadora Carole Haber (1986 *apud* GROISMAN 2002, p. 73),

[...] os fundadores do campo, retrataram o processo de envelhecimento de tal maneira que a noção de envelhecimento saudável parece ter sido eliminada. Vendo a senescência de uma perspectiva patológica, eles descreveram esse estágio inteiro da vida com uma longa e progressiva doença.

Portanto, foi nessa lógica de envelhecimento enquanto processo natural evolutivo de desgaste biológico e fisiológico, associado ao aparecimento de doenças nessa fase da vida, que a Gerontologia e Geriatria construíram suas bases de sustentação.

Com base em Neri (2005), o campo da Geriatria abrange atualmente, a prevenção e o tratamento das doenças do envelhecimento, e enquanto especialidade de alguns cursos, como Medicina, Odontologia, Enfermagem e Fisioterapia, cresce na proporção que aumenta a população de adultos mais velhos e idosos portadores de doenças crônicas e de doenças características da velhice.

As mudanças sociais e políticas conquistadas, através das lutas e do protagonismo da classe trabalhadora, ainda que dentro dos limites do Capital, influenciaram sobremaneira a ampliação do debate da Gerontologia, com a introdução de novos saberes que ultrapassem a perspectiva médica, pois, “embora a gerontologia, em tese, abranja um espectro amplo, na prática parecem ser privilegiados os assuntos da área de saúde, seja estritamente os da área médica ou os da biomédica, em um sentido geral” (GROISMAN, 2002, 64).

Desse modo, o termo Gerontologia Social, foi usado pela primeira vez, em 1954, por Clark Tibbits, para descrever a área da Gerontologia que se ocupa do impacto das condições sociais e socioculturais sobre o processo de envelhecimento, e as consequências sociais do mesmo. São temas importantes neste campo: atitudes em relação à velhice, práticas e políticas sociais, formas de gestão da velhice pelas instituições sociais, organizações governamentais e não

governamentais, índices de bem estar das populações idosas, redes de suporte social, e relações intergeracionais (NERI, 2005).

Nas análises acerca do processo de envelhecimento, várias são as vertentes que devem ser consideradas, de modo que seja possível abranger a dinâmica que envolve a velhice. De acordo com as autoras Siqueira (2001); Siqueira, Botelho e Coelho (2002), ao analisar algumas obras que discutiam o envelhecimento, elas sistematizaram quatro perspectivas teóricas de análise: a biológico/comportamentalista, a economicista, a socioculturalista e a transdisciplinar, as quais falaremos a seguir.

A biológico/comportamentalista, “orienta as ações de gerontólogos e geriatras e coloca sua ênfase no processo de decrepitude física ocasionada por fenômenos degenerativos naturais do organismo” (Ibid., p. 901), onde a velhice é apresentada numa perspectiva senil, associada ao processo patológico. Portanto, além de analisar pela via de alterações fisiológicas, essa perspectiva também considera as modificações no perfil etário populacional e a maneira como as políticas públicas de saúde reagem, ou deveriam reagir em relação a esses fatores, reforçando a ideia de que o envelhecimento populacional é uma responsabilidade do Estado (Ibid.).

Já a segunda, a Economicista, percebe a velhice não mais pelas transformações fisiológicas, mas por um advento social, a aposentadoria. Nessa perspectiva, desenvolve uma análise direcionada ao impacto econômico do envelhecimento social, nos âmbitos da saúde e previdência, ou seja, procura situar o lugar desses idosos na estrutura social produtiva, com centralidade para o momento que retrata a ruptura com o âmbito da produção no mercado de trabalho (Ibid.).

Compreendendo a velhice como uma construção social, a Socioculturalista, argumenta que os aspectos demográficos e econômicos são insuficientes para apreender a totalidade dos fatos, mesmo sendo considerados aspectos importantes no momento da reformulação de políticas públicas dirigidas para essa população (Ibid.).

Na última perspectiva, a transdisciplinar, a velhice é percebida como um fenômeno natural e social, que ao se deparar com aspectos biológicos, econômicos e socioculturais, venha se apresentar de maneira singularizada em cada indivíduo, enquanto ser único (Ibid.).

Deste modo, buscaremos sinalizar no próximo capítulo sobre a produção científica estabelecida pelo Serviço Social voltada para o processo de

envelhecimento e suas transversalidades, onde, nos faz necessário compreender como essa produção se originou, em que contexto ocorreu a inserção da temática do envelhecimento nessa área e como historicamente vem se estruturando essa produção na área.

No próximo capítulo destacaremos a produção científica do Serviço Social voltada para o processo de envelhecimento e suas transversalidades, onde, faz-se necessário compreender como essa produção se originou, em que contexto ocorreu a inserção da temática nessa área e como historicamente vem se estruturando essa produção.

CAPÍTULO II - A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ENVELHECIMENTO NO ÂMBITO DO SERVIÇO SOCIAL

O propósito deste capítulo é destacar a importância da produção científica construída pelo Serviço Social, voltada para o processo de envelhecimento e suas transversalidades. Na seção 2.1 procuramos discutir como se processou historicamente, tal produção científica de forma mais genérica na profissão, pontuando os avanços e fatos históricos que possibilitaram o alcance de um arcabouço teórico-científico consolidado e crítico. Na seção 2.2, focalizamos o processo de constituição da produção científica voltada para as questões relacionadas à velhice e seus congêneres.

2.1 A produção científica no âmbito do serviço social

Discorrer sobre o processo de construção do conhecimento científico do Serviço Social brasileiro, além de se constituir num desafio, é imprescindível demarcar alguns parâmetros dado a amplitude do tema.

A literatura da área é fértil em relação aos aspectos sobre a temática. Autores importantes como Kameyama (1998); Iamamoto (1998); Simionatto (2005); Carvalho & Silva (2005); Setubal (2007) e mais recentemente Nóbrega & Fonseca (2010); Mauriel & Guedes (2013); Prates (2013) têm discutido as várias nuances que envolvem o debate, seja verificando a qualidade e viés teórico-metodológico predominante no material historicamente produzido, seja refletindo o papel que a pesquisa assume na profissão. Assim é relevante sinalizar que a nossa reflexão se limitará a traçar um panorama geral sobre a questão, sem, contudo, ter a pretensão de esgotá-la, nem tampouco focalizar a análise sobre os paradigmas com os quais a profissão constrói sua produção.

A produção de conhecimento científico, e aqui particularmente na área de Serviço Social, tem fundamental relação com o desenvolvimento da sociedade, em particular com as configurações que assume o mundo do trabalho, de modo que, numa perspectiva

dialético-crítica, é impossível analisá-la de maneira autônoma sem incorrer em fragmentação da realidade e negação da totalidade social. (Nóbrega & Fonseca, 2010, p. 166)

Historicamente, a produção científica do Serviço Social brasileiro não acompanhou o surgimento da profissão, que ocorreu na década de 30. A mesma nasce no Brasil a partir da década de 70 em meio à criação dos primeiros cursos de pós-graduação no campo das ciências sociais, notadamente no lócus do Serviço Social.

Contudo, apesar de reconhecer que a grande matriz geradora da produção do conhecimento do Serviço Social tenha sido ativada por ocasião da criação dos cursos pioneiros de pós-graduação na área, Lara (2008) assevera que a história registra preocupações com a produção do conhecimento antes do surgimento da pós-graduação, expressas no material produzido pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBCISS) e pelo Centro Latino Americano de Trabalho Social (CELATS). O autor salienta que os trabalhos do CBCISS, serviram de lastros para os debates conservadores travados nos encontros de Araxá (1967) e Teresópolis (1970), e que nessa direção a produção do CELATS (de tendência marxista) propiciou, por exemplo, a formulação do denominado “Método B. H.”.

Simultaneamente Mota (2005, p.12), assevera que:

O processo que permitiu a articulação entre a institucionalização da profissão e o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação foi originalmente fomentado pelas necessidades prático-operativas da profissão e pelos requerimentos da sistematização da intervenção, seja ela técnica, política e/ou institucional. Todavia, foi a ampliação dos objetos de conhecimento, determinada tanto pelo agravamento da questão social, como por novos processos sociais surgidos no pós-64, aliados à complexificação das relações entre Estado, sociedade e mercado, que obrigaram o Serviço Social a procurar aporte nas ciências humanas e sociais, qualificando-se como um parceiro intelectual e também protagonista da produção e pesquisa social no Brasil.

Afora tal argumentação, a grande maioria dos estudiosos da temática considera que o aparecimento da pós graduação strictu sensu pesou para o avanço da produção de conhecimento científico no interior da profissão.

Segundo Prates (2013) o primeiro curso de pós-graduação em Serviço Social, na modalidade mestrado acadêmico, data de 1972, foi organizado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ), e seguido pela criação do mestrado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), criado no mesmo ano. O primeiro curso de doutorado em Serviço Social só seria criado em 1981, também pela PUC/SP. Tais iniciativas se materializaram em meio a uma conjuntura de profundas reflexões políticas no país e exatamente por isso, as produções decorrentes de tais cursos só ganham visibilidade durante o processo de redemocratização política que configurou a cena nacional a partir de 1978. Como bem acrescenta Setubal (2002, p. 84),

Temos de reconhecer sem atribuímos aos programas de pós-graduação uma importância ímpar no processo da construção do conhecimento no Serviço Social e diminuirmos as iniciativas realizadas anteriormente e fora desse contexto, que foi a partir da criação da pós-graduação na área, principalmente após a saída dos primeiros mestres e doutores, que a pesquisa se tem apresentado de forma mais sistematizada e acentuada. De lá pra cá, apesar das dificuldades institucionais vividas pelos programas, como também pelos pesquisadores por esses formados, vemos emergir dia-a-dia novas produções de pesquisa no Serviço Social.

Vale ressaltar, no entanto, que é justamente em meio ao período supracitado, que a profissão vivencia o ápice do Movimento de Reconceituação⁸ na América Latina, acumulando maturidade numa tentativa de superar o pragmatismo que caracterizava a profissão. No Brasil, tal movimento contribui significativamente, para a construção das bases de uma renovação crítica, que segundo Varandas (2011), implicou na recusa dos assistentes sociais em se caracterizarem como agentes técnicos executores das políticas sociais e logicamente, isso impactou no aumento da produção científica.

Some-se a isso o fato do Serviço Social ter sido inserido na área das Ciências Sociais no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) no ano de 1984, passando a ter assento com sua especificidade no comitê de

⁸ A Reconceituação do Serviço Social surge como um movimento de revisão e crítica, a década de 60, com pretensões a romper com esse metodologismo e essa dicotomia entre teoria e prática, que caracterizavam o Serviço Social de origem norte-americana. Desta forma, a Reconceituação teve como ponto de partida ou propósito de romper com o Serviço Social tradicional (MACEDO, 1981, p.26).

Psicologia e Serviço Social em 1986, sendo reconhecido como campo de pesquisa também pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (NÓBREGA & FONSECA, 2010).

Ademais, como advertem Prates et al (2016, p.7);

Torna-se fundamental mencionar que o avanço da pós-graduação na área, no Brasil, inscreve-se no processo de delineamento do projeto ético-político profissional – comprometido com os interesses das classes trabalhadoras e com o processo de redemocratização da sociedade brasileira, de ruptura com o conservadorismo que marcou a profissão até a década de 1980. A partir dos anos de 1980 e avançando em 1990, a área vem efetivando a interlocução da teoria social crítica de Marx com a profissão.

A década de 80 foi um período de importantes avanços para o Serviço Social e conseqüentemente, para sua produção de conhecimento, ao repensar as bases teórico-metodológicas e práticas da profissão, percorre na direção de uma produção que viria conferir sustentação a um novo projeto profissional, segundo Mota et al (2009, 142) é no “processo de recusa e crítica do conservadorismo, que se encontram as raízes de um projeto profissional novo, precisamente as bases do que se está denominando projeto ético político.” Nessa direção, Netto (1996, p.112) sinaliza que;

Creio que um ponto é pacífico: a década de oitenta assinalou a maioria do Serviço Social no Brasil no domínio da elaboração teórica. Nesse decênio, desenvolveu-se, no interior da categoria, uma “divisão do trabalho” (uma especialização) que é própria das profissões amadurecidas: a criação de um segmento diretamente vinculado à pesquisa e à produção de conhecimentos. Constitui-se uma intelectualidade no Serviço Social no Brasil, que passou a ser o vetor elementar a subsidiar o “mercado de bens simbólicos” da profissão. Foi característica desse mercado a circulação de produções brasileiras – não é de menor importância, no período, a diminuta difusão de literatura profissional estrangeira.

A preocupação com o conhecimento sobre e para o Serviço Social foi se intensificando, a partir das mudanças que permearam o Serviço Social, entre elas o processo de reconceitualização e, com esse, a construção da identidade social latino-americana (SPOSATI, 2007). E não obstante, nessas últimas décadas em que vem se produzindo conhecimento, a profissão tem avançado, significativamente, de modo

expressivo no sentido do adensamento crítico e atualização da teoria metodológica (PRATES et al., 2016).

De acordo com Guerra (2011, p. 23),

É no contexto dos anos 80, com o protagonismo da classe trabalhadora e a reascensão dos movimentos sociais e sindicais, que novas exigências teórico-práticas são demandadas à profissão requisitando-lhe análises e posturas cada vez mais críticas e radicais. A partir daí, passam a ser exigidos aportes teóricos que capacitassem os assistentes sociais para a interlocução com outras áreas de produção do conhecimento, marcando o que Iamamoto (1998, p. 90) chamou de “[...] travessia para a maioria intelectual e profissional dos assistentes sociais, para a sua cidadania acadêmico-política”.

A profissão, sem dúvida, ganha visibilidade no âmbito da produção do conhecimento e consigo o desafio de apreender criticamente o movimento da realidade em todas as suas complexidades, numa direção que esteja pautada pelo projeto ético-político.

Vale salientar que no âmbito do Movimento de Reconceituação e em seus desdobramentos, definem-se e enfrentam-se claramente várias tendências direcionadas à fundamentação do exercício e dos posicionamentos teóricos do Serviço Social, figurando entre elas: a vertente modernizadora inspirada na matriz positivista, a vertente orientada pela fenomenologia e a vertente marxista, a qual, inicialmente, surge apenas pela aproximação marxista, pois não se utiliza diretamente do pensamento de Marx (YASBEK, 2009).

Para o Serviço Social, essas tendências possuem linhas de fundamentação teórico-metodológica diferenciadas, que buscam conduzir a trajetória do pensamento e da ação profissional em períodos posteriores ao Movimento de Reconceituação e se manterão presentes até os dias atuais, apesar dos movimentos, redefinições e da emergência de novos referenciais nesta transição de milênio (YASBEK, 2009).

De acordo com Mota et al (2009, p.152),

Na acumulação teórica operada pelo Serviço Social é notável o fato de, naquilo que ela teve e tem de maior relevância, incorporar matrizes teóricas e metodológicas compatíveis com a ruptura com o conservadorismo profissional – nela se empregaram abertamente vertentes críticas, destacadamente as inspiradas na tradição marxista. Isto significa que, também no plano da produção de conhecimentos, instaurou-se um pluralismo que permitiu a incidência,

nos referenciais cognitivos dos assistentes sociais, de concepções teóricas e metodológicas sintonizadas com os projetos societários das massas trabalhadoras (ou seja: de concepções teóricas e metodológicas capazes de propiciar a crítica radical das relações econômicas e sociais vigentes).

A teoria social de Marx, mantém efetivamente sua interlocução com o Serviço Social na década de 80, sobretudo na obra de Yamamoto e Carvalho (1982). Enquanto matriz teórico-metodológica, voltada para o estudo do ser social a partir de mediações que apreendem, dialeticamente, a realidade em seu movimento contraditório, e se apresenta hegemonicamente, como uma das referências básicas no avanço da produção na área. Nesse aspecto, é importante considerar que esse predomínio se estabelece mediante um debate plural, que implica na convivência e no diálogo entre as diferentes tendências (YASBEK, 2009).

É inegável, que a teoria social crítica de Marx estabeleceu um novo direcionamento às ações e à base teórica do Serviço Social, proporcionando um maior embasamento crítico ao debate. Além do mais, essa aproximação possibilitou ativar a necessidade de entender com maior profundidade, a partir de processos metodológicos mais rigorosos, as expressões da questão social. A esse respeito vale ressaltar que;

A postura investigativa é necessária para descortinar as armadilhas da vida cotidiana, passo crucial e insubstituível para uma intervenção profissional crítica, propositiva e, portanto, não repetitiva. Sem este procedimento, o profissional de Serviço Social não exerce seu papel como sujeito histórico possível e, dessa forma, não coloca em movimento as possibilidades históricas de transformação inscritas na própria realidade. O profissional, então, é dragado pela dinâmica imediata do real, consumido pelas relações cotidianamente estabelecidas. Inviabiliza-se, assim, qualquer alternativa que possa contribuir com a sintonia entre a profissão e da intervenção profissional (guardados seus limites intrínsecos), e a emancipação humana (SILVA, 2007, p. 292).

Ao analisar a produção teórica do Serviço Social, Sposati (2007), evidencia o seu caráter contra-hegemônico, como um diferencial, uma peculiaridade dessa produção. Um conhecimento que não se orienta pelas normalidades ou homogeneidades, mas pelas heterogeneidades, oposições e desigualdades, disposto a desvendar os invisíveis, os sem-voz, sem-teto, sem cidadania.

Além de tal aspecto, Nóbrega e Fonseca (2010, p.186), acrescentam que;

A produção de conhecimentos se constitui em um elemento importante para problematizar o exercício profissional e o próprio Serviço Social, pois é um eixo qualificador da profissão. Razão pela qual desvelar as mediações que estão concorrendo na produção deste conhecimento está na ordem do dia. Mesmo com os limites impostos pela sociedade burguesa, a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro pode se constituir em um instrumento valioso na luta pela defesa dos interesses da classe trabalhadora. O desvelamento das possibilidades e limites para esta efetivação é condição necessária para a luta em defesa da construção de um projeto societário alternativo ao do capital. Uma condição fundamental para o avanço da inserção profissional de forma orgânica no movimento da história.

É certo que a pós-graduação se estabelece enquanto *lócus* privilegiado para a produção de conhecimento, formação e qualificação de docentes, pesquisadores e profissionais para a pesquisa, ensino e exercício profissional. No entanto, há que se ressaltar que o processo de conformação desse nível educacional, na contemporaneidade, vem imperiosamente, sofrendo expressivas alterações, que condizem com os interesses do grande capital (PRATES et al., 2016).

Além disto, o Brasil tem priorizado o investimento para a produção de conhecimento na área das Ciências Exatas, as consideradas estratégicas, com o objetivo de atender as demandas da produção industrial e o aumento do poder de competitividade dos produtos. As Ciências Sociais e Humanas são alvo de redefinições, com a finalidade de responder aos desafios que enfrentam, diante de um cenário de crise estrutural do capital (NOBREGA; FONSECA, 2010).

Na esfera do conhecimento, no início da década de 1990, a profissão se depara com as intervenções do pensamento pós-moderno⁹ que questionam e desqualificam os paradigmas marxista e positivista. É nesse momento que se estabelece a “crise” dos modelos analíticos, explicativos nas ciências sociais, ou como é mais conhecido, “crise” dos paradigmas, os quais procuram refletir sobre o que está ocorrendo no fim de século e as grandes transformações que ocorrem nos diversos aspectos da vida social (YASBEK, 2009).

⁹ A abordagem pós-moderna dirige sua crítica à razão afirmando-a como instrumento de repressão e padronização, propõe a superação das utopias, denuncia a administração e o disciplinamento da vida, recusa a abrangência das teorias sociais com suas análises totalizadoras e ontológicas sustentadas pela razão e reitera a importância do fragmento, do intuitivo, do efêmero e do microssocial (em si mesmos) restaurando o pensamento conservador e antimoderno (YASBEK, 2009, p. 157).

De fato, as repercussões desta “crise” de referenciais analíticos atravessam atualmente, uma polêmica profissional e se expressam pelos confrontos com o conservadorismo que se renova em tempos pós-modernos (YASBEK, 2009).

A luta antidemocrática do grande capital, traduzida na cultura do neoliberalismo – cruzada entre nós capitaneada por setores político-partidários auto-intitulados social-democratas e, mais recentemente, por setores que outrora se reivindicaram como de esquerda -, é uma ameaça real à implementação do projeto profissional do Serviço Social (Mota et al., 2009, p. 158).

Nesse contexto, apesar dos elementos teóricos necessários a uma atuação pautada nos princípios do Código de Ética profissional dos assistentes sociais, terem deixado de ser considerados pelo conjunto predominante das Ciências Humanas, o Serviço Social continua mantendo as investigações teóricas que necessita e produzindo conhecimento em sintonia com a direção social defendida pela profissão (NOBREGA; FONSECA, 2010).

Decerto, a pós-graduação tem um papel importante no que pese fazer frente a esse contexto de desafios que a contemporaneidade traz para a profissão, embora estejam dentro dos limites das regras e normas postas nessa conjuntura neoliberal.

Na década de 80, as pesquisas e o debate profissional convergiam mais para uma discussão metodológica, controvérsias paradigmáticas nas ciências sociais, na produção de conhecimentos e intervenção do Serviço Social. Já nos anos 1990, o debate estava voltado para a crise dos paradigmas associada à crise do socialismo, na retomada da tradição marxista e no embate entre modernidade e pós-modernidade (SIMIONATTO, *apud* PRATES, 2013), preservando a hegemonia baseada na tradição marxiana (PRATES, 2013).

Atualmente, a produção científica do Serviço Social é bastante diversificada seja quanto aos temas trabalhados teoricamente, seja em relação aos canais de circulação desta produção. O locus central a partir do qual se produz conhecimento científico é, sobretudo, o espaço acadêmico, nomeadamente nos cursos de mestrado, doutorado e nos grupos de pesquisas certificados.

No Brasil, na área do Serviço Social, existem hoje 33 programas de pós-graduação, cujo direcionamento temático dos cursos ofertados são: 01 (um) em Economia Doméstica (2,94%); e os demais desenvolvidos, prioritariamente, nas áreas de: Serviço Social (61,76%), Política (s) Social (is)/Políticas Públicas (23,52%),

Serviço Social e Política Social (5,9%), Política Social e Serviço Social (2,94%) (PRATES et al., 2016).

Figura 4 - Programas de Pós Graduação vinculados à área de Serviço Social

Cursos ofertados	Instituições	Unidade Federal
Mestrado em Serviço Social	PUC-GOIÁS, UFPB/J.P, UFAL, FUFSE, UEPB, UFAM, UFJF, UNIOSTE	GO, PB, AL, SE, PB, AM, RJ, PR
Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional	UFF	RJ
Mestrado em Serviço Social, Trabalho e Questão Social	UECE	CE
Mestrado em Serviço Social e Direitos Sociais	UERN	RN
Mestrado em Serviço Social e Política (s) Social(is)	UNIFESP	SP
Mestrado e Doutorado em Serviço Social e Política Social	UEL	PR
Mestrado e Doutorado em Serviço Social	UFPA, UFRN, UFPE, UERJ, PUCSP, UNESP/FR, PUC-RIO, UFRJ, UFSC, PUCRS	PA, RN, PE, RJ, SP, SP, RJ, RJ, SC, RS
Mestrado em Política Social	UFTM	MT
Mestrado em Política Social e Serviço Social	UFRGS	RS
Mestrado e Doutorado em Política Social/ Políticas Públicas	UNB, UFES, UFF, UFMA, FUFPI, UCPEL	DF, ES, RJ, MA, PI, RS
Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local	EMESCAM	ES
Mestrado e Doutorado em Economia Doméstica	UFV	MG

Fonte: Prates et al., 2016.

Observamos na figura 4, que 26% dos Estados no Brasil ainda não possuem programas de Pós-Graduação na área do Serviço Social, sendo mais significativa essa ausência na Região Norte. Verificamos ainda, que a maioria das tendências temáticas nos Programas de pós-graduação vinculados a área de Serviço Social (nível de mestrado e doutorado), estão direcionados a área específica da profissão. Posteriormente, com percentual expressivo, temos o Programa em Política Social/Políticas Públicas, o que talvez se justifique pela forte atuação do profissional nessa área.

Figura 5 - Temáticas referente às áreas de concentração dos PPGSS

Especificação das temáticas nas áreas de concentração dos programas	Programas em que a temática está presente	Freq.
Política (s) Social (is)/Políticas Públicas	UFAM, UERJ, UEL, PUCRS, UFJF, UFF, UFRJ, PUCSP, FUFSE, UFRN, PUC-GOÍÁS, UFPB, UFPA, UNIOESTE	14
Direitos/Cidadania	UFAL, UFPE, UERN, UNIOESTE, UEPB, UFSC, UFRJ, PUC-RIO	08
Questão Social	UFRJ, PUC-RIO, UFJF, UEPB, UFSC.	05
Movimentos e processos sociais	PUCSP, PUC-GOÍÁS, UFPE, PUCRS.	04
Temáticas com menor incidência ⁵	UERJ, UFAL, UNESP/FR, PUCSP, UFPB/J.P, UFPA, UFF.	07
Temáticas com frequência única ⁶	UFJF, UFAM, UFRJ, PUCSP, UFRN, UNESP.	06

Fonte: Prates et al., 2016.

Com relação às áreas de concentração, podemos constatar no quadro 2, a grande incidência da temática de Política (as) Social (is) / Políticas Públicas, o que vem está associado ao vínculo histórico do Serviço Social com as políticas sociais, sobretudo, em seu protagonismo no debate da Seguridade Social brasileira, além de ser este o maior universo sócio-ocupacional dessa profissão (PRATES et al, 2016).

Kameyama (1998) em estudo intitulado “A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social - Avanços e tendências (1975 a 1997)”, apontou em síntese os aspectos (segundo ela), mais relevantes em relação à questão. Inicialmente, a autora afirma que de fato é a partir dos anos 80 que o Serviço Social deixa a condição de profissão que se limitava a consumir o que era produzido por outras áreas de conhecimento e passa a condição de produtora de conhecimentos científicos. Para tanto passa a seguir um arsenal rigoroso do ponto de vista teórico-metodológico que em nada diverge do modo como outras áreas produzem. Além disso, segundo Kameyama (1998), a profissão se abre para uma articulação maior com os saberes de áreas correlatas tais como sociologia; economia e antropologia e nesse processo absorve uma variedade maior de temáticas.

Seguindo sua análise, a autora acima citada enfatiza a criação de fóruns importantes que fizeram e fazem escoar e dar visibilidade a produção científica dos Assistentes Sociais (Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social e o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais), que já estão em suas XV e 15ª edições.

Para além dos avanços apontados, a autora adverte que algumas tendências carecem de reflexões e comprometem o avanço da produção científica qualificada

tais como: pragmatismo; dificuldades de identificar e/ou delimitar o objeto de pesquisa e realizar a mediação entre a universalidade, singularidade e particularidade; ecletismo paradigmático; amplitude das áreas temáticas, ocasionando dispersão e fragmentação dos conhecimentos e por fim a inexistência de uma política coerente de pesquisa no interior da profissão.

Cantalice (2016, p. 233) vai nominar tais características como “incidências pós-modernas na produção do conhecimento em Serviço Social”. Para a autora;

A assimilação da ideologia pós-moderna no âmbito da produção intelectual do Serviço Social gera uma tensão com a perspectiva crítico-analítica hegemônica na/da profissão – expressa nos termos de seu atual projeto ético-político profissional -, tendo em vista o caráter regressivo daquelas ideias. Tal tensão traz efeitos negativos ao Campo da prática, já que a pós-graduação tem como tarefa fundamental, para além da formação de profissionais qualificados, subsidiar com pesquisas, reflexões teóricas e metodológicas o referido campo da prática.

Nóbrega (2013) ao se debruçar sobre as teses de doutorado em Serviço Social, defendidas nos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade Federal de Pernambuco, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, defendidas no período de 2005 a 2010, com intuito de caracterizar a relação entre a produção de conhecimento teórico no Serviço Social brasileiro e a direção social estratégica do projeto ético-político da profissão, afirma que em geral as produções apresentam;

Significativa presença do ecletismo teórico, do sincretismo, pois que muitos recorrem, na tentativa de potencializar o poder explicativo da perspectiva teórico-metodológica adotada, as ideias de autores de distintas filiações teóricas, bem como a distintos métodos de investigação, sem, contudo, considerar a sua compatibilidade... dificuldades referentes à apropriação do referencial teórico - metodológico de base marxiana/marxista, a ofensiva do ideário pós-moderno, abrindo o caminho para a revitalização do lastro conservador da profissão e, assim, tendendo a afastar essa produção teórica da direção social estratégica do projeto ético-político profissional (NÓBREGA, 2013, p. 290).

Em síntese, há um consenso em torno da situação precária do aparato de financiamento estatal de pesquisas no país e que atinge a profissão, recentemente

evidenciado no estudo de Prates et al. (2016). O fato é que, o desvelamento dos caminhos percorridos pelo Serviço Social na busca pela construção e consolidação do conhecimento científico vem, historicamente, sendo confrontado, com os problemas estruturais que incidem sobre a ciência de modo geral no Brasil, nomeadamente aqueles causados pela retração do Estado em relação ao financiamento dos espaços acadêmicos.

2.2 A produção científica sobre envelhecimento no âmbito do serviço social

A compreensão de como a produção do conhecimento vem se concretizando na constituição do Serviço Social brasileiro como profissão, possibilita lastro para entendermos como a temática do envelhecimento emergiu em tal processo. Portando a particularidade de ser uma profissão que se volta pra realidade social, procurando conhecê-la pelo avesso, através de intervenções sobre as expressões da questão social, visando contribuir para a redução das desigualdades socialmente produzidas, faz com que a construção do conhecimento seja rica e multifacetada.

Como vimos anteriormente, dentre tais expressões se destacam aquelas advindas do fenômeno do envelhecimento e das interfaces que o mesmo constrói. Trata-se sem dúvidas, de uma multiplicidade de expressões que transformadas em demandas chegam aos espaços sócio-ocupacionais, seja no campo da assistência pública à saúde; no cenário da Assistência Social ou nos espaços da Previdência social.

Faz-se necessário, antes de adensarmos nossa reflexão, informar que, tecer considerações acerca da apropriação do Serviço Social sobre o processo de envelhecimento humano, impõe necessariamente analisar a constituição histórica da atuação profissional destinada ao idoso, bem como, se debruçar sobre o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação em Serviço Social (ALVES, 2014). E também, esclarecer que por se tratar de um tema em busca de visibilidade na sociedade brasileira, ainda é pouco explorado no contexto das produções científicas do Serviço Social.

Nessa perspectiva e por se constituir numa profissão historicamente atrelada a garantia dos direitos sociais, o Serviço Social vai construir (embora tardiamente)

uma produção voltada para as necessidades intrínsecas à velhice, conforme observou Leão (2012). Ademais;

Por ser uma profissão que atua em constante interação com as políticas e os direitos sociais, o Serviço Social não pode ficar alheio à tematização do fenômeno do envelhecimento. E mais, não pode se abster do exame crítico do significado e implicações contextuais desse fenômeno, visto que ele não se dá de forma isolada. O envelhecimento populacional é antes de tudo uma questão complexa. Está evidentemente ligado aos baixos índices de fecundidade, como ressalta Esping-Andersen (2000); mas também tem relação com o avanço científico, especialmente no campo da saúde, assim como com as mudanças de valores e comportamentos que rompem cotidianamente com antigos estereótipos (Pereira, 2007, p.244).

A análise sobre a produção científica do Serviço Social, construída sobre o contexto do envelhecimento (e as temáticas transversais ao mesmo), demanda articulação histórica com o processo de maturação teórico-metodológica, porque passou a profissão a partir de fins da década de 1970, culminando com a consolidação do Movimento de Reconceituação.

Como foi mencionado anteriormente, o contexto dos anos 80 se constituiu em terreno fértil para as reflexões críticas da profissão, no que se refere, ao seu posicionamento na luta por direitos sociais no Brasil. Tratou-se de um momento de extrema relevância porque a matriz conservadora que influenciava fortemente o Serviço Social nas décadas anteriores, passa a ser confrontada via aproximação com as bases teóricas marxistas.

Cabe-nos ressaltar que nesse processo de constituição da profissão, foi ocorrendo, paulatinamente, uma aproximação com as demandas próprias da complexificação da realidade social (principalmente a partir dos anos 1980), ou seja, na medida em que as expressões da questão social se colocavam enquanto demandas que deveriam ser enfrentadas, na atuação do Assistente Social e que o Serviço Social as tomava como objeto de intervenção e estudo.

No tocante particularmente, a questão do envelhecimento, tais demandas insurgiram inicialmente, via ações públicas estatais que posteriormente, alcançariam o patamar de políticas sociais, na saúde e assistência social. Assim, só a partir de 1988 observamos que as demandas relacionadas à velhice passaram a serem tratadas no contexto do tripé da seguridade social (ALVES, 2014).

A velhice e os velhos sempre foram objeto de intervenção do Serviço Social, desde o período de legitimação da profissão junto às instituições assistenciais do Estado, do empresariado e da Igreja Católica. Essa atuação, inicialmente portadora de um viés caritativo, permitia à profissão se aproximar de uma realidade – a questão da velhice - que em pouco tempo seria alvo de preocupação mundial. Na medida em que cresce o número de velhos nas sociedades, bem como a visibilidade que esse segmento passa a exigir em relação às suas demandas, o Serviço Social passa a buscar meios para qualificar a sua ação profissional e compreender o fenômeno da longevidade associado à crescente desigualdade social nas sociedades capitalistas (ALVES, 2014, p.61).

No decurso do século passado, as demandas vinculadas a velhice eram enfrentadas, paralelamente, com o desenvolvimento das políticas sociais brasileiras. Obviamente, as políticas da previdência social e saúde eram as que mais absorviam as demandas dos idosos em função das características próprias que o envelhecimento humano coloca. Lobato (2004) acrescenta por outro lado, que no período entre os anos 60 e 70 os profissionais de Serviço Social eram inseridos nos programas estatais de asilamento e centros de convivência voltados prioritariamente, para idosos abandonados.

Ademais, Alves et al (2016), alertam que é no conjunto das transformações operadas no Brasil na segunda metade do século XX que o envelhecimento deixa de ser uma questão privada das famílias e passa a demandar a presença do Estado via políticas sociais no enfrentamento dos problemas próprios da velhice empobrecida.

Ainda nesse sentido, como acrescenta Teixeira (2003, p. 1);

O envelhecimento humano que, há 40 ou 50 anos atrás, era um assunto que se restringia, quase exclusivamente, à esfera privada e familiar, emergindo à cena pública, inicialmente, como objeto de políticas previdenciárias, passou sobretudo depois dos anos 60, a se transformar numa questão social e política de maior importância no mundo contemporâneo graças à organização dos idosos e de entidades da sociedade civil organizadas em prol de sua causa, principalmente de organizações multilaterais internacionais. que se constituíram em grupos de pressão, fundamentais na transformação da questão do envelhecimento em agenda pública.

Ambrósio (2012) afirma que foi na década de 40 que ocorreu a mais importante transição demográfica e epidemiológica no Brasil, com a redução das

doenças infecto-parasitárias. Porém, a condição de periferia do capitalismo contribuiu para que as respostas do Estado ocorressem mais tardiamente. Segundo Camarano (2001); Teixeira (2003); Pereira (2005), só a partir das décadas de 80 e 90 o envelhecimento brasileiro entrou na agenda pública como questão social relevante que demandava políticas específicas. Ressaltamos ainda que, tal avanço decorreu das mudanças trazidas pela conjuntura de organização da sociedade civil brasileira na década de 80, cujo ápice foi, sobretudo, a ampliação dos direitos sociais efetivada pela Constituição Federal de 1988.

No que concerne a absorção de tal processo pela produção científica do Serviço Social, observa-se que só a partir da década de 90 a profissão registra de fato, avanço em relação às reflexões teórico-metodológicas sobre a temática do envelhecimento, impulsionadas pela visibilidade que a situação social de vulnerabilidade dos idosos passou a ter no Brasil. Corroboram para tal absorção a própria organização política da categoria de Assistentes Sociais; o protagonismo dos idosos (se colocando como sujeitos de direitos) e as políticas e legislações construídas no período, dentre as quais: a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993; criada em 1994, através da Lei Federal 8.842, da Política Nacional do Idoso.

Ao se debruçar sobre a trajetória da produção de conhecimento em Serviço Social no período de 1975 a 1997 com base na produção dos cursos de pós-graduação em Serviço Social (mestrado e doutorado), Kameyama (1998) já apontava a marginalidade do tema do envelhecimento naquele período, ao mesmo tempo em que o trata como tema emergente. No exame feito pela autora, no período citado, a temática insurge como “Terceira Idade” e só registra 21 trabalhos defendidos, ocupando os últimos lugares em frequência de aparição como é possível constatar no quadro e no gráfico que seguem:

Figura 6 - Classificação das Produções segundo Área Temática

Áreas Temáticas	Nº	%
Prática Profissional	158	15,0
Política Social	123	12,0
Formação Profissional	112	10,9
Teoria e Método em Serviço Social	88	8,6
Movimentos Sociais	82	8,0
Criança e Adolescente	79	7,7
Gênero e Família	68	6,6
Processo de Trabalho	60	5,8
História do Serviço Social	39	3,8
Saúde e Deficiência Físico/Mental	36	3,5
Desenvolvimento de Comunidade	31	3,0
Processos Sócio-Culturais	30	2,9
Realidade Social	28	2,7
Instrumentos e Técnicas em Serviço Social	24	2,3
Análise Institucional	22	2,1
Terceira Idade	21	2,0
Questão Agrária e Meio Ambiente	9	0,8
Cidadania, Democracia e Direitos Sociais	8	0,7
Questão Urbana e Poder Local	7	0,6
Crime e Violência	3	0,3
Total	1.028	100

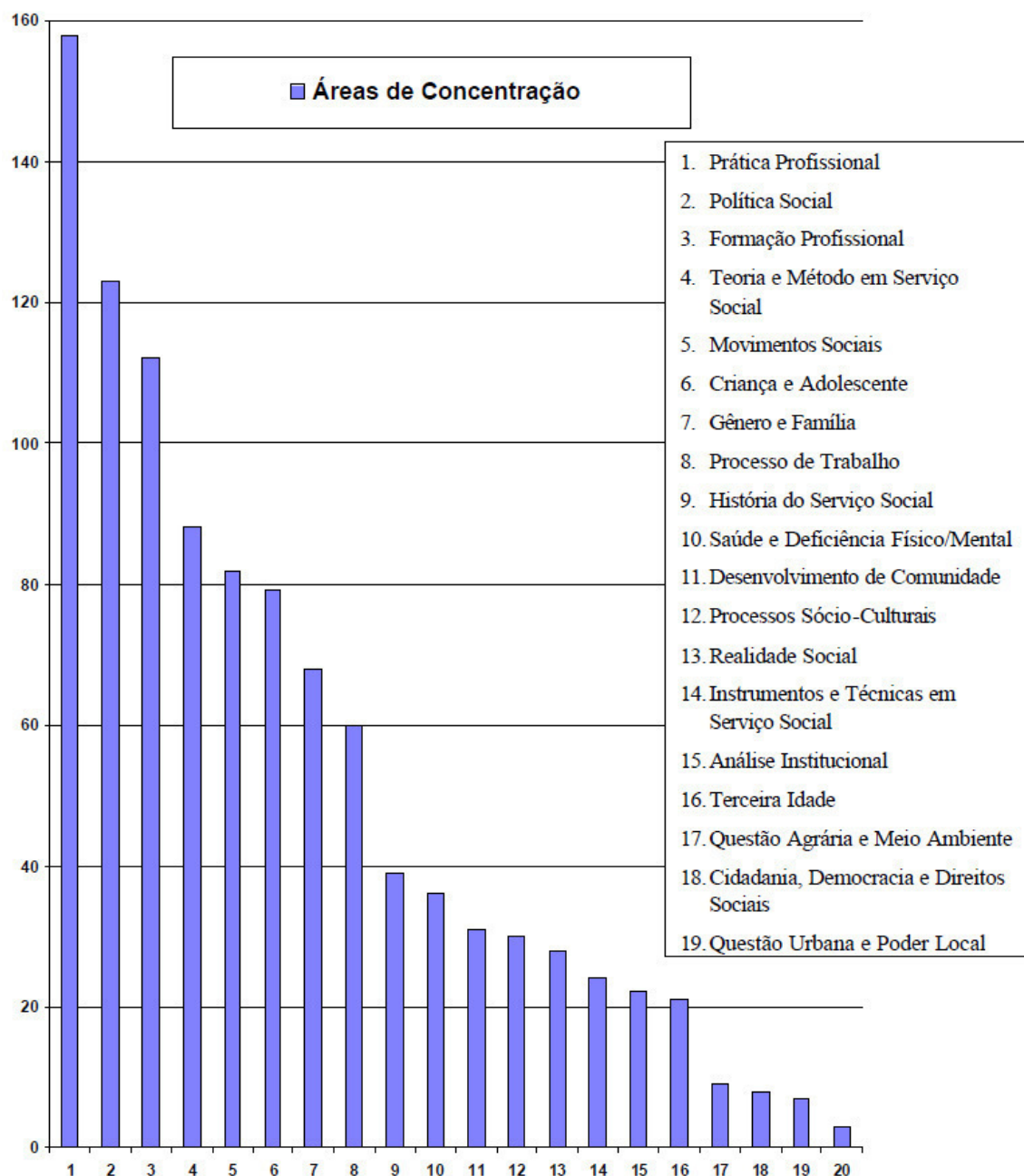
Fonte: Resumos de Dissertação de Mestrado e Teses de doutorado.

Fonte: Kameyama, 1998.

Em relação a esses dados é importante lembrar que o termo “Terceira Idade” (já discutido em capítulo anterior) aparece na produção do Serviço Social em função de naquele momento histórico (1975-1997), está ocorrendo em paralelo no Brasil o avanço dos cursos de pós-graduação em gerontologia, com a forte presença de Assistentes Sociais (CAVALCANTI, 2016).

A figura a seguir reforça a incipiência da temática do envelhecimento e seus congêneres no âmbito da produção científica da profissão.

Figura 7 - Áreas de Concentração na produção científica do Serviço Social



Fonte: Kameyama, 1998.

Nessa direção, e não obstante tais avanços, é relevante salientar que o trato teórico-metodológico dado as questões relacionadas à velhice por parte do Serviço Social foi e é produto da atuação profissional. A esse respeito é fundante ressaltar que;

É no âmbito das transformações nas relações sociais que incidem diretamente sobre o campo da cultura, o caminho para a intervenção do Serviço Social junto aos idosos, à medida que é possível orientar a dimensão educativa de seu trabalho em rumos ético-políticos transformadores que contribuam para a superação dos estigmas que assolam a velhice e imprimir uma nova significação na trajetória de vida dos idosos, por meio da busca de espaços de construção da cidadania, percebendo-os como protagonistas de suas próprias histórias e não apenas como meros objetos da ação profissional (LEÃO, 2012, p.96).

Contudo, em pesquisa realizada em 2008, Oliveira apontou e comprovou que havia uma lacuna na produção do conhecimento sobre a temática, sinalizando que havia uma descontinuidade nas publicações sobre o tema, já que no principal periódico da profissão no país (Revista Serviço Social e Sociedade) registra-se um primeiro artigo em 1991 e só após cinco anos, ou seja, em 1996, as reflexões sobre envelhecimento são registradas novamente.

A pesquisa de Alves (2014) revelou que houve uma ampliação de produção científica sobre envelhecimento no campo do Serviço Social, após a promulgação do Estatuto do Idoso em 2003, notadamente nos Programas de Pós-graduação. Além disso;

No tocante ao comparecimento da temática em espaços de publicação importantes para o Serviço Social, a partir da década de 1990, vamos observar o significativo avanço em comparação com a ausência de debate amplo nos períodos anteriores. Um dos principais meios de difusão da produção de conhecimento do Serviço Social no Brasil tem sido a Revista Serviço Social & Sociedade, responsável por expressar o posicionamento da nossa categoria profissional em defesa de direitos e da formação e exercício profissional crítico. O envelhecimento humano começa a ser abordado de maneira mais explícita na Revista Serviço Social & Sociedade apenas a partir da década de 1990, na edição de número 37. Em 2003, ano da promulgação do Estatuto do Idoso, a publicação ganha uma edição especial (nº 75) sobre “Velhice e Envelhecimento”, composta por 11 artigos, além de comunicações de pesquisas e informativos (ALVES et al., 2016, p. 6).

Por outro lado, Pereira (2007) informa que a temática do envelhecimento vem de modo recorrente e crescente, se colocando como objeto de reflexão teórica nas universidades do país, particularmente nos cursos de graduação em Serviço Social.

Tal movimento, segundo a autora, pode ser vislumbrado através da abertura de núcleos e grupos de pesquisas sobre o tema; cursos de capacitação continuada na modalidade *latu sensu*; e surgimento de linhas de pesquisas nos Programas de Serviço Social *strictu sensu*.

Ao realizar pesquisa sobre a produção científica do Serviço Social, no Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social no período de 1999 até 2010, sobre velhice, saúde e trabalho, Paiva (2012) inferiu que notadamente no campo da gerontologia social, os autores não se utilizam da teoria social crítica, rompendo com os aportes conservadores.

Quando nos debruçamos sobre a produção científica no Brasil, tendo como referência linhas de pesquisas centrais dos grupos de pesquisas certificados pelo CNPQ em relação ao envelhecimento, em trabalho realizado por Valadares et al (2013), identificamos a expansão em relação à temática. Contudo, seus dados comprovam o quanto na área do Serviço Social, tal temática ainda é marginal, como se constata na figura abaixo:

Figura 8 - Área de Predominância dos 361 GPs abordando a temática do envelhecimento humano

Área de Predominância	Frequência (%)
Saúde Coletiva	14,90
Enfermagem	14,32
Educação Física	12,70
Medicina	11,02
Fisioterapia e Terapia Ocupacional	9,40
Serviço Social	5,50
Psicologia	5,50
Bioquímica	2,75
Antropologia	2,48
Fonoaudiologia	2,48
Nutrição	2,48
Educação	2,20
Sociologia	1,65
Odontologia	1,65
Farmacologia	1,38
Morfologia	1,38
Genética	1,11
Farmácia	1,11
Direito	1,11
Fisiologia	0,83
Imunologia	0,83
Linguística	0,55
Administração	0,27
Biologia Geral	0,27
Demografia	0,27
Desenho Industrial	0,27
Economia Doméstica	0,27
Engenharia de Produção	0,27
Engenharia de Transportes	0,27
Filosofia	0,27
Planejamento Urbano e Regional	0,27
Física	0,27
Total	100%

Fonte: Valadares et al., 2013.

Decerto, temos que ponderar que existe uma imensa capilaridade na produção do Serviço Social, desde a ampliação constitucional dos direitos sociais no país fazendo com que a temática do envelhecimento e seus temas correlatos, sejam investigados em meio a outras temáticas mais nucleares como as vinculada à seguridade social.

Vale ressaltar também a visão de Debert (1998), ao ponderar que as análises sobre a velhice se deparam com alguns obstáculos que devem servir de balizas em quaisquer análises realizadas. O primeiro é que a velhice é uma categoria culturalmente produzida, referenciando-se em processos biológicos; o segundo é que na sociedade contemporânea a mesma passou a ser encarado como problema social da esfera privada; e por fim, a institucionalização dos temas relacionados à velhice, tem gerado um discurso especializado.

CAPÍTULO III – O SERVIÇO SOCIAL E AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL DO ENVELHECIMENTO: ANÁLISE DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NOS PERIÓDICOS DA ÁREA

Com o intuito de dar visibilidade aos tipos de análises que vem sendo construídas acerca da velhice na perspectiva do Serviço Social, apresentaremos nesse capítulo todo o percurso da pesquisa, evidenciando através de quadros e gráficos, as informações extraídas do processo de coleta de dados, de modo a cartografar a produção de conhecimento sobre a temática do envelhecimento. Assim, as análises serão desenvolvidas levando em consideração as associações temáticas concebidas nessas produções e as abordagens hegemonicamente, utilizadas pelo Serviço Social acerca do processo de envelhecimento.

3.1 Processo de Refinamento da Coleta de dados: os primeiros achados

Como já descrevemos na Introdução deste trabalho, o processo de coleta dos artigos científicos seguiu a proposta de Lima e Miotto (2007). Assim, os quadros a seguir expressam um consolidado proveniente de tal processo, com intuito de revelar o passo a passo e os critérios que foram utilizados ao longo das etapas propostas pelas autoras.

No quadro 1 é possível identificar os periódicos classificados como A1 e A2 do Sistema Qualis pelo comitê de consultores do Serviço Social da CAPES, os quais foram escolhidos por serem considerados os estratos de indicativos mais elevados de qualidade e pela sua relevância para a área do Serviço Social.

Quadro 1 - Relação dos periódicos do Serviço Social com Qualis A utilizados na Pesquisa.

PERIÓDICOS - SERVIÇO SOCIAL	QUALIS
Serviço Social & Sociedade	A1

Revista Katálýsis	A1
Revista de Políticas Públicas (UFMA)	A2
Argumentum (Vitória)	A2
Em Pauta (Rio De Janeiro)	A2
SER Social (UNB)	A2
Textos & Contextos (Porto Alegre)	A2
Total = 7 periódicos	

Fonte: Primária, 2016.

Para melhor situar os periódicos utilizados, faremos um breve relato sobre as principais informações que emergem dos mesmos¹⁰. A revista *Serviço Social & Sociedade* foi criada em 1979 em sua versão impressa, sendo a versão online criada apenas em 2010. É uma revista de publicação trimestral que procura dar visibilidade a produção acadêmica e profissional dos assistentes sociais e de pesquisadores de áreas afins, sendo considerada a primeira Revista de circulação nacional na área do Serviço Social e um dos mais importantes periódicos de consulta obrigatória no meio acadêmico, direcionadas aos profissionais das áreas das ciências humanas e sociais, especificamente aos assistentes sociais.

A Revista Katálýsis é vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, desde 1997. É um periódico científico, voltado para assistentes sociais e profissionais de áreas afins, com publicação quadrimestral e de circulação nacional, com penetração em países de língua hispânica, em Portugal e em universidades dos Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Itália, Alemanha e França.

A Revista de Políticas Públicas (RPP) foi criada no ano de 1995 e está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). É um periódico acadêmico semestral voltado para publicação de trabalhos científicos elaborados por pesquisadores brasileiros e de outros países, com o propósito de promover e disseminar a

¹⁰ Informações extraídas dos sites dos referidos periódicos.

produção do conhecimento, o debate e a socialização de experiências, consideradas relevantes para o avanço teórico-prático das Políticas Públicas.

A revista *Argumentum* é vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo, cuja publicação semestral ocorreu de 2009 até 2015 e a quadrimestral iniciou a partir de 2016. Esse periódico tem caráter interdisciplinar e se dispõe a publicar pesquisas, artigos e discussões nos eixos *Política social, Estado e Sociedade* e suas diversas interações.

A revista *Em Pauta - Teoria social e realidade contemporânea* foi criada em 1993 na versão impressa e em 2007 na versão eletrônica. Vinculada a Faculdade de Serviço Social da UERJ e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, a revista está voltada para a compreensão de determinações e contradições sócio históricas que envolvem a esfera da política e o mundo do trabalho, com destaque para as lutas sociais no Brasil e nos países hispano-americanos.

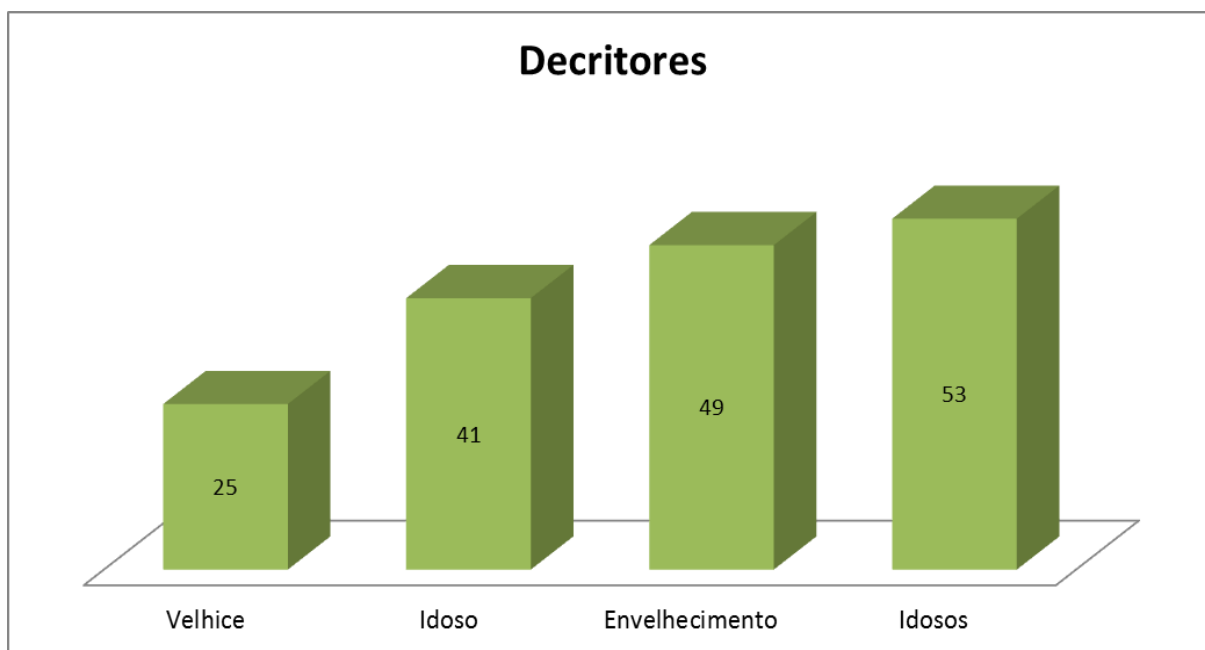
A revista *SER Social* dedica-se à publicação de trabalhos científicos sobre assuntos atuais e relevantes no âmbito do Serviço Social, da Política Social, áreas afins e suas relações interdisciplinares. A revista existe aproximadamente desde o ano de 1998, e é disponibilizada em versão impressa e online, com periodicidade semestral e está vinculada à Universidade de Brasília.

A revista *Textos & Contextos* (Porto Alegre) tem seu primeiro volume publicado no ano de 2002, é direcionada a pesquisadores, docentes, discentes e profissionais da área do Serviço Social e áreas afins. Sua publicação anual foi até 2005 e a partir de 2006 essa Revista passou a ser editada semestralmente. Esse periódico tem o objetivo de contribuir para a construção de conhecimentos em Serviço Social, e em campos correlatos do saber, com ênfase nos eixos relativos às políticas sociais, direitos humanos e processos sociais, bem como o trabalho e formação em Serviço Social.

No gráfico, a seguir, apresentamos quais descritores foram utilizados na captação do material de pesquisa durante a etapa do levantamento bibliográfico para efeito da análise pretendida. Como é possível verificar, estabelecemos quatro descritores básicos (velhice; idoso; idosos e envelhecimento), por duas ordens de razões: primeiro porque invariavelmente, nas reflexões teóricas, os mesmos apresentam ampla frequência e segundo, por entendermos que nesse campo de conhecimento existe uma proximidade de significância entre as expressões, bem como palavras frequentemente utilizadas como se fora sinônimos.

Advertimos ainda, que os números encontrados em cada descritor, sinalizam na captação dos dados, 25 trabalhos com o descritor “velhice”, seguido de 41 com descritor “Idoso”, 49 com o descritor “Envelhecimento” e 53 com descritor “idosos”.

Gráfico 1 - Quantitativo de trabalhos por descritores, em periódicos de Qualis A do Serviço Social, no período de 1996 – 2015.



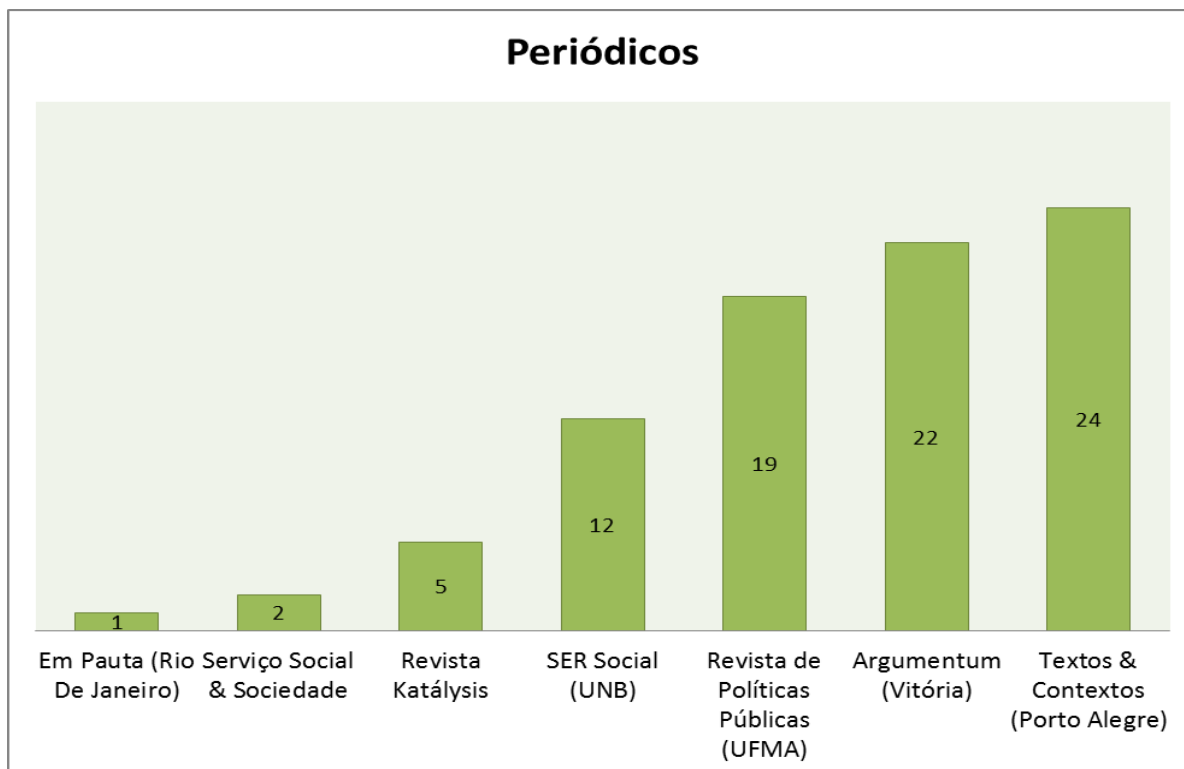
Fonte: Primária, 2016.

Faz-se necessário esclarecer que no Gráfico 1, os trabalhos podem aparecer simultaneamente em mais de um descritor, o que poderá fazer com que o mesmo trabalho venha a ser contabilizado mais de uma vez.

Desse modo, após quantificar os trabalhos por Descritores, foram desconsiderados os repetidos e então, foi contabilizado o quantitativo de trabalhos por periódicos (Gráfico 2).

Em relação particularmente ao gráfico que segue, foi constatado que houve uma concentração de trabalhos produzidos nas Revistas Textos & Contextos (24), Revista Argumentum (22) e Revista de Políticas Públicas – UFMA (19).

Gráfico 2 - Quantitativo de trabalhos por Periódicos de Qualis A do Serviço Social, no período de 1996 – 2015.

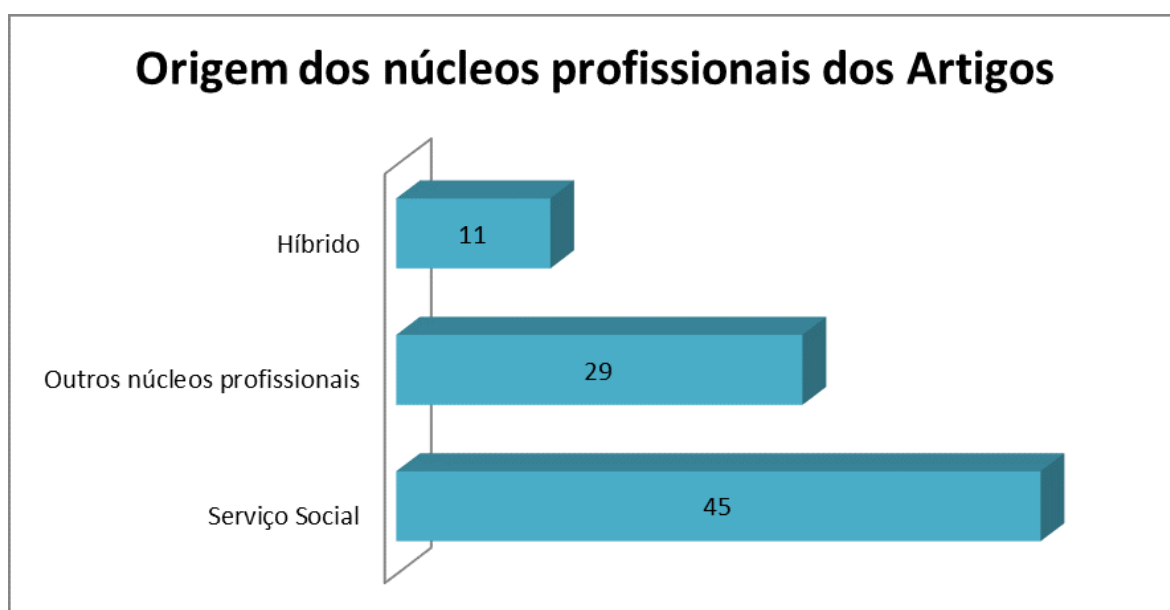


Fonte: Primária, 2016.

Posteriormente, levando em consideração os critérios de seleção da amostra, examinamos os núcleos profissionais¹¹ pertencentes a cada autor, através de informações contidas nas notas de rodapés dos próprios trabalhos ou quando as informações eram inexistentes ou insuficientes para a categorização, recorremos aos dados online da Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

¹¹ Por núcleos profissionais, consideramos a área de formação do autor, Graduação ou Pós-Graduação, tomando como referência a área do Serviço Social. Assim, organizamos essa análise a partir das seguintes definições: “*Híbrido*” para os artigos que possuem a participação de autores com formação em Serviço Social juntamente com outros núcleos profissionais; para os “*outros núcleos profissionais*” consideramos autores com formação em qualquer área que não seja no Serviço Social; e por fim o “*Serviço Social*”, como o próprio nome já diz, os autores que possuem formação em Serviço Social, seja ela Graduação ou Pós-Graduação.

Gráfico 3 - Quantitativo de trabalhos de acordo com a origem dos núcleos profissionais, em periódicos de Qualis A do Serviço Social, no período de 1996 – 2015.



Fonte: Primária, 2016.

Essa categorização contribuiu para identificar e delimitar apenas os trabalhos pertencentes aos núcleos profissionais do Serviço Social, critério de recorte da nossa amostra. Podemos constatar que foi mais expressiva a quantidade de artigos pertencentes aos núcleos profissionais do Serviço Social (45), em segundo os artigos pertencentes a outros núcleos profissionais (29) e por fim, 11 artigos pertencentes ao núcleo profissional Híbrido.

No quadro 2, apresentamos detalhadamente o quantitativo de trabalhos referente ao núcleo profissional correspondente apenas ao Serviço Social, cuja incidência maior encontramos na Argumentum (13 artigos), Revista de Políticas Públicas – UFMA (11 artigos) e Textos & Contextos (9 artigos)

Quadro 2 - Quantitativo dos trabalhos pertencentes apenas ao núcleo profissional de Serviço Social.

PERÍODICOS - SERVIÇO SOCIAL	TRABALHOS
Serviço Social & Sociedade	0
Revista Katálýsis (Impresso)	5

Revista de Políticas Públicas (UFMA)	11
Argumentum (Vitória)	13
Em Pauta (Rio De Janeiro)	1
SER Social (Online/ UNB)	6
Textos & Contextos (Porto Alegre)	9
Total	45

Fonte: Primária, 2016.

Com relação a Revista Serviço Social & Sociedade, podemos verificar que ao fazer esse recorte dos núcleos profissionais, nenhum artigo foi selecionado para a análise e isso podemos atribuir ao fato da pesquisa ter sido realizada apenas em sua versão online, disponível só a partir de 2010, um acervo bem menor, se compararmos com a versão impressa que foi criada em 1979.

Dos 45 trabalhos citados no quadro 2, que poderiam interessar ao nosso estudo, verificamos além de artigos científicos, trabalhos classificados como dossiê; editorial; debate; resumos; entrevistas e relatos de experiência, os quais foram desconsiderados na pesquisa, por não apresentarem um exame mais acurado, com detalhamento teórico-metodológico mais aprofundado que dispusesse de elementos essenciais à perspectiva de análise direcionada ao envelhecimento. Com base nisso, obtivemos um novo quantitativo da nossa amostra, o que pode ser observado no quadro 3.

Quadro 3 - Quantitativo de artigos pertencentes apenas ao núcleo profissional de Serviço Social, depois de desconsiderar os trabalhos que não eram do tipo artigo.

PERÍODICOS - SERVIÇO SOCIAL	TRABALHOS
Serviço Social & Sociedade	0
Revista Katálisis (Impresso)	4
Revista de Políticas Públicas (UFMA)	9
Argumentum (Vitória)	10
Em Pauta (Rio De Janeiro)	1

SER Social (Online/ UNB)	6
Textos & Contextos (Porto Alegre)	7
Total	37

Fonte: Primária, 2016.

Ao fazer a leitura dos resumos referentes aos 37 artigos, descritos no quadro 3, e levando em consideração a temática do envelhecimento, verificamos que 11 artigos não associavam o estudo à essa temática, sendo portanto, desconsiderados. Assim, tal fato resultou finalmente, em uma amostra de 26 artigos que realmente interessaram ao presente estudo, como consta no quadro 4.

Quadro 4 - Relação dos artigos selecionados para a análise desta pesquisa

ARTIGO	TÍTULO
Em Pauta (Rio De Janeiro)	
1	Desafio da Vida: trabalho, velhice e memória
Argumentum (Vitória)	
2	Direitos da pessoa idosa: desafios à sua efetivação na sociedade brasileira
3	Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira
4	Envelhecimento populacional no Brasil: o lugar das famílias na proteção aos idosos
5	Envelhecimento, direitos sociais e a busca pelo cidadão produtivo
6	Feminil(idades): a saúde da mulher idosa na produção de conhecimento
7	Idosos brasileiros: o contexto dos direitos sociais e das políticas sociais
8	Mulher Idosa: liberdade, protagonismo e encargo
9	Programas de preparação para aposentadoria: desafio atual para a gestão de pessoas
10	Repercussões do envelhecimento populacional para as políticas sociais
Revista de Políticas Públicas (UFMA)	
11	ENVELHECIMENTO NA AGENDA PÚBLICA BRASILEIRA
12	ENVELHECIMENTO, FAMÍLIA E POLÍTICAS SOCIAIS

13	POLÍTICA SOCIAL DE PROTEÇÃO AO IDOSO: a reafirmação da cultura privacionista no trato das refrações da questão social
14	POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DO ENVELHECIMENTO: possibilidades e limites da atuação do Serviço Social
Revista Katálisis	
15	Proteção social aos idosos: concepções, diretrizes e reconhecimento de direitos na América Latina e no Brasil
Ser Social (UNB)	
16	Cidadania e direitos da pessoa idosa
17	Cidadania, pertencimento e participação social de idosos – Grupo Trocando Ideias e Matinê das Duas: Cine Comentado
18	Formação em Serviço Social, política social e envelhecimento populacional
19	Rompendo o silêncio: violências e acidentes com idosos no município de Guaíba/RS
Textos & Contextos (Porto Alegre)	
20	Envelhecimento, redes de serviços e controle democrático no capitalismo recente
21	Intersetorialidade na política de saúde do idoso
22	Os idosos e a violência invisibilizada na família
23	Otimizando a qualidade de vida das pessoas idosas institucionalizadas
24	Quando a rua é dos velhos: trabalho informal, saúde e condições de vida
25	Rompendo o silêncio: desvelando a sexualidade em idosos
26	Trabalho e aposentadoria: as repercussões sociais na vida do idoso aposentado

Fonte: Primária, 2016.

Com relação ao quadro 4, constatamos maior incidência de artigos selecionados, na Revista Argumentum (Vitória) com 9 artigos e na Textos & Contextos com 7 artigos.

No próximo ponto trataremos sobre as associações temáticas feitas, pelos autores do Serviço Social, em relação ao processo de envelhecimento, buscando evidenciar as tendências expressas mediante o conjunto de inquietudes que atravessam a intervenção profissional e a construção de conhecimento, um esforço da categoria em perceber a realidade social em sua dinâmica e atualidade.

3.2 Processualidade da Contribuição do Serviço Social para a Produção Científica relacionada ao Envelhecimento segundo Análise da produção dos Periódicos

Nessa sessão procuramos entender o modo como se processou a contribuição científica do Serviço Social em relação às questões vinculadas ao envelhecimento, particularizando a produção em periódicos qualificados da área, e ao mesmo tempo identificando as categorias temáticas mais utilizadas pelos pesquisadores ao construírem suas análises.

Nessa perspectiva, procuramos identificar e categorizar as temáticas predominantes associadas à análise do envelhecimento, constatando que os temas mais abordados estavam relacionados aos “Direitos/Proteção Social”, “Trabalho” e “Política Social, como aponta o quadro 5.

Quadro 5 - Temáticas associadas ao envelhecimento na produção de conhecimento do Serviço Social

ASSOCIAÇÕES TEMÁTICAS	TOTAL DE ARTIGOS
Trabalho	5
Direitos / Proteção Social	6
Política Social	3
Família	2
Participação Social / Controle Social	2
Violência e maus tratos contra idosos	2
Outros ¹²	6
Total	26

Fonte: Primária, 2016.

¹² Consideramos “outros”, os únicos trabalhos vinculados a cada uma das seguintes áreas temáticas: Saúde da Mulher, Contexto Capitalista, Intersetorialidade, Produção de Cuidado, Atuação do Assistente Social e Sexualidade.

O quadro acima revela uma predominância da temática “Direitos/proteção social”, tendo em vista que os profissionais de Serviço Social atuam quase que exclusivamente nos espaços sócio-ocupacionais que se destinam ao atendimento das demandas próprias da velhice. Como já foi sinalizado em momentos anteriores, a produção científica da profissão relacionada à velhice e ao processo de envelhecimento em geral nasceu e vem se desenvolvendo, tanto com base nas mediações construídas através das atuações profissionais, quanto embasada na necessidade de responder as indagações surgidas pelas contradições que a realidade social apresenta a esse contexto.

De acordo com Alves, Paiva e Arruda (2016, p.78),

[...] pela via do exercício profissional e inserção nos espaços de participação política e lutas sociais, o Serviço Social tem empenhado esforços em produzir conhecimento acerca da problemática social da velhice, no intuito de pensar novas estratégias para a intervenção nesse campo.

As análises que trataram dessa temática direcionaram o seu debate para a apreciação dos marcos constitucionais e legais, específicos ao segmento idoso, como forma de delinear os direitos e o sistema de proteção social, já assegurados, ao mesmo tempo em que promoveram uma reflexão sobre os desafios postos à efetivação desses direitos.

Nessa perspectiva, é bem pertinente o volume de trabalhos acerca dessa temática, diante de um contexto onde as “regras” são determinadas pelo Capital, com a lógica do mercado e o modelo neoliberal cada vez mais predominante, os direitos sociais são alvos constantes de desconstrução, e, portanto, passíveis de novas discussões que venham retratar e dar visibilidade a real situação vivenciada pelos idosos, principalmente quando se tem uma ampla legislação que garante esses direitos, mas que de fato, na realidade seguem uma direção de não efetivação. Podemos analisar melhor a partir do trecho retirado de um dos artigos,

Em uma época onde são prezados valores como o individualismo, o imediatismo e, sobretudo, a exploração máxima da capacidade funcional do corpo humano, é preciso que a problemática do envelhecimento esteja cada vez mais presente nas discussões acerca dos direitos do homem e do cidadão. Da mesma forma, também é importante a efetivação dos direitos da população idosa para além do normativo, pois somente a garantia escrita desses

direitos nos instrumentos legais através da Constituição Federal, da Política Nacional do Idoso e do Estatuto do Idoso não assegura, de imediato, uma velhice vinculada a melhoria das condições de vida. (Texto 2 – FERREIRA; TEIXEIRA, 2014, p.162).

Outra associação recorrente em nosso estudo foi relacionada à categoria “Trabalho”. Nesse sentido, observamos reflexões teóricas voltadas para o processo de aposentadorias e as formas de enfrentamento do segmento idoso em relação ao empobrecimento. São análises que se remetem a centralidade do trabalho na sociedade contemporânea e exploram a exclusão do idoso diante das novas formas de reprodução do capital.

Na análise de Marx (2013, p. 255),

o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula, e controla seu metabolismo com a natureza. [...] agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

Assim, o trabalho adquire um valor essencial na compreensão do fenômeno humano-social, e para o Capitalismo, o indivíduo é tanto mais valorizado quanto mais produz. Nessa lógica, o envelhecimento do trabalhador é enfatizado nas análises como uma problemática social, notadamente, a partir da aposentadoria.

Nesses termos, a problemática social do envelhecimento do trabalhador está dimensionada por um duplo e articulado processo: de um lado, determinantes de ordem material, que geram a impossibilidade de reprodução social sem os recursos da família e sociedade, considerando a expropriação dos meios de produção e do acesso à riqueza socialmente produzida capaz de garantir uma velhice digna; de outro lado, determinantes culturais, cuja origem são as relações dominantes de produção, que atribui uma desvalorização social aos idosos quando perderem a rentabilidade para o capital, perdendo a qualidade de homem (econômico), parâmetro para a definição dos direitos humanos e de “cidadania” (TEIXEIRA, 2006, p. 109).

Portanto, o envelhecimento do trabalhador é uma temática que se expressa com maior criticidade, principalmente nas produções do Serviço Social, visando apreender o movimento do real, com um recorte de classe, que contemple captar o segmentado que de fato sofre os rebatimentos dessa situação.

De acordo com o quadro 5, a terceira temática mais discutida entre os artigos analisados foi a “Política Social”, o que podemos atribuir ao vínculo histórico que a profissão mantém com as políticas sociais enquanto mecanismo essencial de enfrentamento da questão social, além de constituir-se enquanto campo de atuação elementar e bastante requisitado a esses profissionais.

De acordo com Behring (2009), a política social é um tema basilar na formação profissional dos assistentes sociais, contudo, por mais que seja antiga essa relação, é um debate que em termos de maior densidade teórico metodológico, é considerado recente na área. Atualmente, o serviço social brasileiro apresenta formulações de qualidade sobre esse processo social histórico – a política social – estabelecendo uma interlocução ampla com outras áreas do conhecimento, e atraindo para si grande parte da responsabilidade sobre a formulação teórica-metodológica e política nesse campo. Decerto, esse avanço possui relação com a introdução do pensamento crítico e da tradição marxista no debate profissional a partir do final dos anos de 1970, impulsionado pela conjuntura de redemocratização e de formulação constituinte.

Com relação aos artigos pesquisados, verificamos que as reflexões teóricas estão canalizadas para as configurações que vem sendo delineadas pelas políticas públicas direcionadas ao idoso, e procuram evidenciar a tendência atual dessas políticas sociais, as formas de respostas para o atendimento das demandas desse segmento e os desafios postos pelo envelhecimento ao Serviço Social, além de examinar o arcabouço legal e jurídico já existente, em busca de compreender os avanços e o que ainda precisa avançar.

Cabe-nos lembrar, o caráter contraditório, peculiar ao processo de constituição dessas políticas, pois, ao mesmo tempo em que serve aos interesses do capital, serve também às necessidades da classe trabalhadora, como última forma de “apaziguamento” dos conflitos de classe.

Desse modo, é elementar e bastante recorrente nessas discussões, as análises acerca da importância do processo de mobilização social da classe trabalhadora e em específico, do segmento idoso, a fim de compreender a trajetória sócio histórica que viabilizou conquistas fundamentais em decorrência da pressão dessas lutas, pela perspectiva da consolidação dos direitos sociais.

Para além dessas considerações, é importante ressaltar, que tais produções contribuíram para o processo de visibilização das expressões da questão social articuladas à velhice.

3.3 Abordagens Prevalentes na produção do Serviço Social acerca do Envelhecimento

Como vimos anteriormente, em decorrência do crescimento demográfico e principalmente, pela visibilidade adquirida em relação as suas demandas, a velhice vem se firmando enquanto tema privilegiado de investigação nas diversas áreas de conhecimento, notadamente, no Serviço Social, na tentativa de compreender o complexo fenômeno da longevidade, de modo a delinear medidas de proteção social, capazes de acolher as demandas desse segmento, o que contribui para o aumento considerável do número de publicações.

Embora ainda seja incipiente o volume de produções no Serviço Social sobre essa temática, e recente a consolidação dessa produção, é possível constatar importantes avanços em relação a essas publicações e sendo uma profissão que se desenvolve com frequente interação entre as políticas e os direitos sociais, o Serviço Social não pode ser indiferente à temática do envelhecimento e da análise crítica sobre a complexidade que envolve o fenômeno.

Nesse contexto, com a finalidade de compreender os tipos de análises que vem sendo construídas acerca da velhice na ótica do Serviço Social, adotamos como parâmetro de análise, para esse estudo, as abordagens apontadas pelas autoras Siqueira (2001); Siqueira, Botelho, Coelho (2002), listadas no quadro a seguir com suas respectivas definições.

Quadro 6 - Abordagens indicadas no estudo das autoras Siqueira (2001); Siqueira, Botelho, Coelho (2002)

PERSPECTIVA DE ANÁLISE	DEFINIÇÃO
------------------------	-----------

Biológico / comportamentalista	A ênfase dessa perspectiva é posta no processo de decrepitude física provocada pelos fenômenos degenerativos naturais do organismo, onde os idosos aparecem como portadores de múltiplas patologias. No entanto, além de analisar pela via de alterações fisiológicas, essa perspectiva também considera as modificações no perfil etário populacional e a maneira como as políticas públicas de saúde reagem, ou deveriam reagir em relação a esses fatores, reforçando a ideia de que o envelhecimento populacional é uma responsabilidade do Estado.
Economicista	Essas investigações preocupam-se em situar o lugar dos idosos na estrutura social produtiva, centrando as análises na questão da ruptura com o mundo produtivo do mercado de trabalho, especificamente, na questão da aposentadoria, na qual o indivíduo passa pela transposição da categoria de trabalhador para ex-trabalhador; de produtivo para improdutivo, de cidadão ativo para inativo. Nesses estudos, os idosos são apresentados como cidadãos que devem lutar por seus direitos assegurados por lei. Outra tendência de análise que tem como referência a aposentadoria são aquelas produções que têm a finalidade de analisar e avaliar os Programas de Preparação para a Aposentadoria (PPAs).
Socioculturalista	Determinada por uma ênfase sociocultural, essa vertente critica os focos da preocupação adotados pela biológico/comportamentalista e economicista, alegando que embora essas últimas vertentes sejam importantes para a formulação de políticas públicas dirigidas a velhice, elas são insuficientes para dar conta da totalidade dos fatos que aparece da velhice. Sendo assim, a questão da velhice é entendida como uma construção social, onde parte do pressuposto de que é a sociedade/cultura que estabelece as funções e atribuições preferenciais de cada idade na divisão social do trabalho e dos papéis na família.
Transdisciplinar	Essas análises percebem a velhice como fenômeno natural e social e não como um determinado segmento da realidade vivida pelos velhos, isto é, nessa vertente, a velhice é compreendida como fenômeno natural e social que se desenvolve sobre o ser humano, único, indivisível, que, na sua totalidade existencial, confronta-se com problemas e limitações de ordem biológica, econômica e sociocultural que particularizam seu processo de envelhecimento.

Fonte: Primária, 2016.

Considerando as múltiplas abordagens de análise sobre a velhice, procuramos identificar quais as perspectivas que hegemonicamente são mais utilizadas pelos autores do Serviço Social, onde se faz necessário elucidar que essas abordagens não foram definidas pelos próprios autores, mas, determinadas, através de aspectos priorizados pelos mesmos.

Faz-se necessário esclarecer também, que nenhuma análise é desenvolvida por uma única abordagem, em todas as análises verificamos que no desenvolvimento da discussão tangenciam enfoques das outras abordagens, o que em alguns casos dificultou a determinação da abordagem prevalente.

Ademais, ressaltamos que diante da complexidade do fenômeno, das várias faces da velhice, não pretendemos esgotar essas análises, mas, ter dimensão do percurso que vem sendo construído pelo Serviço Social em direção aos estudos sobre o envelhecimento.

Nessa lógica, a perspectiva que mais sobressaiu em termos de artigos encontrados, foi a “socioculturalista”, com 13 artigos, como pudemos constatar no quadro 7. Nessas análises, verificamos um discurso com maior preocupação em analisar o envelhecimento, através do movimento dinâmico da sociedade, de forma a compreender a totalidade dos fatos que surgem da velhice enquanto categoria analítica.

Quadro 7 - Incidência dos artigos de acordo com a perspectiva Socioculturalista.

ABORDAGEM SOCIOCULTURALISTA		
ARTIGO	TÍTULO / AUTOR	RESUMO
2	Direitos da pessoa idosa: desafios à sua efetivação na sociedade brasileira (Ana Paula Ferreira; Solange Maria Teixeira)	O artigo traz como centralidade do estudo o debate sobre os direitos e os desafios postos à efetivação dos direitos da pessoa idosa, fruto de um contexto neoliberal marcado pela desresponsabilização do Estado e partilha das responsabilidades com as ONGs, Sociedade Civil e Terceiro Setor e consequentemente precarização das políticas sociais.
6	Feminil(idades): a saúde da mulher idosa na produção de conhecimento (Carla Klitzke; Luciana Patrícia Zucco)	O artigo em tela é produto de uma pesquisa bibliográfica realizada em 2013, que buscou compreender a produção de conhecimento sobre a saúde da mulher idosa. Para tanto, apresentou os resultados obtidos através de quadros, e algumas análises com base no material coletado nas três Revistas de Qualis A: Revista Estudos Feministas, Serviço Social & Sociedade e Revista Katálisis.
8	Mulher Idosa: liberdade, protagonismo e encargo (Maria das Graças Cunha Gomes)	Com o objetivo de apreender o potencial político das mulheres idosas inseridas em espaços associativos, bem como delinear um quadro com elementos que impulsionam ou fragilizam os processos organizativos, é que a autora procura detectar as principais características que determinam a identidade da mulher idosa na contemporaneidade. Desse modo, é suscitada uma reflexão acerca do processo de envelhecimento, enquanto um dos fenômenos mais significativos dos últimos tempos, numa relação em que a mulher idosa na cena pública se encontra entre a liberdade, o protagonismo e o encargo de inúmeros papéis.

10	Repercussões do envelhecimento populacional para as políticas sociais (Nanci Soares; Cristiane de Fátima Poltronieri; Joice Sousa Costa)	Em busca de refletir sobre o fenômeno do envelhecimento populacional na contemporaneidade, as autoras ressaltam a necessidade em analisar o percurso de lutas traçados pelo segmento idoso, objetivando evidenciar as conquistas de direitos que se registraram num processo importante de mobilização social. Desse modo, discutem as configurações delineadas pelas políticas públicas, especialmente as promulgadas a partir da década de 1980, onde a tendência atual é de não efetivação dos direitos legalmente conquistados e aí defendem a potencialidade da participação social do segmento idoso na luta em prol da efetivação desses direitos.
11	ENVELHECIMENTO NA AGENDA PÚBLICA BRASILEIRA (Solange Maria Teixeira)	Nesse artigo, a autora se propõe a mapear os diversos momentos em que o envelhecimento se insere na agenda pública brasileira, evidenciando as contribuições dos principais sujeitos sociais organizados na luta pelos direitos dos idosos, sendo considerados como grupos de pressões responsáveis pela visibilidade política e social do envelhecimento.
13	POLÍTICA SOCIAL DE PROTEÇÃO AO IDOSO: a reafirmação da cultura privacionista no trato das refrações da questão social (Solange Maria Teixeira)	Em busca de confirmar que as formas de respostas contemporâneas à problemática social do envelhecimento não só mascaram a centralidade do envelhecimento do trabalhador, como também reforça a cultura privacionista, no trato das mazelas sociais, mediante a nova simbiose entre “público” e “privado”, que o artigo vem analisar a configuração institucional da política setorial nacional dos idosos.
14	POLÍTICAS PÚBLICAS NA ÁREA DO ENVELHECIMENTO: possibilidades e limites da atuação do Serviço Social (Maria do Rosário de Fátima e Silva)	Com o objetivo de compreender as possibilidades e perspectivas de intervenção profissional visando assegurar os direitos de cidadania à pessoa idosa, no âmbito das Políticas de Seguridade Social, particularmente a Política de Assistência Social, o artigo inicia sua discussão mostrando a necessidade de redimensionamento, por parte do Estado e governos, da agenda pública e investimentos diante das necessidades apresentadas pela população idosa. Para tanto, sua reflexão se desenvolve mediante detalhamento do cotidiano das ações que compreendem a Proteção Social Básica e Especial, na Política de Assistência Social, com vistas a apreender o espaço de atuação profissional.
15	Proteção social aos idosos: concepções, diretrizes e reconhecimento de direitos na América Latina e no Brasil (Maria do Rosário de Fátima e Silva; Maria Carmelita Yazbek)	O artigo visa analisar o processo de constituição e concretização do sistema de proteção social na América Latina e especificamente do Brasil, com o propósito de verificar nesses sistemas o real atendimento das necessidades dos idosos mediante o que está sendo assegurado nas medidas de políticas públicas, em cada realidade. Para tanto, apresentam algumas concepções conceituais que fundamentaram o sistema de proteção social latino americano e brasileiro.

16	Cidadania e direitos da pessoa idosa (Vicente de Paula Faleiros)	O propósito do autor para este artigo se estabelece na análise dos marcos constitucionais e legais que asseguram os direitos da pessoa idosa no Brasil, acerca da definição desses direitos mediante uma perspectiva histórica e crítica, relacionando a cidadania e envelhecimento. Desse modo, constrói seu debate em torno da constituição do Estado de Direito, enquanto um eixo estruturador da vida em sociedade e surgimento do sujeito cidadão na modernidade, assim como, da trajetória histórica dos direitos garantidos aos idosos nas constituições brasileiras, ressaltando o modo como a velhice é encarada em cada momento e o que de fato é assegurado em termos de direitos aos idosos, especialmente na Constituição Federal de 1988.
18	Formação em Serviço Social, política social e envelhecimento populacional (Potyara Amazoneida Pereira Pereira)	O artigo trata sobre o interesse das Universidades e em específico dos cursos de Serviço Social, acerca dos conteúdos, metodologias e práticas de políticas sociais voltadas para o fenômeno do envelhecimento. Para tanto, a autora discorre inicialmente sobre algumas evidências empíricas que impulsionam esse interesse, em seguida, os desafios que têm sido postos pelo envelhecimento populacional ao Serviço Social, considerando os prós e os contras desse fenômeno, e por fim, exibe uma agenda direcionada as políticas de atenção ao idoso e propostas de inclusão do envelhecimento no processo de formação em Serviço Social.
19	Rompendo o silêncio: violências e acidentes com idosos no município de Guaíba/RS (Patrícia Krieger Grossi; Ana Luiza Trois de Miranda; Marisa Camargo; Heloísa S. C. Barrili; Jaina Raqueli Pedersen)	Em busca de informações que qualifique o atendimento ao idoso no enfrentamento das diversas expressões da violência e prevenção de acidentes, é que as autoras pretendem identificar, nesse artigo, o processo de notificação dos acidentes e violências com idosos e a articulação da rede de serviços em Guaíba (RS), através da rede informatizada de Observatórios de Acidentes e Violências em hospitais com serviços de urgência e emergência, implantada em 2001, pelo Centro Estadual de Vigilância em Saúde, do Estado do Rio Grande do Sul. Assim, algumas reflexões são desenvolvidas acerca das repercussões dos acidentes e violências no âmbito da saúde, bem como, dos acidentes e violências contra idosos no Estado de Guaíba.
23	Otimizando a qualidade de vida das pessoas idosas institucionalizadas (Cristiane Cardoso de Oliveira)	A discussão desenvolvida nesse artigo possui como foco de análise, o idoso abrigado e todo o contexto que o envolve. A finalidade consiste em intervir, com ênfase no cuidado, em busca de contribuir para uma vida com maior qualidade para esses idosos, mesmo que estejam na condição de abrigamento, através do reconhecimento das suas necessidades e expectativas identificadas em seus depoimentos. Em meio a discussão, evidencia a importante atuação dos assistentes sociais nesses espaços.

24	Quando a rua é dos velhos: trabalho informal, saúde e condições de vida (Monique Borba Cerqueira)	O artigo traz uma discussão acerca do trabalho informal desenvolvidas por idosos no centro da Cidade de São Paulo, evidenciando as dimensões da exclusão social desse segmento e todas as implicações que essa prática acarreta ao idoso. Desse modo, busca compreender as condições de vida, a rotina de trabalho e o lugar da saúde em seu cotidiano através do resgate de aspectos relacionados às condições de existência, a trajetória profissional e a vida em família.
----	--	---

Fonte: Primária, 2016.

De acordo com Siqueira (2001), essa abordagem corresponde a um modelo de análise caracterizada por uma ênfase sociocultural, que discordante das ênfases biológico/comportamentalista e da economicista, embora sejam aspectos importantes para análise dessa categoria, são abordagens insuficientes para garantir a totalidade dos acontecimentos. Assim,

explicar por razões de ordem demográfica a aparente quebra da “conspiração do silêncio em relação à velhice é perder a oportunidade de descrever os processos por meio dos quais o envelhecimento se transforma em um problema que ganha expressão e legitimidade, no campo das preocupações sociais do momento (DEBERT, 1992 *apud* SIQUEIRA, 2001, p.11).

A questão do envelhecimento nessa abordagem, é entendida como uma construção social, partindo da premissa de que é a sociedade/cultura que determina as funções e atribuições preferenciais de cada idade na divisão social do trabalho e dos papéis na família (SIQUEIRA, 2001).

A prevalência dessa abordagem nos fez refletir que a complexidade que emerge com o processo de envelhecimento, as análises socioculturalistas, preocupam-se em evidenciar as várias representações da velhice ao longo da história, de modo a apreender na dinâmica do real, o constante movimento dessa categoria. O que nos faz acreditar na existência de um movimento em direção a noção de totalidade.

No que concerne à abordagem “economicista”, localizamos 7 artigos que buscam, de um modo geral, situar a questão do envelhecimento no contexto da estrutura social produtiva, notadamente, relacionada ao momento da aposentadoria, diante da possibilidade de “ruptura” com o mundo produtivo do mercado de trabalho.

Quadro 8 - Incidência dos artigos de acordo com a perspectiva Economicista

ABORDAGEM ECONOMICISTA		
ARTIGO	TÍTULO / AUTOR	RESUMO
1	Desafio da Vida: trabalho, velhice e memória (Hebréia Maria Ramos Barbosa da Costa)	O artigo versa sobre o envelhecimento no contexto neoliberal, resgatando a centralidade do trabalho enquanto elemento fundante e humanizador do indivíduo social, por consequência, a noção de classe social, segundo a compreensão de Marx. Portanto, o debate transcorreu inicialmente com um breve histórico dos momentos de lutas dos movimentos sociais dos trabalhadores; em seguida, um panorama sobre o contexto neoliberal, as conquistas nesse período e seus rebatimentos no processo do envelhecimento; e por fim, a importante memória sociopolítica dos velhos trabalhadores, enquanto, argamassa ideológica na construção de um novo bloco histórico.
3	Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira (Solange Maria Teixeira)	Com a finalidade de analisar os determinantes que geram a problemática do envelhecimento do trabalhador na sociedade brasileira e as possibilidades de respostas da sociedade e do Estado, a autora resgata a discussão acerca dos aspectos econômicos, políticos e culturais que envolvem o envelhecimento do trabalhador na ordem do capital, assim como, apresenta a configuração do sistema de proteção social contemporâneo, procurando verificar as tendências de política social que vem se consolidando.
5	Envelhecimento, direitos sociais e a busca pelo cidadão produtivo (Daniel Groisman)	Neste artigo a discussão é desenvolvida em torno da cidadania da pessoa idosa, mais precisamente, do reconhecimento da velhice, enquanto detentora de direitos de cidadania, onde se pretende localizar os desafios e contradições para a plena efetivação da sua proteção social. Para tanto, discorre sobre a proteção social à velhice, com foco para as políticas de seguridade social no contexto do Estado de Bem Estar Social moderno, bem como a crescente internacionalização da gestão do envelhecimento mediante revisão da agenda dos organismos internacionais.
7	Idosos brasileiros: o contexto dos direitos sociais e das políticas sociais (Rosilaine Brasil Kunzler; Leonia Capaverde Bulla)	Discute a situação social do idoso no Brasil, situando a discussão no campo dos direitos sociais e das políticas sociais, cuja análise desenvolve acerca do processo de constituição desses direitos. Para tanto, apresenta os direitos sociais assegurados ao idoso nas principais legislações e a demanda por políticas sociais para essa faixa etária, ressaltando a "legião de sobranter" como alvo central dessas políticas.

9	Programas de preparação para aposentadoria: desafio atual para a gestão de pessoas (Priscila Monick de Araújo Barbosa Dantas; Carla Montefusco de Oliveira)	Diante das implicações sociais que surgem com o processo de envelhecimento, sobretudo em relação ao fim da idade produtiva para o capital, conforme uma lógica que reduz o indivíduo à sua força de trabalho, é que esse artigo se propõe analisar a importância das ações de gestão de pessoas voltadas para o funcionário em fase de aposentadoria, entendendo a velhice como uma expressão dos desdobramentos da mudança do perfil demográfico do país. Neste sentido, é que surgem os Programas de Preparação para a Aposentadoria (PPA) como alternativa de planejamento para a vida após aposentado.
20	Envelhecimento, redes de serviços e controle democrático no capitalismo recente (Jurilza Maria Barros de Mendonça; Potyara Amazoneida Pereira Pereira)	Esse artigo aborda o processo de envelhecimento populacional no capitalismo recente, evidenciando a relação contraditória entre os avanços sociais e científicos relativos a esse processo e os obstáculos estruturais e políticos à implantação de uma rede de serviços específicos para a pessoa idosa no Brasil. Debate ainda sobre as implicações do envelhecimento para as políticas sociais brasileiras e o papel dos Conselhos, enquanto responsáveis em acompanhar a realização das políticas e a observância dos direitos dos idosos.
26	Trabalho e aposentadoria: as repercussões sociais na vida do idoso aposentado (Leonia Capaverde Bulla; Carin Otilia Kaefer)	A discussão desse artigo está relacionada ao trabalho, a aposentadoria, associadas ao processo de envelhecimento, de modo que procura debater sobre a heterogeneidade da velhice, o significado do trabalho e as implicações do processo que envolve a aposentadoria na vida do indivíduo e o retorno ao trabalho como necessidade de sobrevivência, ressaltando as dificuldades que os idosos enfrentam para se manter atualmente no mercado de trabalho. Assim, as autoras entendem o trabalho como fundamental para a qualidade de vida dos sujeitos, que são muitas vezes excluídos desse processo.

Fonte: Primária, 2016.

Nesses estudos fica clara a associação do Envelhecimento com a categoria Trabalho, evidenciando a exclusão do idoso diante das novas formas de reprodução do capital, onde o envelhecimento do trabalhador é apresentado como uma “problemática social” em virtude da vulnerabilidade em massa dos trabalhadores, ao perderem o valor de uso para o capital, como explica Teixeira (2006, p. 27),

[...] a expressão “problemática social” da velhice ou do envelhecimento é utilizada sob aspas, pois não se considera que o envelhecimento ou velhice pelas restrições físicas, nos papéis sociais, comportamental, dentre outras, seja um problema social para todos os idosos de uma população. Constitui um problema social para uma determinada classe destituída de propriedade, exceto da sua força de trabalho, considerando-se a vulnerabilidade em massa dessa classe, principalmente, quando envelhece e perde o valor de uso para o capital.

A questão da aposentadoria passa a constituir-se no que Siqueira (2001) descreve como processo de generalização da aposentadoria, associando o momento da aposentadoria com a chegada do envelhecimento, mesmo que do ponto de vista biológico, psicológico e social, o indivíduo não seja considerado como tal. No entanto, não é de forma homogênea que os indivíduos vivenciam essa realidade.

Outro elemento marcante observado, nessas análises, é a trajetória dos movimentos sociais dos trabalhadores, como formas de enfrentamento do segmento idoso na luta por seus direitos. De acordo com as autoras Siqueira (2001); Siqueira, Botelho e Coelho (2002), essa abordagem exhibe um discurso com delineamento mais político, onde os idosos são apresentados como cidadãos que devem lutar por seus direitos assegurados por lei.

Ainda segundo as autoras, o envelhecimento “deixa de ser uma interrupção da vida em sociedade para passar a uma outra forma de ação social”, onde os idosos, representados pelo Movimento dos Aposentados e Pensionistas (MAP), enfrentam três instâncias distintas: a primeira, o confronto com os trabalhadores da ativa pelo conflito de interesses; a segunda, o embate com o Estado, o qual é considerado o maior responsável pela condição inferior de exclusão vivenciada pelos idosos; e a terceira, é o confronto contra as ações tutelares dos grupos de Terceira Idade, cuja proposta de lazer e recreação para idosos fragilizam e descaracterizam os interesses de lutas deste segmento.

Nessa perspectiva, o envelhecimento como “problema social” não é o resultado mecânico do crescimento do número de pessoas idosas, como tende a sugerir a noção ambígua de “envelhecimento demográfico”, nem representa uma ameaça à ordem política pelas estatísticas crescentes, mas sim pelas pressões sociais das lutas que congregam e adensam reivindicações, trazendo à cena pública a problemática - ou como esta é interpretada e legitimada pelos sujeitos políticos -, transformando-a em demanda política, introduzindo-a no campo das disputas políticas e das prioridades de políticas públicas.

[...] é, portanto, a partir das lutas operárias e seus mecanismos de organizações, que o envelhecimento do trabalhador ganha visibilidade política, e rompe, com a sua dimensão privada, sob a responsabilidade da família, da vizinhança, das instituições filantrópicas, para assumir a dimensão de problema social, de caráter estrutural e sujeito a respostas no âmbito estatal (TEIXEIRA, 2006, p.29 e 73).

Outro aspecto de análise nessa abordagem, ainda centralizado na questão da aposentadoria, são os estudos cuja finalidade consistem em apreciar os chamados Programas de Preparação para a Aposentadoria (PPAs). Nessa pesquisa, localizamos um artigo que traz a discussão dessa temática, expondo os PPAs como alternativa de planejamento para a vida pós-aposentadoria, programas que segundo Salgado (*apud* SIQUEIRA, 2001, p.10) têm por finalidade:

I) dar aos futuros aposentados condições de explorarem suas possibilidades, expectativas e desejos; II) informar sobre as condições de vida futura dos candidatos a aposentadoria; III) modificar as reações negativas quanto à aposentadoria e incutir na consciência a necessidade de planejá-la adequadamente; IV) ajudar os aposentados a reconhecerem que o processo permanente de educação pode contribuir para o desenvolvimento psicossocial de suas vidas, estabelecendo novos desafios que valorizarão à própria existência.

São, portanto, análises que expõem os rebatimentos que o sistema capitalista provoca ao envelhecimento, como revela um artigo cuja discussão versa sobre a dificuldade do idoso em se manter, atualmente, no mercado de trabalho, pós-aposentadoria, devido a situação de preconceito e exclusão vivenciada por eles, fazendo com que a classe mais empobrecida seja “obrigada” a retornar ao trabalho por questão de sobrevivência, mesmo em condições precárias.

Nesses estudos, a grande maioria dos autores conclui que, os idosos precisam lutar e exercer seus direitos de cidadania, a fim de não mais serem vistos como peso morto para o capital, como fardo para as políticas públicas, notadamente as de Seguridade Social, que aprendam a discutir leis, propor serviços e programas, fiscalizar o uso dos bens e serviços públicos.

Na construção inicial desse estudo, partíamos da hipótese de que a produção científica do Serviço Social em relação às questões relacionadas ao envelhecimento se utilizaria da abordagem economicista, tendo em vista a particularidade da profissão em analisar as várias expressões da questão social com base no conflito capital x trabalho. No entanto, verificamos que essas análises apesar das suas relevâncias, das perspectivas totalizantes e críticas adotadas, tendem a centrar suas análises no momento nuclear da aposentadoria (a aposentadoria em si), secundarizando aspectos que envolvem a complexidade relacionada à gestão da aposentadoria e suas repercussões na vida do trabalhador idoso.

Com relação à abordagem “biólogo/comportamentalista” delimitamos 4 artigos que se enquadram nessa perspectiva, por tratarem o processo de envelhecimento na ótica dos processos fisiológico e biológicos, bem como nas questões de saúde do idoso.

Quadro 9 - Incidência dos artigos de acordo com a perspectiva Biológico/comportamentalista.

ABORDAGEM BIOLÓGICO/COMPORTAMENTALISTA		
ARTIGO	TÍTULO / AUTOR	RESUMO
4	Envelhecimento populacional no Brasil: o lugar das famílias na proteção aos idosos (Adriana Silva; Keli Regina Dal Pra)	Do ponto de vista do envelhecimento populacional, o artigo procura discutir os efeitos que as mudanças demográficas vêm provocando aos núcleos familiares, os quais vêm passando por uma reconfiguração. Diante disso, discorre sobre o processo de transição demográfica, o perfil que caracteriza hoje a população idosa brasileira e diante de um contexto neoliberal ressaltar a responsabilização da família em substituição ao Estado no tocante a proteção social ao idoso.
12	ENVELHECIMENTO, FAMÍLIA E POLÍTICAS SOCIAIS (Leônia Capaverde Bulla; Eleni Raquel da Silva Tsuruzono)	O artigo ressaltar o envelhecimento enquanto um processo que vem crescendo aceleradamente, as mudanças no perfil demográfico e epidemiológico, sobretudo os impactos que o aumento das doenças crônico-degenerativas vem ocasionando na qualidade de vida do idoso e da família. Neste sentido, promove uma reflexão dos avanços e mudanças ocorridas com esse processo, a trajetória da proteção social destinada ao idoso, os impactos desse crescimento principalmente na família, ressaltando o papel do cuidador familiar.
21	Intersetorialidade na política de saúde do idoso (Patrícia Krieger Grossi; Lucimari Frankenberg Guilamelon)	O artigo discute a questão da Intersetorialidade na política de saúde do idoso, ressaltando a importância desse mecanismo, que aparece como alternativa para resolução de problemas reais da população de forma a conferir maior integridade, equidade e dignidade ao cuidado de saúde do velho. Desse modo, as autoras desenvolvem a discussão abordando a saúde do idoso em seus aspectos conceituais e legais, assim como, a base conceitual e como se constrói a Intersetorialidade.

22	Os idosos e a violência invisibilizada na família (Patrícia Krieger Grossi; Mozara dos Reis de Souza)	O artigo visa tratar as várias expressões de maus tratos e violência contra idosos, entendendo que é um problema que vem aumentando na proporção que amplia o processo do envelhecimento. Dessa maneira, expõem o perfil dos idosos pesquisados, a concepção deles com inúmeras situações, a relação com o possível agressor, ressaltando nesse debate a violência inviabilizada no âmbito familiar, algo que é bastante presente, mas pouco conhecida e identificada pela sociedade em geral. Em face disso, as autoras objetivam com esse estudo, conferir maior visibilidade social do problema e proporcionar elementos que venham contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas específicas para lidar com essa expressão da questão social, possibilitando melhor qualidade de vida para os idosos.
----	---	--

Fonte: Primária, 2016.

Nesses estudos é predominante a visão do envelhecimento populacional em decorrência do processo de transição demográfica, onde os dados quantitativos são utilizados como fato justificador desse processo (SIQUEIRA, 2001; SIQUEIRA, BOTELHO, COELHO, 2002).

Outro elemento importante que precisa ser evidenciado nessa perspectiva, é o tratamento do envelhecimento populacional enquanto um problema de Estado, pois, diante da transição epidemiológica que substitui a prevalência das doenças infecto contagiosas pelas doenças crônicas degenerativas, aumentam os custos com o tratamento que exige uma intervenção mais cara e, portanto, maior ônus e consequentemente maior responsabilidade do Estado. (SIQUEIRA, 2001; SIQUEIRA, BOTELHO, COELHO, 2002). Podemos verificar em algumas falas dos autores,

Diante do envelhecimento populacional e das mudanças que vem ocorrendo nas famílias, os serviços públicos para os idosos serão cada vez mais requisitados ao poder público e para que a população de idade avançada tenha suas necessidades atendidas, o Estado deverá estar preparado (Texto 4 - SILVA; DAL PRA, 2014, p. 113).

O idoso precisa de um sistema de proteção social que possa garantir as necessidades básicas; requer políticas sociais indutoras de inclusão ou reinclusão, desenvolvidas através da articulação integrada de políticas públicas que apresentem eficácia no seu desenvolvimento (Texto 12 - BULLA; TSURUZONO, 2010, p. 111)

Enquanto problema social, os autores em sua maioria, concluem que é urgente a adoção de medidas que venham atender as inúmeras demandas dessa categoria, de responsabilidade do Estado, no tocante as questões relativas à saúde.

Para tanto, faz-se necessário ressaltar, com relação a essa abordagem biológico/comportamentalista, que embora seja importante perpassar essa discussão, há uma tendência para análises que não superam o nível da descrição das manifestações do envelhecimento, o que é minimizado em se tratando da produção de conhecimento do Serviço Social, em decorrência da competência que lhe é peculiar.

Finalmente, em 2 artigos analisados, temos a abordagem “transdisciplinar”, cujas análises apresentam o processo de envelhecimento como um fenômeno natural e social vivenciado de maneira diferente, por cada idoso, considerando-se os limites de ordem biológicas, econômica e sociocultural, que particularizam seu processo.

Quadro 10 - Incidência dos artigos de acordo com a perspectiva Transdisciplinar

ABORDAGEM TRANSDISCIPLINAR		
ARTIGO	TÍTULO / AUTOR	RESUMO
17	Cidadania, pertencimento e participação social de idosos – Grupo Trocando Idéias e Matinê das Duas: Cine Comentado (Leonia Copaverde Bulla; Erika Scheeren Soares; Rosane Bernadete Brochier Kist)	O artigo relata a existência e a importância de dois projetos de extensão para a terceira idade, propostos na Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, através da Universidade da Terceira Idade. Esses projetos, o Grupo Trocando Ideias e a Matinê das duas, surgem com a finalidade de promover a inclusão e participação social do idoso. Para tanto, as autores entendem que as atividades dos dois projetos se estabelecem enquanto relevantes mecanismos de resgate da cidadania das pessoas acima de 50 anos, onde a participação nesses grupos proporcionam aos idosos novas relações de amizade, conhecimentos e debates coletivos sobre seus direitos e consequentemente trocas de experiências que incentivam a interação social, visando ao pertencimento social.

25	Rompendo o silêncio: desvelando a sexualidade em idosos (Marilu Chaves Catusso)	Nesse artigo são apresentados os fatores sociais que interferem na sexualidade dos idosos, cujos sujeitos da pesquisa foram os idosos do município de Palmas (PR), membros do Grupo de Convivência “Anos Dourados”. Para tanto, a autora apresenta as falas dos sujeitos pesquisados e analisa os dados a partir das categorias sexualidade, influência da família, abuso econômico e violência, aspectos culturais, psicológicos, físicos, religiosos e as relações grupais.
----	--	---

Fonte: Primária, 2016.

Essa abordagem busca estimular uma nova compreensão da realidade, que venha compreender o idoso enquanto ser humano único e indivisível, que possui diferença em seus aspectos biológicos, psicológicos, financeiros, sociais e demais aspectos presentes no cotidiano do indivíduo.

Nessa lógica, as autoras Siqueira (2001); Siqueira, Botelho, Coelho (2002) relatam em suas análises, que o idoso é descrito pelo outro e não por ele próprio e que, portanto, a velhice termina por constituir-se em uma pluralidade de experiências individuais que inviabiliza sua compreensão por um conceito ou noção de investigá-la, oferecendo ao pesquisador a única opção de conferir entre as diferentes experiências de envelhecimento, quais as constantes e razões de suas diferenças, para que possa dispor de um posicionamento mais concreto. Podemos constatar essa situação em um dos artigos pesquisados, quando as autoras dizem que,

[...] nas atividades procura-se desvendar as contradições e ressaltar as atividades e vivências positivas e importantes a serem consideradas, como também salientar as diferenças e os conjuntos de valores distintos dos participantes (Artigo 17 – BULLA; SOARES; KIST, 2007, p. 190).

Nos dois artigos pesquisados, os autores trazem ao debate a importância dos grupos de convivência para a vida dos idosos, enquanto espaço coletivo de troca de experiência, novos conhecimentos, criação de novos laços afetivos de amor e carinho, além de evidenciar os sentimentos de pertencimento e bem-estar, que os possibilitem sentirem-se incluídos socialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo acelerado de envelhecimento da população mundial há muito vem mobilizando a atenção das autoridades mundiais pela previsibilidade de problemas advindos desse estágio de desenvolvimento da vida humana.

Sem dúvidas, para além de ser um fenômeno natural, próprio da condição humana, o envelhecimento é um processo que vem sendo construído socialmente, e ao mesmo tempo, vem sofrendo impactos na medida em que a sociedade opera suas mudanças. Nesse sentido, a literatura é consensual em afirmar a existência de: uma pluralidade de experiências relacionadas à velhice; uma variedade de representações sociais acerca da mesma e um movimento claro de reprivatização da velhice na contemporaneidade.

Cabe-nos afirmar, portanto, que há uma variabilidade de “vivências da velhice” provocada pelas condições histórica, política, econômica e sociocultural que as sociedades construíram ao longo do tempo. Decerto, a condição de velho na modernidade tem exigido a presença do Estado no provimento das necessidades que tal condição impõe. Tal aspecto se revela de modo mais vigoroso nos países que se encontram na periferia do capitalismo e que não alcançaram um escopo de proteção social baseada na perspectiva da seguridade social, onde os direitos sociais são garantidos pelo Estado.

Nesses cenários as expressões da questão social da velhice se expressam através da inacessibilidade do idoso às políticas de natureza social, ou contrariamente, na condição de segmento excluído da rede de garantias dos chamados mínimos sociais, quais sejam: habitabilidade condizente com as necessidades do envelhecimento; suporte de atendimento na rede de saúde; sistema de transportes seguro; benefícios sócioassistenciais destinados aos idosos empobrecidos e aposentadoria.

O Brasil se enquadra perfeitamente no cenário supra mencionado, em função do processo de exclusão social que vivem os idosos empobrecidos no país.

O Processo de envelhecimento humano como um processo de construção social tem feito parte, muito recentemente, das reflexões científicas do Serviço Social. Como vimos, essa apropriação se deu historicamente em função das demandas advindas dos idosos nomeadamente, a partir dos anos 90 quando a

profissão busca a consolidação do processo de reconceituação e em paralelo se depara com as novas configurações de gestão das políticas sociais, ocasionadas pela ampliação dos direitos sociais de 1988, entre eles, o direito a uma velhice digna.

Foi possível constatar que o Serviço Social vem, paulatinamente, ampliando sua produção sobre as questões relacionadas à velhice, embora prevaleçam ainda aportes conservadores e enviesados, distantes da noção de totalidade.

As produções analisadas no decurso da pesquisa, evidenciam uma tendência voltada para a abordagem sócioculturalista proposta por Siqueira (2001) e Siqueira, Botelho, Coelho (2002), a partir da qual a velhice é percebida como construção social. Como já foi assinalada pelas autoras, tal perspectiva, infere que apesar da relevância que as questões demográficas e econômicas possuem no planejamento de políticas públicas voltadas aos idosos, elas não conseguem abordar de modo totalizante os aspectos advindos da velhice como categoria de análise.

Entretanto, embora ocorra essa prevalência da abordagem socioculturalista no conjunto da produção examinada, foi possível identificar artigos científicos relacionados às demais abordagens.

No que diz respeito às associações temáticas realizadas pelos pesquisadores de Serviço Social em relação as questões transversais do envelhecimento, detectamos uma heterogeneidade de temas, com a predominância dos aspectos que envolvem os “Direitos/Proteção Social”, o “Trabalho” e “Política Social”, reafirmando o contexto de fragilidade e desproteção vivenciado pelo idoso, principalmente quando se observa que de um modo geral, a discussão acerca da efetivação dos direitos e da implementação de políticas sociais se evidencia, considerando os rebatimentos que o modo de produção capitalista promove nesse segmento.

O que só vem corroborar com o fato da temática da velhice emergir na produção de conhecimento do Serviço Social em decorrência principalmente das demandas postas em seus espaços sócio ocupacionais.

Essa tendência nos faz refletir sobre a particularidade que envolve a produção de conhecimento do Serviço Social, em se direcionar pelas desigualdades e divergências próprias da sociedade capitalista, numa perspectiva de contra hegemonia, em busca de desvendar os desprotegidos sociais e, portanto, os afetados com essa conjuntura.

Desse modo, é pertinente e necessário o debate sobre os diversos aspectos que emergem com a velhice na ótica do Serviço Social, um profissional capaz de refletir criticamente as expressões da questão social, situando o fenômeno no contexto sócio histórico, político e econômico da sociedade capitalista, numa perspectiva que seja para além de aspectos biológicos, embora não seja algo que se desenvolva uniformemente no âmbito dessa produção de conhecimento.

Com a prevalência da abordagem socioculturalista, constatamos que a produção de conhecimento do Serviço Social apresenta uma tendência em analisar a questão da velhice, enquanto uma construção social, por se preocupar em evidenciar as várias representações da velhice ao longo da história, de modo a apreender no interior da dinâmica do real, o constante movimento dessa categoria. Para tanto, nos parece ser essa perspectiva a que mais se aproxima da realidade, embora não tenha sido constatada, nenhuma abordagem plenamente totalizante que compreenda o complexo fenômeno do envelhecimento.

Em consenso com as autoras Siqueira, Botelho e Coelho (2002) de que priorizar determinados aspectos da velhice proporcionam maior probabilidade dessas publicações se distanciarem da complexidade dos fatos que cercam o processo de envelhecimento, mesmo que, especificar possa significar maior aprofundamento dos aspectos selecionados na abordagem, chegamos ao final do trabalho considerando que diante dessa complexidade faz-se necessário um debate mais integrado, de modo que as abordagens de análise se complementem.

Esperamos, portanto, que as abordagens desenvolvidas sobre o envelhecimento na área do Serviço Social, trabalhadas nessa dissertação, venham dar a visibilidade merecida, despertem a curiosidade e o interesse dos pesquisadores em aprofundar a temática, apropriados desse conhecimento, possam estruturar melhor os elementos teóricos, metodológicos e práticos, inerentes às perspectivas de análises direcionadas a questão social da velhice.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCANTARA, Luciana da Silva; FRIAS, Sandra Rabello de. A Produção Acadêmica dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social: análises das Dissertações e Teses sobre o Idoso. In: **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**. Porto Alegre, v.19, n.3, p. 669-685, 2014.

ALMEIDA, Vera Lúcia Valsecchi de. Modernidade e velhice. In: **Revista Quadrimestral de Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, Ano XXIV. n.75. p. 35-54, Setembro, 2003.

ALVES, Suéllen Bezerra. **Serviço Social e Envelhecimento**: estudo dos fundamentos teórico políticos sobre velhice na produção de conhecimento do Serviço Social no Brasil. 2014. 138 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, Recife, 2014.

_____; PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo e; ARRUDA, Fernanda Tavares. Produção de conhecimento no serviço social sobre as lutas e proteção social à velhice dos trabalhadores. **Textos & Contextos**. Porto Alegre. V.15, n. 1, p. 75-83, jan./jul. 2016.

AMBROSIO, Eliza Regina. **Cuidado e Família**: Uma análise compreensiva do modo de caminhar a vida dos cuidadores de idosos. Rio de Janeiro, 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.

ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes de; CARVALHO, Virgínia Ângela M. de Lucena e. Aspectos Sócio-Históricos e Psicológicos da Velhice. Mnome: **Revista de Humanidades**. v.6, n. 13, dez.2004/jan.2005. Disponível em: <<http://www.seol.com.br/mnome>>. Acesso em: 02 de agosto de 2016.

BAUER, Carlos. Apontamentos sobre a produção do conhecimento científico e a construção do conceito de Historicidade. **História & Ensino**, Londrina, v. 18, n. 1, p. 71-87, jan./jun., 2012.

BEHRING, Elaine Rosseti. Política Social no contexto da crise capitalista. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, v. 1, 2009.

BRANDÃO, Selma Maria de Oliveira. A produção do conhecimento no contexto da pesquisa social: um ensaio exploratório. **V Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís/Ma, agosto, 2011.

CAMARANO, Ana Amélia. **O idoso brasileiro no mercado de trabalho**. Texto para discussão, nº 830. IPEA, Rio de Janeiro 2001.

_____. **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

_____; KANSO, Solange; MELLO, Juliana Leitão e. Quão Além dos 60 Poderão Viver os Idosos Brasileiros? In: CAMARANO, Ana Amélia. **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMPOS, Ana Cristina Viana; VARGAS, Andréa Maria Duarte; FERREIRA, Efigênia Ferreira e. **Envelhecimento: Um processo multidimensional**. In: CAMPOS, Ana Cristina Viana; BERLEZI, Evelise Moraes; CORREA, Antônio Henrique da Mata (org.). **O cuidado e o suporte ao idoso fragilizado**: um desafio para a família e o Estado. Ijuí: Ed. Unijuí, p. 13-25, 2015.

CANTALICE. Luciana Batista de Oliveira. Neoconservadorismo na Produção do Conhecimento em Serviço Social: Tensões entre o pós moderno e o projeto. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14199/pdf>. Acesso em: 5 de mar 2016

CARVALHO, João Wilson Savino. **Da Teoria do Conhecimento à Metodologia Científica: dilemas contemporâneos da pesquisa social**. PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 1, n. 1, dez 2008.

CARVALHO, Denise Bomtempo B. de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e. (Orgs.) **Serviço Social, Pós-Graduação e Produção de Conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 144 pp. 2005.

CAVALCANTI, Patrícia Barreto. **A Contribuição das Equipes Multiprofissionais para a visibilidade da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa junto aos Idosos**. Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento, no prelo, 2016.

_____. **Aproximações e Distanciamentos entre a Política de Saúde para a pessoa Idosa e as Políticas de proteção social à velhice: a intersectorialidade em questão**. Relatório Parcial de Pesquisa, CNPQ, 2014, João Pessoa.

DAL PRÁ, Kelly Regina; SILVA, Adriana. **Envelhecimento populacional no Brasil: o lugar das famílias na proteção aos idosos**. Argumentum, Vitória (ES), v. 6, n.1, p.99-115, jan./jun. 2014.

DEBERT, Guita Grin. Pressupostos da Reflexão Antropológica Sobre a Velhice. In: DEBERT, Guita Grin. (org). **Antropologia e Velhice**. Textos Didáticos, nº 13. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1998. pp. 7 – 27.

ELSNER, Viviane Rostirolla. PAVAN, Fábio. GUEDES, Janesca Mansur. **Violência contra idoso: ignorar ou atuar?** In. RBCEH. Passo Fundo. V.4. n. 2. P. 46-54, dezembro, 2007.

FERREIRA, Ana Paula; TEIXEIRA, Solange Maria. Direitos da pessoa idosa: desafios à sua efetivação na sociedade brasileira. In: **Argumentum**. Vitória, ES. v. 6, n. 1, p.1-3, jan./jun. 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed., 5 reimpressão, São Paulo: Atlas, 2012.

GROISMAN, Daniel. **A velhice, entre o normal e o patológico**. Vol. 9. Rio de Janeiro, 2002.

GUERRA, Yolanda. A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. **Temporalis**. Brasília (DF), ano 11, n.22, p.125-158, jul./dez. 2011.

_____. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez/ Celats, 1982.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo. Cortez. 1998.

IBGE. **Perfil dos Idosos Responsáveis pelos Domicílios**. Comunicação social, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/25072002pidoso.shtm>> Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. **Síntese de indicadores sociais:** uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf> Acesso em: 22 fev. 2017.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia.** 4. ed. atual., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

KAMEYAMA, Nobuco. **A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social:** avanços e tendências (1975-1997). Cadernos Abess. Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998, n. 8. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-088.pdf>.> Acesso em 20.fev.2017.

KANSO, S. **Processo de envelhecimento populacional** - um panorama mundial. VI Workshop de Análise Ergonômica do Trabalho, III Encontro Mineiro de Estudos em Ergonomia, VIII Simpósio do Programa Tutorial em Economia Doméstica, 2013.

LARA, Ricardo **A produção do conhecimento em Serviço Social: o mundo do trabalho em debate.** 2008. Tese de Doutorado – Serviço Social – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP. Franca: UNESP, 2008.

LEÃO, Alice Alves Menezes Ponce de. **Serviço social e velhice: perspectivas do trabalho do assistente social na articulação entre as políticas de saúde e assistência social em Manaus.** UFAM, 2012. Dissertação de Mestrado em Serviço Social - Universidade Federal do Amazonas, 2012.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katálisis.** Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

LOBATO, Alzira Tereza Garcia. Serviço Social e Envelhecimento: Perspectivas de Trabalho do Assistente Social na Área da Saúde. In: BRAVO, Maria Inês de Souza. et. al. (Orgs.). **Saúde e Serviço Social.** 2 ed, São Paulo: Cortez, 2004.

MACEDO, Mirtes de Aguiar. **Reconceituação do Serviço Social:** formulações teóricas. São Paulo: Cortez, 1981.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política, Livro I: o processo de produção do Capital / Karl Marx; [tradução de Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAURIEL, Ana Paula; GUEDES, Olegna de Souza. Desafios da Pesquisa na Formação Profissional do Assistente Social: um olhar a partir da experiência do Curso “Abepss-Itinerante”. **Temporalis**. Brasília (DF), ano 13, n. 25, p. 13-32, jan./jun. 2013.

MOTA, Ana Elizabete. Prefácio. In: CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva (Orgs.). **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. [et al.], (orgs.). **Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional**. 4. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília – DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009.

NERI, Anita Liberalesso. **Palavras-chave em Gerontologia**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social-notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. In: Serviço Social e Sociedade n. 50. São Paulo, Cortez Editora, 1996.

_____; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NÓBREGA, Mônica Barros da. **A relação entre a produção de conhecimento teórico nas teses de doutoramento e a direção social estratégica do projeto ético-político do serviço social brasileiro**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

_____; FONSECA, Cleomar Campos da. Produção de conhecimento científico: a particularidade do serviço social brasileiro. **Ser Social**. Brasília, v. 12, n. 27, p. 165-188, jul./dez. 2010.

OLIVEIRA, Wênia Cristian de. **O Envelhecimento nas Publicações do Serviço Social: uma análise a partir dos artigos publicados na Revista Serviço Social e Sociedade**. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Brasília (DF), julho de 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS). **Expectativa de vida subiu 5 anos desde 2000, mas desigualdades na saúde persistem**. Maio/2016. Disponível em: <http://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5102:oms-expectativa-de-vida-subiu-5-anos-desde-2000-mas-desigualdades-na-saude-persistem&Itemid=839>. Acesso em: 03 ago. 2016.

PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo e. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**: um estudo sobre a racionalidade na produção de conhecimento do Serviço Social. 2012. 252 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

_____. **Envelhecimento, Saúde e Trabalho no Tempo do Capital**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

PEREIRA, Potyara. **Formação em Serviço Social, Política Social e o fenômeno do envelhecimento**. Comunicação apresentada, em Mesa Redonda, no Seminário sobre Educação Superior e Envelhecimento Populacional no Brasil, Brasília, 12 maio 2005.

_____. Formação em Serviço Social, política social e envelhecimento populacional. In: **Ser Social**, Brasília, n. 21, p. 241-257, jul./dez. 2007.

PRATES, Jane Cruz. A produção de conhecimentos e a contribuição dos periódicos para o amadurecimento teórico do Serviço Social. **Textos & Contextos**. Porto Alegre. V. 12, n. 2, p. 213-220, jul./dez. 2013.

_____. et al. **Programas de Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: tendências das áreas de concentração, linhas de pesquisa e disciplinas**. SERV. SOC. REV., Londrina, v. 18, n.2, p.05 - 33, Jan. /Jun. 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/23716/19100>. Acesso em 18 de março de 2016.

SCHNEIDER. Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos e sociais. **Estudos de Psicologia**. Campinas, vol.25, n.4, pp.585-593, 2008.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa no Serviço Social**: Utopia e realidade, 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. especial, p. 64-72, 2007.

SILVA, Luna Rodrigues Freitas. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. In: **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, RJ. V. 15, n.1, p. 155-168, jan.-mar. 2008.

SILVA, Mirian Alves da. **Profissionais de Saúde: Análise sobre a formação no cuidado junto ao idoso**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba. Departamento de serviço Social. João Pessoa, 2006.

_____. Reflexões sobre a condição da “velhice” no Estado Brasileiro e a Política Nacional de Saúde dos Idosos. In: CAVALCANTI, Patrícia Barreto; CARVALHO, Rafael Nicolau; MIRANDA, Ana Paula Rocha de Sales (org.). **Saúde em foco: visibilidade no contexto atual**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, p. 221-254, 2010.

SILVA, José Fernando Siqueira da. Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. In: **Revista Textos & Contextos Porto Alegre**, v. 6, n. 2, p. 282-297. Jul./dez., 2007.

SIMIONATTO, Ivete. Os desafios na pesquisa e na produção do conhecimento em Serviço Social. **Temporalis**. Recife, n. 9, 2005.

SIQUEIRA Renata Lopes de. **A experiência do envelhecimento no meio rural**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Viçosa Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Viçosa, 2001.

_____; BOTELHO, Maria Izabel Vieira; COELHO, France Maria Gontijo. A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, n. 4, p. 899-906, 2002.

SOUSA, Sandra Maria Nascimento; FELIPE, Thayza Wanessa Silva Souza. A construção da categoria velhice e seus significados. **PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 7, n. 2, p. 19-33, jul.-dez., 2014.

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. **Revista Katálisis**. Florianópolis, v. 10, p. 15-25, 2007.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento do trabalhador no tempo do Capital: problemática social e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira contemporânea**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. São Luis/MA, 2006.

_____. Envelhecimento na Agenda Pública Brasileira. **Revista Políticas Públicas**, São Luís (MA), v. 7, n. 1, p. 113 – 136, 2003. Disponível em: <www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/download.php?id_publicacao=80>. Acesso em: 1 mar. 2017.

TESSER, Gelson João. Principais linhas epistemológicas contemporâneas. **Educar em Revista**, n. 10, Curitiba, Jan./Dez., 1994.

TOMAZELLI, Idiana; NEDER, Vinicius. Idosos voltam ao mercado de trabalho. **O Estado de São Paulo [Estadão]**, São Paulo, n.p., 08 Set. 2015. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,idosos-voltam-ao-mercado-de-trabalho,1758006>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

VALADARES, Maíra de Oliveira; VIANNA, Lucy Gomes; MORAES, Clayton Franco. A temática do envelhecimento humano nos grupos de pesquisa do Brasil. **Revista Kairós Gerontologia**, 16(2), p. 117–128, São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP, 2013.

VARANDAS, Fernanda dos Santos. **Análise da direção Ético Política do Assistente Social na perspectiva do Projeto Hegemônico Profissional**. 2011. 100 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2011.

VERAS, Renato. A longevidade da população: desafios e conquistas. In: **Revista Quadrimestral de Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, Ano XXIV. n.75. p. 5-18, Setembro, 2003.

_____. A frugalidade necessária: modelos mais contemporâneos. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p.1141-1159, set-out, 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, v. 1, 2009.

APÊNDICES

Apêndice – Referências dos artigos selecionados para a análise da pesquisa

ARTIGO	REFERÊNCIA
Em Pauta (Rio De Janeiro)	
1	COSTA, Hebréia Maria Ramos Barbosa da. Desafio da Vida: trabalho, velhice e memória. Revista em Pauta , Rio de Janeiro, v. 7, n. 25, jul. 2010.
Argumentum (Vitória)	
2	FERREIRA, Ana Paula; TEIXEIRA, Solange Maria. Direitos da pessoa idosa: desafios à sua efetivação na sociedade brasileira. Argumentum , Vitória (ES), v. 6, n.1, p. 160-173, jan./jun. 2014.
3	TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira. Argumentum , Vitória (ES), v. 1, n. 1, p. 63-77, jul./dez. 2009.
4	SILVA, Adriana; DAL PRA, Keli Regina. Envelhecimento populacional no Brasil: o lugar das famílias na proteção aos idosos. Argumentum , Vitória (ES), v. 6, n. 1, p. 99-115, jan./jun. 2014.
5	GROISMAN, Daniel. Envelhecimento, direitos sociais e a busca pelo cidadão produtivo. Argumentum , Vitória (ES), v. 6, n. 1, p. 64-79, jan./jun. 2014.
6	KLITZKE, Carla; ZUCCO, Luciana Patrícia. Feminil(idades): a saúde da mulher idosa na produção de conhecimento. Argumentum , Vitória (ES), v. 6, n. 1, p. 80-98, jan./jun. 2014.
7	KUNZLER, Rosilaine Brasil; BULLA, Leonia Capaverde. Idosos brasileiros: o contexto dos direitos sociais e das políticas sociais. Argumentum , Vitória (ES), v. 6, n.1, p. 153-159, jan./jun. 2014.
8	GOMES, Maria das Graças Cunha. Mulher Idosa: liberdade, protagonismo e encargo. Argumentum , Vitória (ES), v. 2, n. 2, p. 189-200, jul./dez. 2010.
9	DANTAS, Priscila Monick de Araújo Barbosa; OLIVEIRA, Carla Montefusco de. Programas de preparação para aposentadoria: desafio atual para a gestão de pessoas. Argumentum , Vitória (ES), v. 6, n. 1, p. 116-132, jan./jun. 2014.
10	SOARES, Nanci; POLTRONIERI, Cristiane de Fátima; COSTA, Joice Sousa. Repercussões do envelhecimento populacional para as políticas sociais. Argumentum , Vitória (ES), v. 6, n.1, p. 133-152, jan./jun. 2014.
Revista de Políticas Públicas (UFMA)	
11	TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento na Agenda Pública Brasileira. Revista de Políticas Públicas , São Luís (MA), v. 7, n. 1, p. 113 –136, 2003.
12	BULLA, Leonia Capaverde; TSURUZONO, Eleni Raquel da Silva. Envelhecimento, Família e Políticas Sociais. Revista de Políticas Públicas , São Luís (MA), v.14, n.1, p. 103-112, jan./jun. 2010.

13	TEIXEIRA, Solange Maria. Política Social de Proteção ao Idoso: a reafirmação da cultura privacionista no trato das refrações da questão social. Revista de Políticas Públicas , São Luís (MA), v. 11, n. 1, 2007.
14	SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Políticas Públicas na área do Envelhecimento: possibilidades e limites da atuação do Serviço Social. Políticas Públicas , São Luís (MA), número especial, p. 205-210, out. 2012.
Revista Katálýsis	
15	SILVA, Maria do Rosário de Fátima e; YAZBEK, Maria Carmelita. Proteção social aos idosos: concepções, diretrizes e reconhecimento de direitos na América Latina e no Brasil. Katálýsis , Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 102-110, jan./jun. 2014.
Ser Social (UNB)	
16	FALEIROS, Vicente de Paula. Cidadania e direitos da pessoa idosa. Ser Social , Brasília, n. 20, p. 35-61, jan./jun. 2007.
17	BULLA, Leonia Copaverde; SOARES, Erika Scheeren; KIST, Rosane Bernadete Brochier. Cidadania, pertencimento e participação social de idosos – Grupo Trocando Ideias e Matinê das Duas: Cine Comentado. Ser Social , Brasília, n. 21, p. 169-196, jul./dez. 2007.
18	PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Formação em Serviço Social, política social e envelhecimento populacional. Ser Social , Brasília, n. 21, p. 241-257, jul./dez. 2007.
19	GROSSI, Patrícia Krieger; MIRANDA, Ana Luiza Trois de; CAMARGO, Marisa; et al. Rompendo o silêncio: violências e acidentes com idosos no município de Guaíba/RS. Ser Social , Brasília, n. 21, p. 143-167, jul./dez. 2007.
Textos & Contextos (Porto Alegre)	
20	MENDONÇA, Jurilza Maria Barros de; PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Envelhecimento, redes de serviços e controle democrático no capitalismo recente. Revista Textos & Contextos , Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 142-151, jan./jun. 2013.
21	GROSSI, Patrícia Krieger; GUILAMELON, Lucimari Frankenberg. Intersetorialidade na política de saúde do idoso. Revista virtual Textos & Contextos , Porto Alegre, nº 6, ano V, dez. 2006.
22	GROSSI, Patrícia Krieger; SOUZA, Mozara dos Reis de. Os idosos e a violência invisibilizada na família. Revista Virtual Textos & Contextos , Porto Alegre, nº 2, ano II, dez. 2003.
23	OLIVEIRA, Cristiane Cardoso de. Otimizando a qualidade de vida das pessoas idosas institucionalizadas. Revista Virtual Textos & Contextos , Porto Alegre, nº 6, ano V, dez. 2006.
24	CERQUEIRA, Monique Borba. Quando a rua é dos velhos: trabalho informal, saúde e condições de vida. Revista Textos & Contextos , Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 235-249, jul./dez. 2008.

25	CATUSSO, Marilu Chaves. Rompendo o silencio: desvelando a sexualidade em idosos. Revista Virtual Textos & Contextos , Porto Alegre, nº 4, ano IV, dez. 2005.
26	BULLA, Leonia Capaverde; KAEFER, Carin Otilia. Trabalho e aposentadoria: as repercussões sociais na vida do idoso aposentado. Revista Virtual Textos & Contextos , Porto Alegre, nº 2, ano II, dez. 2003.